Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura **Número: 80**

III Sessão Legislativa **Horta, sexta-feira, 9 de setembro de 2022**

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e Tiago Branco*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10h04 horas.

Logo após a chamada dos Srs. Deputados, procedeu-se ao tratamento da agenda do plenário, dando continuidade à análise do **Projeto de Resolução nº64/XII - "Apoio extraordinário ao rendimento dos pescadores",** uma iniciativa do Partido Socialista, sobre a qual intervieram as/os seguintes Sras. e Srs. Deputados: Jaime Vieira *(PSD)*, Rui Martins *(CDS/PP)*, Mário Tomé *(PS)*, José Ávila *(PS)*, Paulo Estêvão *(PPM)*, bem como o Secretário Regional do Mar e Pescas *(Manuel São João)*.Submetida esta iniciativa à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. Proferiram, ainda, declarações de voto os Srs. Deputados José Ávila *(PS)*, Rui Martins *(CDS/PP)*, Jaime Vieira *(PSD)*, e Paulo Estêvão *(PPM)*.

De seguida, procedeu-se à análise do ponto 11 da agenda parlamentar relativo ao **Projeto de Resolução nº 94/XII -"Alargamento e**

diversificação do ensino artístico especializado nos Açores", uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS/PP e PPM, cuja apresentação ficou a cargo da Sra. Deputada Délia Melo.

Seguiram-se, no uso da palavra, sobre esta matéria, as Sras. Deputadas Ana Luís *(PS)*, Catarina Cabeceiras *(CDS/PP)*, Alexandra Manes *(BE)*, também os Srs. Deputados Carlos Furtado *(Indep.)*, Nuno Barata *(IL)*, Paulo Estêvão *(PPM)*, Pedro Neves *(PAN)*, Rodolfo Franca *(PS)*, Joaquim Machado *(PSD)*, bem como a Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais *(Sofia Ribeiro)*.

Para declarações de voto, usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão *(PPM)*, Carlos Furtado *(Indep.)*, Rodolfo Franca *(PS)*, também as Sras. Deputadas Délia Melo *(PSD)* e Catarina Cabeceiras *(CDS/PP)* e ainda o Sr. Deputado Carlos Furtado para uma interpelação à Mesa.

O ponto em apreço foi aprovado por maioria apenas com a abstenção do Deputado Independente.

Prosseguindo com a agenda de trabalhos, passou-se à apresentação em plenário, de acordo com o Artº 81 do Regimento da Assembleia, do **Projeto de Resolução nº. 135/XII – "Implementação do sistema regional de telemedicina permanente"**. Tratou-se duma iniciativa do Sr. Deputado Independente Carlos Furtado que fez a sua apresentação na tribuna.

Não se tendo verificado quaisquer pedidos de esclarecimento sobre esta matéria, passou-se de imediato ao ponto seguinte, desta feita ao ponto 12 - **Projeto de Resolução nº. 130/XII – "Implementação urgente de medidas para combater o impacto da alga *Rugulopterix okamurae* nos ecossistemas marinhos"**.

Coube a apresentação do diploma à Sra. Deputada Alexandra Manes *(BE)*, tendo-lhe seguido as/os seguintes Sras. e Srs. Deputadas/os:

Joana Pombo Tavares *(PS)*, Rui Martins *(CDS/PP)*, Salomé Matos *(PSD)*, Gustavo Alves *(PPM)*, Nuno Barata *(IL)* e ainda o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas *(Alonso Miguel).*

O Projeto de Resolução em referência foi aprovado por unanimidade.

Constituiu o ponto 13 da ordem de trabalhos, a **Proposta de Resolução nº. 9 /XII – Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2023"**, cuja apresentação coube à Mesa da ALRA.

Sobre este assunto intervieram os Srs. Deputados Carlos Furtado *(Indep.)*, Pedro Neves *(PAN)*, Paulo Estêvão *((PPM)*, Rui Martins *(CDS/PP)*, João Vasco Costa *(PS)* e António Lima *(BE).*

A iniciativa em apreço foi aprovada por maioria.

Relativamente ao ponto seguinte da agenda, foi presente a **Petição n.º 28/XII – "S. Mateus da Calheta em direção a Vila"**.

Tratou-se duma iniciativa apresentada por Paulo Duarte Gomes, na qualidade de primeiro subscritor, em que proferiram intervenções versando este assunto os Srs. Deputados Flávio Soares (PSD) que procedeu à apresentação do respetivo relatório, bem como Paulo Gomes *(PSD)*, Francisco Coelho *(PS)*, Pedro Pinto *(CDS/PP)*, Gustavo Alves *(PPM)* e a Sra. Deputada Alexandra Manes *(BE).*

Passou-se à apreciação e votação do **Pedido de Urgência da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 42/XII – "Aprova a alteração do Programa Regional da Água dos Açores"**.

Sendo uma iniciativa apresentada pelo Governo Regional dos Açores, para justificar a urgência, usou primeiramente da palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas *(Alonso Miguel).* Também sobre esta temática, intervieram os Srs. Deputados José Gabriel Eduardo *(PS)* e Nuno Barata *(IL).*

Este Pedido de Urgência foi aprovado por unanimidade.

O ponto seguinte dizia respeito ao **Pedido de Urgência da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 43/XII – "Aprova o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027"**.

À semelhança do ponto anterior, também esta sendo uma iniciativa do Governo Regional, usou da palavra para precisamente justificar a urgência do diploma o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas *(Alonso Miguel)*. O Pedido de Urgência supra-referido foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se o **Projeto de Resolução nº. 92/XII – "Pela suspensão das alterações ao modelo de transporte marítimo de passageiros e de encaminhamentos para passageiros aéreos não residentes"**, uma iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tendo feita a respetiva apresentação o Sr. Deputado José Ávila *(PS)*. Seguiram-se no uso da palavra sobre esta matéria, as/os Sras./Srs. Deputadas/os:

Rui Martins *(CDS/PP)*, João Vasco Costa *(PS)*, António Vasco Viveiros *(PSD)*, António Lima *(BE)*, Pedro Neves *(PAN)*, Nuno Barata *(IL)*, Berto Messias *(PS)*, para interpelar a Mesa, Paulo Estêvão *(PPM)*, João Bruto da Costa *(PSD)*,também para interpelar a Mesa, Vasco Cordeiro *(PS)*, Rui Martins *(CDS/PP)*, Elisa Sousa *(PSD)*, bem como a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral)* e o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Duarte Freitas)*.

A iniciativa em apreço foi rejeitada por maioria.

O Pedido de Urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional nº. 65/XII – "Aumento do acréscimo regional ao salário mínimo", uma iniciativa do Grupo Parlamentar do BE, foi aprovado por unanimidade, não sem antes terem proferido intervenções os Srs. Deputados António Lima *(BE)*, que o apresentou e Pedro Neves *(PAN)*.

Aprovação por unanimidade, obteve o ponto seguinte relativo ao **Projeto de Deliberação nº. 3/XII – "Suspensão do prazo de apresentação do relatório final da Comissão de Inquérito à Operacionalização das Agendas Mobilizadoras"**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS/PP, BE e PPM e pelas Representações Parlamentares do CHEGA, IL e PAN. Sobre este assunto nenhum Deputado proferiu qualquer intervenção.

A terminar esta Sessão Plenária, tempo ainda para a submissão à votação dos Deputados da Proposta de Deliberação da Mesa declarando findo o Período Legislativo de setembro de 2022, a qual foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos deram-se por concluídos quando eram 19 horas e 45 minutos.

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados.

Agradeço a vossa atenção para a chamada.

Tem a palavra o Sr. Secretário para efetuar a chamada.

Secretário: Bom dia a todos.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam as/os seguintes Sras./Srs. Deputadas/os:

Partido Socialista *(PS)*

Ana Luísa Pereira **Luís**

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Célia Otelinda Borges **Pereira**

Joana Pombo Sousa Tavares

José Carlos **San-Bento**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria Isabel Góis **Teixeira**

Mário José Dinis **Tomé**

Marta Ávila **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Rodolfo Paulo Silva Lourenzo da **Franca**

Rui Filipe Vieira **Anjos**

Sandra Micaela Costa Dias **Faria**

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Vasco Alves **Cordeiro**

Vílson Filipe da Costa Ponte **Gomes**

Partido Social Democrata *(PSD)*

Alberto Pacheco da **Ponte**

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto da Costa** Machado da Costa

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo Duarte **Gomes**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues **Furtado**

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com a agenda.

Estávamos ontem, quando encerrámos os nossos trabalhos, no ponto 10 da agenda, no **Projeto de Resolução nº64/XII -**

"Apoio extraordinário ao rendimento dos pescadores". Uma iniciativa do Partido Socialista.

E neste momento a Mesa não tem ninguém inscrito.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Jaime Vieira, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Jaime Vieira *(PSD):* Exmo. Sr. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. e Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Ontem terminámos esta discussão e tinha colocado uma questão que para nós é pertinente. É que, tendo em conta a alteração substancial deste Projeto de Resolução, queria perguntar se este apoio extraordinário é para toda a fileira, para aqueles que ganharam muito, para aqueles que ganharam muito bem, ou se eventualmente é para aqueles pescadores, como inicialmente tínhamos referido, que não atingiram o ordenado mínimo regional?

Neste sentido, Sr. Presidente, a minha primeira questão e

para já, prende-se exatamente apenas com esta matéria.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Bom, não havendo … Sr. Deputado Rui Martins, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Rui Martins *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efetivamente ontem no decorrer do debate, falámos sobre esta iniciativa e todo o seu percurso. Aquilo que ela incluía e aquilo que era referido nela no início, pelo menos a partir do momento em que o Partido Socialista a adotou e depois quando a modificou para canalizar um rendimento extraordinário ou uma compensação que permitisse aos pescadores que tivessem quebra efetiva de rendimento, dado este factual, quebra essa eventualmente não quantificada, mas traduzida numa quebra de rendimento para os *chicharreiros* e para as frotas

alocadas à pesca da lula. E isso era efetivamente uma proposta do Partido Socialista com algum critério, porque pedia até um levantamento para se saber realmente quem é que teve quebras de rendimento e poder ter uma compensação (da quebra de rendimento).

O que estamos aqui a discutir, neste momento, é totalmente diverso, e é bastante diferente.

O que o Partido Socialista diz é que vai haver um rendimento extraordinário de forma transversal. Isto é, não sabemos sequer se há inclusivamente uma distinção entre os que tiveram perda de rendimento e os que não tiveram perda de rendimento.

Ora, parece-nos uma medida avulsa, muito pouco coerente com aquilo que até é a justificação que tem a ver com o período de guerra que se vive, com o aumento dos custos e a própria espiral inflacionista. Ou seja, parece-nos um pouco desajustado um projeto de resolução ser tão vago.

De outra maneira, a única expectativa que eu tenho é de que isto sendo aprovado, assim, exatamente como está de forma vaga, seja a Secretaria a

fazer essa análise, essa avaliação e que o pagamento chegue única e exclusivamente a quem teve perda de rendimento.

Deputada Andreia Costa e Deputado Mário Tomé *(PS):* Claro!

O Orador: Mas não é isso que está na Resolução.

Deputado Nuno Barata *(IL):* O melhor era não se fazer nada! Assim é que era bom!

O Orador: Aí subscrevo o que diz o Sr. Deputado Nuno Barata, ou seja, de que é uma forma da Resolução ser inconsequente, porque é de difícil aplicação ou, pelo menos, irá criar um tipo de

Discriminação absolutamente desnecessária.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) Deputado Mário Tomé *(PS):* Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Trata-se, obviamente, de uma recomendação. E penso que os pontos resolutivos são claros.

Ainda ontem, na discussão - e bem – (eu vou ser incisivo) o Sr. Secretário até mencionou isso. Estamos a falar do ano passado e com os dados que temos atualmente, estamos a falar, dos melhores anos de sempre de rendimentos.

Portanto, isto é para abranger todos aqueles pescadores que não atingiram o salário mínimo regional, com maior incidência, com certeza, concretamente os pescadores de Rabo de Peixe.

Portanto, é óbvio que esse levantamento tem que ser feito pelo Gabinete do Secretário.

Muito obrigado.

Deputado José Ávila *(PS):* E a proposta do PSD como é que é? É igual!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Jaime Vieira, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Jaime Vieira *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

(Alguns protestos trocados entre alguns Deputados das bancadas do PS e PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…Sr. Deputado José Ávila…

(*) Deputado Jaime Vieira *(PSD):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dizer que perante o que foi referido, e bem, pelo Deputado Mário Tomé de que eventualmente aplica-se àqueles que não atingiram o ordenado mínimo regional, tendo em conta que ainda ontem foram feitas aqui algumas considerações relativamente à questão da gestão das pescas por este Governo, não vou entrar nessas quezílias, porque acho que nos devemos cingir àquele que é realmente o objeto. E muitas vezes, o que acontece nesta Casa é que estamos muito preocupados em fazer guerrilhas políticas. É importante saber se a culpa é de A, B ou C, mas o que é mais importante é que possamos falar para aqueles que estão a ouvir-nos. Falar para aqueles que necessitam do apoio e para aqueles que mais efetivamente precisam que nós estejamos aqui. Foram eles que eventualmente nos puseram aqui. E é importante que, duma vez por todas, nos foquemos no objeto.

O objeto que nos traz aqui refere-se à compensação a alguns pescadores que não atingiram o ordenado mínimo regional.

Ser pescador, Sr. Presidente, é viver num mundo de incertezas, é viver numa aventura constante, a lutar todos os dias, enfrentando vários obstáculos para atingir o seu rendimento.

Por isso, tem que caber a qualquer governo, tem que caber a qualquer força política, nesta Casa, fazer de tudo para melhorar a vida dos açorianos que mais necessitam. E em 2021, quando elaborámos este Projeto de Resolução, fizemo-lo, porque sabíamos que nalgumas localidades, e concretamente em Rabo de Peixe, havia um grupo de pescadores que não estava a atingir o rendimento necessário.

Deputado José Ávila *(PS):* Onde é que isso está escrito?! Não está aqui!

O Orador: Neste sentido, Sr. Presidente, e nesta situação específica, o Governo perante o problema, reconheceu-o e atuou criando algumas medidas para atenuar os problemas que eram sentidos.

Embora estejamos agora no Governo, nunca, mas nunca, nos vão ouvir dizer que nas pescas está tudo bem.

Deputado Berto Messias *(PS):* O senhor disse isso ontem.

O Orador: Nunca nos vão ouvir dizer que nas pescas não existem problemas.

Nunca nos vão ouvir dizer que nas pescas vive-se um mar de rosas, como se ouvia dizer no passado, porque efetivamente há várias realidades na pesca.

Como sempre defendemos, existem várias realidades nas pescas nos Açores. Existem uns que têm bons rendimentos, mas também existem ao contrário outros que têm fracos rendimentos.

Esta foi sempre a nossa realidade. Foi sempre isto que defendemos e foi sempre isto que dissemos. Este foi sempre o nosso discurso.

Não é pelo facto de estarmos a apoiar este Governo que a nossa visão sobre os factos se alterou.

Não é por estarmos no Governo que começámos a ver as coisas diferentes. Somos coerentes, Sr. Presidente.

Aquilo que queremos e temos que fazer é estar atentos, identificar os problemas e trabalhar para tentar resolver os mesmos.

Deputado Berto Messias *(PS):* O senhor, enquanto esteve na oposição sempre disse que os pescadores eram uns desgraçados!

O Orador: Apesar deste Projeto de Resolução, hoje apresentado, já não ser atual, apesar de se assistir a uma melhoria nos rendimentos dos pescadores, com valores superiores a anos de pré-pandemia e não obstante algumas medidas criadas pelo Governo, não obstante também o apoio dado pela isenção do pagamento das taxas em lota, que (parte dessa isenção) reverte para os pescadores, não obstante o aumento de voos para transporte do pescado nalgumas circunstâncias, em que quadruplicou, é nosso entendimento que temos que fazer tudo o que está ao nosso alcance, para trazer mais justiça social a este sector e para aqueles que mais necessitam.

Assim, e com este Projeto de Resolução, entendemos que o Governo tem que compensar apenas aqueles que, no passado recente, não atingiram o salário mínimo.

Que o Governo primeiramente apure quais os pescadores que não atingiram esses rendimentos.

Acima de tudo, aquilo que defendemos no passado, continua a ser o que defendemos no presente, independentemente do governo que está no poder.

Não defendemos, Sr. Presidente e para terminar, os açorianos, quando o Governo assim o entende ou apenas quando nos interessa. Defendemos sempre que houver açorianos que necessitem. E nisso somos diferentes.

Deputado Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Aqui nestas bancadas que apoiam o Governo, não nos interessa de quem são as propostas, ao contrário do que acontecia
noutras circunstâncias.

Iremos votar quando for uma boa proposta para os açorianos, porque uma boa proposta para os açorianos, será sempre uma boa proposta para esta maioria.

Apesar de sabermos que nem tudo está bem nas pescas e de termos essa consciência, também sabemos que já fizemos muito pelas pescas nos Açores.

Somos diferentes do que se fazia no passado.

Este é o novo paradigma.

Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu disse ontem que votaria a favor do diploma e cumpro sempre a minha palavra.

(O Deputado Berto Messias pigarreou)

O Orador: Não tussa, Sr. Deputado, porque sabe perfeitamente que é verdade.

Tenho 14 anos de atividade parlamentar e não há ninguém que possa dizer que alguma vez recuei em relação a um compromisso que assumi neste Parlamento.

Que alguém se levante e diga o contrário!

Deputado António Lima *(BE):* E o que o senhor disse do Presidente do Governo na campanha?!

O Orador: Que alguém se levante e diga, ao contrário!
Bem a questão e o entendimento que eu tenho foi aquele
que o Deputado… refiro-me a compromissos parlamentares assumidos aqui.

(Risos do Deputado Berto Messias)

Sr. Deputado Mário Tomé, Sr. Deputado José Ávila, o que vos disse ontem foi no entendimento do discurso e das afirmações proferidas pelo Sr. Deputado Mário Tomé em relação ao âmbito
de aplicação desta Resolução.
Foi essa a importação que fiz e que V. Exa. reiterou.
Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.
O Orador: E, portanto, da minha parte, cumpro o que disse e sei que V. Exas. manterão a interpretação que tiveram ontem e que reiteraram hoje em relação a este Projeto de Resolução.
Só uma nota, se me é permitido (já estou a passar uns segundos do meu tempo), para dizer o seguinte:
Eu continuo a pensar o que pensava quando estava na oposição. É que a distribuição de rendimentos neste setor, ainda tem quase uma natureza feudal.
Deputado António Lima *(BE):* O que é que o senhor fez para mudar isso?!
O Orador: Com gente a ter bons lucros e muita gente a ter baixos rendimentos. E é preciso corrigir essa situação.
Pensava assim no passado. Continuo a pensar assim no presente.
Deputado Berto Messias *(PS):* O PPM tem uma oportunidade histórica de mudar isso, Sr. Deputado!
Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.
A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional do Mar e Pescas *(Manuel São João):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ficámos mais esclarecidos por saber aquilo que pretende o PS com este este Projeto de Resolução.

Continuamos, no entanto, a achar que esta expressão "pescadores" tem que ser aprimorada.

Deputado José Ávila *(PS):* Ó Sr. Secretário, é igual à do PSD, pelo amor de Deus!

O Orador: Está igualzinha, está. Então está muito bem, se é igual, vamos interpretar.

Ora bem, como aqui expliquei ontem, o Governo tomou no imediato, aquando da apresentação da resolução do PSD, nesse mesmo dia, publicou uma portaria que isentava taxas de lota. A nosso ver, a isenção de taxa de lota é um benefício transversal a toda a fileira da pesca.

Os senhores adotaram igual procedimento em 2020, e muitíssimo bem, aquando da pandemia. E porquê? Porque os 3% do produtor, com outros 3 do comprador, vai permitir - retirando esse encargo - vender o pescado com maior ganho. Isto parece-nos evidente. Mas,

além dessa transversalidade que reconhecemos, e acho que deve ser reconhecida por todos, quanto à isenção de taxas de lota, tal como afirmei ontem, tivemos, por força da aplicação do regulamento comunitário, com adaptação a nível nacional e depois na Região, uma portaria, ou melhor, 2 portarias, mas que compreendem o espaço temporal relativamente aos custos adicionais de energia, desde 24 de fevereiro, que foi a data de ocupação da Ucrânia pela Rússia, até 31 de agosto. E, portanto, estes custos adicionais foram calculados com base nos gastos referentes a 2019. E nestas 2 portarias, o Governo Regional disponibilizou, com base nos mecanismos comunitários

que será ressarcido depois a 70%, 1,5 de euros. O que permite, por exemplo, que as embarcações com menos de 10m, recebam neste período um apoio de 369 euros e que as embarcações com mais de 24 m, tenham um apoio de 31.608 euros.

Portanto, pensamos que em termos de custos de produção e com custos adicionais de energia, fizemos aquilo que estava ao nosso alcance, ou seja, mediante o apoio, como disse, do regulamento comunitário de 70% por fundos comunitários. Ora, como já ontem também aqui foi afirmado, relativamente, às capturas que têm ocorrido durante este ano de 2022 e em relação ao preço de venda de pescado em lota, pensamos que o setor tem este ano um bom ano. E isso mesmo é reconhecido por muitas associações, nomeadamente, por exemplo, quando sou acusado da falta de diálogo. Acho que o Partido Socialista devia dialogar com o Jorge

Gonçalves, com o Vice-Presidente da Federação de Pescas que dizem que realmente o preço de venda do pescado compensa o aumento dos combustíveis. E, portanto, é isto que nós temos feito.

E estamos sempre prontos para continuar a fazer.

Deputado Mário Tomé *(PS):* O senhor já foi à APEDA?

O Orador: Estamos sempre disponíveis para debater as pescas, seja na Graciosa seja noutra ilha qualquer.

Estamos disponíveis para ponderar o melhor método de aplicação das cotas, sendo certo que precisamos duma grande envolvência por parte das associações, porque as cotas, como sabem, são anuais e a divisão trimestral que este ano até esteve para nem acontecer, para o ano se cá estivermos. vamos ponderar, porque as quotas são anuais e a divisão trimestral é feita para assegurar, por um lado, o recurso, mas, por outro lado, o rendimento dos pescadores, sendo certo que como diz, e muito bem, o Sr. Presidente da

Federação de Pescas dos Açores, as associações já atingiram um grau de maturidade que lhes permite - e isso é verdade – que por exemplo,
no caso da veja e doutras espécies, que sejam as próprias associações a gerir as próprias quotas. Nós temos que avançar com um processo de cogestão, a meu ver, a nível regional.
Portanto, da parte da Secretaria, a disponibilidade é total, sendo certo que a Assembleia é soberana para votar as resoluções que achar por bem. E o Governo está cá para cumprir na medida daquilo
que for terminado.
Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.
Pergunto se há mais inscrições?
Sr. Deputado José Ávila, faça um favor.
(*) **Deputado José Ávila** *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Relativamente à questão da gestão das quotas que o Sr. Secretário não aflorou, como sabe, os pescadores e até o próprio Grupo Parlamentar do PS e acredito também os outros Grupos e Representações Parlamentares devem ter essa preocupação, gostaria que nos dissesse o que é que sabe sobre as quotas do goraz, do imperador e do alfonsim para 2023?
Muito obrigado.
Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.
Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins *(CDS/PP):* Muito obrigado Sr. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, com a evolução do debate, ficámos a perceber que, na verdade, estamos a dizer ao Governo que veja lá qualquer coisa relativamente a fazer um pagamento (uma compensação) extraordinário, mas foi retirada a parte em que se fazia um levantamento para avaliar efetivamente quais eram as quebras de rendimento. E isso é que é preocupante. De qualquer das formas, e para não alongar muito o debate até porque também não tenho muito mais tempo, da parte do CDS não haverá qualquer problema em recomendar ao Governo que faça essa avaliação, que não está aqui escrita, mas pronto; a única coisa que consideramos importante é que lá fora os pescadores e quem efetivamente teve quebra de rendimento e os que não tiveram, fiquem cientes de que será um apoio para aqueles em que se verificou uma quebra de rendimento, os quais não atingiram sequer o salário mínimo.

Se é isso que é a recomendação, apesar de não estar escrita, mas estar implícita, aliás, o Sr. Secretário está aqui, bem como todas as partes, os açorianos estão a ouvir-nos e têm a possibilidade de nos ver, por isso logo que fique claro que este apoio será posterior a uma avaliação da quebra de rendimento e os pescadores que não atingiram o salário mínimo mensal, terão então uma nova via, um novo apoio e uma compensação por essa quebra de rendimento, aceitamos. Espero que isso fique claro e que seja essa a ação desta Secretaria.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas.

(*) Secretário Regional do Mar e Pescas *(Manuel São João):*

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Ávila:

Relativamente às quotas que enumerou, o que lhe posso dizer neste momento é que decorrem negociações com DGRM e com a União Europeia e, como é evidente, não temos ainda nada de concreto. Vamos, portanto, prosseguir com as negociações.

Já tivemos uma reunião em Lisboa com a Sra. Secretária de Estado e com a Vice-Presidente da DGRM, mas de concreto, neste momento, não posso ir muito além disto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) **Deputado Mário Tomé** *(PS):* Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O debate está a chegar ao fim e da parte do Partido Socialista, percebemos, obviamente, que todos os Grupos Parlamentares estão sensíveis a esta questão que envolve uma diminuição de rendimentos nalguns segmentos de frota, ao que se associa os custos à produção e inflação que têm um impacto brutal nas famílias. E, portanto, os pescadores açorianos contarão, obviamente, com a nossa especial atenção para este facto, bem como as famílias e as empresas.

No entanto, Sr. Secretário, há uma questão que me preocupa. Ou seja, todos na anterior Legislatura podiam criticar, e bem, até porque eu acho que na governabilidade ninguém é perfeito e toda a gente comete erros. Só que, de facto, há aqui duas diferenças que nos separam, sendo que uma delas é que o Partido Socialista – criticável ou não – tinha uma estratégia para as pescas. Teve uma estratégia para as pescas…

Deputado Gustavo Alves *(PPM):* Também se não tivesse em 24 anos era de admirar.

O Orador: …que envolvia menos captura, mais rendimento, mais formação e captação de recursos humanos. E, de facto, o que
se constata é que o senhor não nos trouxe aqui nada de novo. O senhor não falou na formação.

Quando ontem ouvi falar no debate sobre o aumento do preço médio do pescado, o que é muito bom para todos os pescadores, é preciso lembrar como é que chegámos aqui. A formação que foi dada. As condições de frio que foram criadas nas embarcações. O total de investimento que foi feito por parte da Lotaçor, nomeadamente em máquinas de gelo e basicamente em todos os portos da Região.

Portanto, para chegarmos até aqui foi feito um caminho.

Deputado Gustavo Alves *(PPM):* Mas ninguém está escondendo.

O Orador: O problema agora é que nós não vemos, digamos, uma luz ao fundo do túnel.

Fala-se nas quotas, Sr. Secretário, e eu pergunto:
o senhor quer responsabilizar os pescadores pela gestão de quotas?

Eu vou dar-lhe um exemplo, porque é gritante.

A portaria 92/2019, de 30 de dezembro, definiu quotas para as espécies residentes, como é o caso da abrótea, da veja, do badejo e da boca negra. Repare bem como é feita gestão, quando na verdade o senhor tem de facto excelentes técnicos. A Direção Regional tem excelentes técnicos, por isso é que não se compreende.

No dia 22 de setembro de 2021, nós, a Região Autónoma dos Açores, já tinha atingido a quota anual da veja - 203 toneladas.

E o que é que o senhor fez? No dia a seguir - no dia 23 - revogou a portaria 92/2019, criando a portaria 105/2001, aumentando a quota da veja de 200 para 240 toneladas.

Não é assim que se gere esta questão, Sr. Secretário. E o que nós esperamos, e os pescadores açorianos esperam, é que realmente exista uma estratégia para este setor que nós não vemos.
Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Tem a palavra, Sr. Deputado Jaime Vieira.
(*) **Deputado Jaime Vieira** *(PSD):* Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:
Vir a esta Assembleia em 2022, onde possivelmente batem todos os recordes em termos de benefícios e rendimentos para os
pescadores, onde cada vez mais assiste-se à situação de que com menos pescado, consegue-se atingir outros rendimentos.
Deputados Carlos Silva e Mário Tomé *(PS):* Isso não é verdade!
O Orador: Atenção que não sou eu que o digo. Quem o diz são os dados. De resto, ontem tivemos oportunidade de dar esses dados. Os dados indicam isso e é isso que aparece quando nós vamos pesquisar.
Neste sentido, eu acho que é desagradável vir a esta Casa dizer que não há estratégia. Mas como já referi, a estratégia do Partido Socialista durante 24 anos não foi uma boa estratégia.
Falamos duma estratégia traduzida nalguns títulos de jornais que diziam:
"**Pesca nos Açores está a atingir níveis preocupantes.**
O investigador da Universidade dos Açores Gui Menezes, alertou hoje que o esforço de pesca na Região está a atingir níveis preocupantes, sobretudo em São Miguel e Santa Maria, defendendo a adoção de medidas". Esta notícia não saiu agora em 2022.

"**Ilha de Pico não suporta mais embarcações de pesca**" - 3 de abril de 2017, também não é 2022, Sr. Secretário.

E podemos ir mais além. Cá está outra *estratégia:*

"Armadores e pescadores queixam-se de condições de trabalho degradantes no Porto de Vila Franca" - levaram mais de 10 anos para fazer isso.

"Sector das pescas dos Açores perdeu mais 13 milhões e 12 mil toneladas de capturas" – também não foi em 2022 e também é verdade que só estamos há 2 anos.

Deputado Mário Tomé *(PS):* O Governo também é que tinha culpa do atum não passar cá, não é?

O Orador: Mas há mais, só que eu não vou referir.

O que eu quero referir, acima de tudo, em primeiro lugar, é que se existem problemas na pesca, e nós reconhecemos que existem, este Governo está há muito pouco tempo no poder para tentar resolver. E mais, entrámos numa época de pandemia. Eu percebo exatamente aquilo que estão a dizer. Mas é preciso não esquecer isto.

Por outro lado, também, há muitas situações que nós podíamos apregoar hoje aqui, mas não vale a pena. Eu acho que temos que dar tempo ao tempo. E já foi feito muito por este Governo Regional. E não tenho dúvidas que muito mais vai ser feito.

Agora, o nosso enfoque e o nosso foco, tem que ser sempre ajudar aqueles que mais necessitam e criar as melhores medidas para que os açorianos, e os pescadores em particular, tenham uma vida melhor.

Disse.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas.

(*) Secretário Regional do Mar e Pescas *(Manuel São João):* Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PS acusa este Governo de não ter uma estratégia para as pescas. E que ele, PS, teria uma estratégia para as pescas.

Deputada Andreia Costa *(PS):* Teria e tem!

O Orador: Enfim, a estratégia do PS para as pescas levou a que resultados? – esta é a primeira questão. Ou seja, a nossa estratégia tem resultados. A vossa estratégia não teve resultados. E porquê?!

Vamos lá dizer, só com dois ou três casos, e esclarecer qual era a vossa estratégia para as pescas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: A estratégia para as pescas era o Entreposto da Madalena a cair aos bocados. Durante 30 anos sem obras de manutenção foi-se fazendo uns remendos e está o entreposto a cair ao chão positivamente. Este ano já começámos obras de recuperação no Entreposto da Madalena que tem metade da capacidade de armazenamento de pescado dos Açores.

Deputada Alexandra Manes *(BE):* E quando é que vão ligar a eletricidade lá?

O Orador: É! Vão ligar a eletricidade para aquele belo investimento no Porto da Madalena de 1 milhão de euros que não serve para coisa nenhuma e que vai obrigar a uma nova intervenção para ser funcional e em que não foi assegurada a passagem de eletricidade para a grua e uma série de coisas deste género.

Esta é que era a vossa grande estratégia para as pescas!

Não há dúvida que isto é que era uma grande estratégia, não é?

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E mais. Na indústria das conservas, também havia uma grande estratégia.

Deputada Alexandra Manes *(BE):* E o porto do Calhau?

O Orador: A estratégia era ter a (fábrica) Santa Catarina como empresa do setor público empresarial regional, que ia afundando a própria Lotaçor que registou 22 milhões de dívida.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Foi este Governo que arranjou uma solução para assegurar os postos de trabalho em Santa Catarina – 1ª preocupação deste Governo – que é a maior entidade empregadora de São Jorge.

Foi este Governo que arranjou essa solução que permite, além disso, que a fábrica seja modernizada, porque Santa Catarina, por pertencer ao sector público empresarial regional, tinha vedados os fundos comunitários. E só assim, só com esta solução é possível a fábrica ser modernizada.

Portanto, se isto não é estratégia para as pescas, já para não falar do grande empreendimento de conservas na ilha do Pico, se isto não é estratégia para as pescas, então nós não sabemos o que
será uma estratégia para as pescas!
Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.
Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.
(*) **Deputado Mário Tomé** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:
com os erros e com as omissões, a verdade é que o senhor acabou por confirmar aquilo que eu pensava: é que o senhor não tem estratégia nenhuma para as pescas.
O senhor não falou em recursos humanos, em gestão de quotas, em formação… zero, Sr. Secretário!
Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.
Pergunto se há mais inscrições?
Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução nº 64/XII.
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O **Projeto de Resolução nº 64/XII** foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Está, assim, encerrado este ponto da nossa agenda.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila** *(PS):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como é evidente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista só podia apoiar esta iniciativa, não só por ser sua, mas também porque ela vai compensar os profissionais da pesca pelas dificuldades

advindas da pandemia e também para compensar dos efeitos desta súbita inflação que grassa por quase todo o mundo, com especial relevo no aumento dos combustíveis que, no caso da pesca, atingiu praticamente 150% em muito pouco tempo.

O Governo, sobre a fileira da pesca, preferiu andar a reboque das circunstâncias, dando um pouco aqui e um pouco ali, mas não se esqueceu de isentar das taxas as conserveiras, empresas privadas que, com toda a certeza, não são os que mais precisam neste momento.

São opções políticas com as quais não concordamos, porque achamos que nestas coisas que nos estão a afetar, devemos impreterivelmente apoiar os que mais necessitam e, neste caso, são os pescadores.

A aprovação desta Resolução dá razão ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista e contradiz o Sr. Secretário Regional das Finanças, porque achamos que é urgente continuar a apoiar as famílias e as empresas. E, para isso, os açorianos podem contar com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins *(CDS/PP):* Obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS votou favoravelmente esta iniciativa, pese embora seja um documento bastante vago que não indica exatamente o que é que pretende.

Deputado José Ávila *(PS):* Está aqui. É igual a este!

O Orador: É um documento que foi apresentado inicialmente pelo PSD, dentro das mesmas linhas deste que agora aprovámos, sendo que na altura estávamos a sair exatamente da época de pandemia e estávamos a falar concretamente da perda de rendimento, por não se poder ir à pesca.

Agora, volvido um ano, praticamente, ou até mais de um ano - não consigo precisar - o documento teve duas alterações para voltar a ser exatamente a mesma coisa que era há um ano e meio atrás, sendo que situação nessa altura resultava de não se poder ir à pesca por haver confinamentos e agora é outra, é diversa. Efetivamente, também pode haver perda de rendimento, mas tem a ver com o aumento dos custos associados ao setor e não com a perda de rendimento, por estar vedado o acesso ao ofício (da pesca).

De qualquer das formas, é um documento vago.

Enquanto estratégia do proponente para a pesca, também acho que diz muito sobre essa estratégia, ou seja, é vaga. E, pronto, Senhor Secretário, faça o favor de fazer desta alguma coisa concreta

que se veja, para os pescadores efetivamente poderem ter algum rendimento, porque são realmente eles quem mais precisam.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?
Sr. Deputado Jaime Vieira, faça favor.
(*) Deputado Jaime Vieira *(PSD):* Exmo. Sr. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Sras. e Srs. Membros do Governo:
Em boa hora o PSD apresentou este Projeto de Resolução em 2021, pois, percebeu naquela altura que havia algumas injustiças a acontecer no setor.
Deputado Francisco Coelho *(PS):* E que vinha aí a guerra da Ucrânia.
O Orador: Conhecer quem teve baixos rendimentos no passado, é estar atento e, acima de tudo, é estar preocupado com o setor.
Tal como já referi, não interessa quem é o proponente dos projetos de resolução. Este foi o nosso, foi alterado e nunca tivemos receio em aprovar, porque para nós, o que interessa é que sejam compensados aqueles que vivem em dificuldades.
Para nós o que interessa, é que sejam praticadas justiças sociais com aqueles que durante muitos anos sofreram essas mesmas injustiças.
Para nós, o que interessa é que tenhamos finalmente um Governo e uma maioria que olham mais para os pescadores.
Isso é que interessa e não tenho dúvidas de que esta será uma boa medida para os pescadores que mais necessitam.
Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Paulo Estevão** *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM votou favoravelmente esta iniciativa, não porque este Governo esteja a fazer menos. Este Governo está efetivamente a fazer mais do que o Governo anterior e a obter melhores resultados.

Votámos a favor, porque ainda queremos fazer mais pelos pescadores e queremos fazer mais pela justiça no setor.

Nós votámos favoravelmente esta iniciativa, não porque o sector das contas das conserveiras esteja agora numa situação pior.

Falou-se no caso de Santa Catarina e do que isso significava em termos dum prejuízo brutal de mais de 2 milhões de euros todos os anos e que este Governo resolveu.

Ou também do caso do sector das conserveiras no Pico, que terminou como terminou na Legislatura anterior e que este Governo também resolveu.

Dizem V. Exas. que "isso é sorte". "É sorte, aconteceu", portanto, são resultados que vos caíram do céu.

Deixem-me socorrer de uma frase de um amigo meu: "a sorte dá muito trabalho", dá muito trabalho.

E o que dizer do aumento do preço a que está a ser vendido o peixe?

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Que está a bater todos os recordes, nunca o peixe nos Açores foi tão valorizado.

Dizem V. Exas. "sorte".

Não é sorte. É porque temos um sistema de transporte eficaz que está a fazer chegar aos mercados de forma eficiente o nosso peixe!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: É uma estratégia com resultados. E estão V. Exas. preocupados, também, em relação ao futuro, em relação à proteção das espécies.

Qual é a nossa resposta?!

Qual é a nossa estratégia?

Nunca, nenhum governo teve um plano de proteção de criação de zonas protegidas tão ambicioso como este Governo dos Açores.

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* Muito bem!

O Orador: A maior zona da Europa. E, por isso, em relação a esta matéria, os factos pura e simplesmente desmentem V. Exas. E o que nós temos é uma estratégia de proteção.

Dizem, também, V. Exas.: "e a gestão das quotas?"

A vossa estratégia é: "os senhores Pescadores têm rendimentos baixos e nós agora queremos que não pesquem mais a partir de determinado período do ano". E essa não tem sido a estratégia.

A estratégia é verificar, em cada caso, se esse esforço pode ser feito. E não ser um burocrata qualquer, sem qualquer tipo de explicação e análise científica, a decidir não fazer, prejudicando os

pescadores gravemente.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Isso é um erro!

O Orador: E isso também não fizemos!

É por isso que os rendimentos estão a aumentar!

Há estratégia e há resultados!

São os melhores resultados e é uma estratégia boa.

Meus senhores, qual é a estratégia boa? É a estratégia que tem resultados.

Os generais que ganham as guerras… qual foi a melhor estratégia? A do general que perdeu ou a do general que ganhou?

Deputado José Ávila *(PS):* O problema é que o senhor não ganhou a guerra!

Deputada Ana Luis *(PS):* Não ganhou coisa nenhuma.

O Orador: V. Exas. perderam, onde nós ganhamos.

A nossa estratégia é melhor. Os senhores são o general derrotado.

Nós somos o general vencedor!

Há também uma outra questão, e com isto termino: nós não ficamos contentes de ter ganho esta batalha. Nós queremos ganhar a guerra.

A guerra é feita de muitas batalhas. E para isso é que este Governo apoiou esta proposta.

Se fosse no vosso tempo, com a maioria absoluta, aquela maioria absoluta impenetrável, o que é que teria acontecido?

A iniciativa que era do outro partido, teria sido reprovada aqui. Podia estar cheia de razão, mas a força esmagadora da aritmética da maioria absoluta teria derrotado esta iniciativa.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Sem apelo nem agravo.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Que bela declaração de voto.

Deputada Ana Luis *(PS):* Isto é uma vergonha Sr. Presidente!

O Orador: Não foi isso que aconteceu, porque nós consideramos que é justa e acompanhamos este esforço, no sentido de valorizar o rendimento dos pescadores.

Eu lembro-me aqui de iniciativas minhas que foram reprovadas.

Deputada Ana Luís *(PS):* Isso não é uma declaração de voto!

O Orador: Eu estou neste âmbito, não fugi do âmbito da pesca.

Continuo a *pescar*.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, estamos no âmbito duma declaração de voto.

O Orador: Faltam 20 segundos e eu só quero dizer que me lembro muito bem quando aqui disseram: "não podemos aprovar, porque está no nosso programa, portanto, isso é nosso". E, depois, a seguir,
noutra proposta, disseram: "não aprovamos, porque não está no nosso programa, portanto também não podemos aprovar". E nós estávamos aqui perante um muro de reprovações que era porque *estava* ou porque *não estava.* Não havia qualquer tipo de hipótese.
Por isso, a nossa perspetiva e o nosso objetivo qual é?
É melhorar o rendimento dos pescadores.
Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.
O Orador: E é por isso que esta medida se vai executar com eficácia, como até agora o fizemos!
Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Francisco Coelho *(PS):* Isto é a Aljubarrota do Regimento, *Sr. General!*
Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.
Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?
Não havendo, vamos avançar na nossa agenda.
Avançamos para o ponto 11 - **Projeto de Resolução nº 94/XII, "Alargamento e diversificação do ensino artístico especializado nos Açores"**
É uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD CDS/PP e PPM.

Para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo, faça favor.

(Neste momento o Deputado Marco Costa foi substituído no lugar de Secretário da Mesa pelo Deputado Paulo Silveira)

Deputada Délia Melo *(PSD):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma educação de qualidade pressupõe a promoção de políticas educativas que promovam a igualdade de oportunidades no acesso ao conhecimento, na partilha de informação, na acessibilidade aos conteúdos e iniciativas lúdico-pedagógicas. Só assim é que conseguiremos promover o efetivo sucesso educativo.

E foi nesta lógica, nesse seguimento, que os partidos da Coligação apresentaram o presente Projeto de Resolução que estará agora em análise, sobre o alargamento e diversidade do ensino artístico especializado nos Açores, precisamente para cumprir com este desígnio: a igualdade de oportunidades e promover também a coesão regional.

E porquê?

Porque de momento, a Região dispõe de sete escolas que oferecem o ensino artístico especializado que estão distribuídas por 5 ilhas: São Miguel, Terceira, Graciosa, Pico e Faial.

Há quatro ilhas que estão a faltar. Ou seja, quatro ilhas com alunos que veem o direito de frequentar o ensino artístico especializado negado, pela falta deste percurso formativo, pela ausência deste percurso formativo.

Este alargamento permitirá que todos os alunos possam ter oportunidade de aceder e complementar os seus estudos e a sua formação escolar nesta área.

Mas a Coligação não se fica por aqui. Também considero essencial que haja

de facto uma diversificação da oferta já existente. Ou seja, alargar às áreas da dança, da pintura, do desenho, do teatro, para permitir uma maior abrangência de alunos. Porque atualmente há ainda poucos alunos que frequentam o ensino artístico especializado, há uma percentagem muito baixa no cômputo geral. E diversificando a oferta, poderemos abranger mais alunos, sendo que depois esta maior amplitude também poderá beneficiar das parcerias com instituições locais, isto é, com instituições culturais existentes na Região. E o envolvimento de parceiros locais poderá também contribuir e ser até um fator que irá impulsionar o desenvolvimento deste ensino artístico, principalmente nas ilhas que não têm este percurso formativo.

Este Projeto de Resolução nasce, também, por estarmos atentos e percebermos a importância e por valorizarmos este tipo de ensino, o ensino artístico e especializado que se alicerça no desenvolvimento de competências essenciais para a integral formação do ser humano.

Estamos a falar de competências ao nível sensorial, motor e afetivo por via da comunicação e expressão criativa, a imaginação criativa, a sensibilidade estética e a capacidade crítica.

Há estudos que comprovam, aliás, que educar através da arte, exponencia todo o processo de ensino e aprendizagem em diferentes áreas curriculares.

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Aliás, no próprio programa do Governo, nós temos a importância da democratização do ensino artístico, não só na área da música, mas também noutras áreas que já aqui referi. Porque volvidas décadas em que imperam como referência na matriz curricular, áreas disciplinares como o português, a matemática e as ciências, está na hora de também consagrar às artes a importância do ensino artístico no ensino.

Esta generalização do ensino em todas as ilhas açorianas, irá certamente trazer um impacto muito positivo para o desenvolvimento formativo, artístico, cultural e associativo das ilhas.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Neste seguimento e sem mais delongas, passarei a ler os pontos resolutivos que compõem o nosso projeto de resolução.

Assim, nos termos estatutários e regimentais legalmente aplicáveis, os Grupos Parlamentares do PSD, CDS/PP e PPM propõem que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional que

1- promova até ao final da Legislatura, o alargamento do ensino artístico especializado na área da música dirigido aos alunos do ensino básico, a todas as ilhas dos Açores que ainda não o possuem.

2- amplifique e diversifique a oferta formativa do ensino artístico especializado já existente, nomeadamente nas áreas
da dança, pintura, desenho e teatro.

E, por último, que desenvolva parcerias entre as escolas dos Açores e instituições culturais ou artistas regionais ou nacionais, visando a implementação da oferta formativa em ensino artístico especializado nos Açores.

Disse.

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentada a iniciativa.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais** *(Sofia Ribeiro):* Muito obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional dos Açores acolhe, obviamente, e de muito bom grado, esta Proposta de Resolução de extensão do ensino artístico na nossa Região, considerando até que é a diversificação curricular, alternativas, estratégias e complementos de

formação que constituem um dos pilares fundamentais para a promoção do sucesso educativo. E, aliás, isso mesmo consta,

como aqui já foi bem referenciado, do programa de ação deste Governo.

Consideramos que a promoção do ensino artístico, não só constitui uma mais-valia no todo do sistema educativo, como acima

de tudo, desde as mais tenras idades. E, portanto, deixamos já aqui esta nota da relevância de educarmos também para as artes, desde o pré-escolar. E não podemos continuar a trilhar um percurso na educação nos Açores em que nestas mais tenras idades no pré-escolar e no 1º ciclo, o ensino artístico, ou a educação nas artes -que é mais abrangente do que o ensino artístico em si - continue a ser uma instância de recurso e uma instância complementar e não apenas curricular.

Ora tem sido esse efetivamente o desígnio deste Governo e é já bem patente nos números de adesão ao ensino artístico da nossa Região. Em apenas 2 anos letivos da nossa responsabilidade, já aumentámos em 10% a frequência do ensino artístico nas escolas da nossa Região. E apraz-nos ainda mais ressalvar que se tivermos em consideração os cursos de iniciação e, portanto, precisamente ao nível do primeiro ciclo do ensino básico, temos um aumento ainda mais substancial que é de 20% de frequência e de escolha livre dos

nossos alunos por este nível de ensino. E, portanto, continuaremos obviamente a prosseguir neste trabalho e com esse desígnio.

Não podemos deixar de frisar, e acolhemos também, os pareceres positivos de todas as entidades que foram chamadas a pronunciar-se no âmbito desta iniciativa, relativamente a esta Proposta de Resolução.

Estes pareceres positivos apontam inclusivamente para a necessidade da especialização, desde as mais tenras idades, como acabei de referir. Apontam, também, desafios que se nos colocam e aos quais, obviamente, nós não somos alheios. Mas aquilo que não pode acontecer, é deixarmos de colocar uma fasquia mais alta, com medo dos desafios. Não podemos deixar de permitir, ao ser alheios à vontade dos jorgenses, dos marienses, dos florentinos ou até dos corvinos, quando se nos dirigem a pedir por alternativas no âmbito do ensino artístico, não podemos continuar a ter uma postura de negação dessas mesmas vontades, simplesmente porque não existem recursos. Nós temos é que criar os recursos e é esse trabalho que estamos a fazer.

E como é que vamos fazer em termos práticos?

O Governo Regional também se comprometeu, e temos estado a trabalhar nesse âmbito, a fazer reformas estruturais no sistema de educação que assentam em três pilares:

- A revisão do regime jurídico da criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas que já está negociada com os sindicatos e que será em breve apresentada nesta Casa;
- A revisão do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente, que será em breve apresentada às associações sindicais deste setor;
- A própria revisão do Estatuto do Pessoal da Ação Educativa que também já foi apresentada, em termos de revisão dos
estatutos dos trabalhadores no sector da educação;

E uma outra que é,

- A revisão dos currículos da educação básica.

Ora, é precisamente aqui que se consubstanciará este nosso desígnio do reforço e da democratização do ensino artístico com expressão, como disse há pouco, desde as mais tenras idades, não somente no ensino artístico especializado, mas também no reforço da expressão musical, da expressão plástica e da própria expressão motora.

Entendemos que esse é um desígnio que corresponde aos cânones internacionais de reforço e promoção do sucesso educativo regional.

Muito obrigada.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Secretária Regional.

Sra. Deputada Ana Luís, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Luís** *(PS):* Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução que os partidos que suportam este Governo nos trazem hoje aqui a debate e para futura votação, assenta em princípios que obviamente todos partilhamos: a igualdade de oportunidades, a educação de qualidade e a coesão regional.

Mas nós não podemos deixar de apontar a forma leve, para não dizer leviana, com que este Projeto de Resolução nos é apresentado, porque a verdade é que este Projeto de Resolução não passa de um conjunto de boas intenções. Efetivamente elenca os tais princípios para uma educação de futuro, cheio

de palavras bonitas, apesar de parcas, mas não concretiza nada. Está repleto de incoerências e é completamente alheado da realidade.

Eu ainda pensei que a Sra. Deputada Délia Melo na sua intervenção de tribuna, depois de ler os pareceres que nós recebemos, pudesse, de certa forma, dar conta não só dos tais desafios, como a Sra. Secretária tentou florear os pareceres que recebemos - a maior parte deles, senão mesmo a maioria, questiona a operacionalização deste alargamento - mas efetivamente estava convicta que não teria que ler a minha intervenção, aliás, até estava preocupada, porque era o que se exige aos partidos que suportam este Governo, que têm responsabilidade da governação da nossa Região, que têm a obrigação de conhecer a nossa realidade, de ouvir os açorianos. Exige-se muito mais de vós, do que apenas estas bonitas palavras com que aqui nos presentearam, quer na intervenção, quer no documento em si. E sem concretizar nada porquê?

Obviamente este é um Projeto de Resolução, mas o preâmbulo poderia e deveria, na minha opinião, definir um caminho, fazer uma abordagem para a implementação e operacionalização deste alargamento, mesmo que ao de leve, mas nada diz nem nada faz.

Quando? Em que termos? Que premissas observar em termos de recursos humanos e materiais? Que legislação será eventualmente

necessário alterar, como a Sra. Secretária também se sentiu na obrigação de referir?

Nada concretiza. E também é repleto de incoerências, porque vamos a ver: a Sra. Secretária convocou este Parlamento para um pacto. Um Pacto da Estratégia da Educação para a década.

Reuniu com os partidos em janeiro deste ano e o PSD, no final desta reunião, pela voz da Sra. Deputada Délia Melo diz o seguinte, e passo a citar:

"Este encontro serviu de ponto de partida para a reflexão do setor educativo nos Açores e para definir prioridades de intervenção." E continuo a citar:
"É preciso melhorar a qualidade das aprendizagens". E entre vários aspetos, concluiu dizendo:
"…e levando, também, o ensino artístico a todas as ilhas da Região Autónoma dos Açores".

Deputado Joaquim Machado *(PS):* E o PS está contra?

A Oradora: Não. Mas passadas 3 semanas desta reunião, os partidos da Coligação apresentam esta necessidade de alargar o ensino artístico especializado a todos da Região, até ao final da Legislatura. Ou seja, e a reflexão que era necessária?

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Onde é que o PS andou?

A Oradora: E a priorização das intervenções? E a estratégia para a década?

Deputada Andreia Costa *(PS):* E o pacto?

A Oradora: Quando se exige a implementação desta medida em 2 anos?

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* A senhora queixa-se de 2 anos. Eu queixo-me de 24!

A Oradora: E, aliás, nem sequer refere para quando a diversificação.
Entendo também que esta incoerência flagrante, aliás, que é vossa, não é nossa, porque efetivamente, quem disse que isto devia ser incluído como proposta da estratégia para a década foi a Sra. Deputada Délia Melo, não foi o Partido Socialista, mas também é incoerente nos seus próprios pontos resolutivos, porque no primeiro ponto diz que em 2 anos, ou seja, até ao final da Legislatura, se deve fazer o alargamento a todas as escolas da Região ao nível do ensino básico.

(Aparte impercetível da Deputada Délia Melo)

A Oradora: É o que está escrito, sim, senhora: "alargamento do ensino artístico da música dirigido aos alunos do ensino básico, a todas as ilhas dos Açores que ainda não o possuam".

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* Todas as ilhas!

A Oradora: Todas as ilhas.

Mas no 2º ponto, já diz que a "diversificação da oferta formativa do ensino artístico especializado já existente, nomeadamente nas outras áreas, também deve ser diversificado".

Mas quando? Também nos 2 anos? Para já? Ou este ponto é que vai para a estratégia para a década?

Sinceramente, acho que não preciso dar mais exemplos, porque de facto este documento foi feito completamente em cima do joelho.

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* Leviano foi o das pescas!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: E, por fim, é totalmente alheado da realidade.

A Sra. Deputada Délia Melo disse *estamos aqui atentos*, pois podem estar atentos a tudo, menos efetivamente àquilo que é a realidade das escolas.

A verdade é que dos quase 25 pareceres, Sra. Secretária, que recebemos no âmbito deste processo legislativo e das audições que fizemos em Comissão, é verdade que foram todos favoráveis. Nós também concordamos com o princípio que subjaz a esta iniciativa, mas a verdade é que todos, sem exceção, referiram preocupações com a operacionalização desta iniciativa. E nenhuma destas preocupações foi elencada, indicada ou abordada, mesmo que levemente, nesta iniciativa.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Foi mais do que isso!

A Oradora: A necessidade de formação específica, a estabilidade do quadro docente, as necessidades de materiais adequados, as tais alterações legislativas necessárias para que este alargamento seja eficaz e eficiente e não 2 ou 3 folhas cheias de princípios-base.

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* O PS é que fazia assim!

A Oradora: A adequação às circunstâncias das nossas escolas e ilhas.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* A Sra. Deputada esteve aqui tantos anos sem criticar, que acho que não está treinada na crítica!

A Oradora: A adequação às diferentes circunstâncias das nossas escolas e ilhas, nomeadamente ao nível demográfico, como aliás, a Sra. Deputada Délia Melo o referiu, nada.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Imagino o que vai dizer o colega Rodolfo Franca!

A Oradora: Nada diz este Projeto de Resolução sobre as necessidades e preocupações das nossas escolas. Foi feito à pressa. Aliás, 3 semanas a seguir a uma reunião que deveria dar origem, essa sim, a um conjunto de propostas para a tal estratégia para a década que foi completamente esquecida, porque também não se sabe exatamente em que ponto é que está.

Não se ouviu ninguém.

Está completamente alheado da realidade. E de quem tem responsabilidades de governar a Região, exige-se mais, muito mais do que isto.

Esta iniciativa que hoje aqui apreciamos é o exemplo desta governação simplista, sem estratégia, mas cheia de palavras bonitas. E governar não é isto.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS/PP):* Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois da intervenção da Sra. Deputada Ana Luís, tenho que dizer, em primeiro lugar, que a exigência é igual para todos nós, quer sejamos deputados da posição ou da oposição.

A exigência é igual para todos e não há aqui uma maior exigência aos deputados que suportam o Governo.

Deputada Ana Luis *(PS):* Há , há!

A Oradora: Até porque parte-se do princípio (errado) de que há uma regalia por sermos os partidos que suportam o Governo. E isso não deve ser assim. A exigência deve ser a mesma para todos os deputados desta Casa.

Deputada Ana Luís *(PS):* Coerência e responsabilidade!

A Oradora: Depois dizer que após a intervenção da

Sra. Deputada, até parece que estamos aqui a falar dum projeto de decreto legislativo regional e não estamos.

Deputada Andreia Costa *(PS):* Olha que engraçado!

A Oradora: Estamos a falar dum projeto de resolução, que é uma recomendação ao Governo.

Até parece que no documento que aprovámos anteriormente, que era também uma recomendação ao Governo, havia também essas especificidades todas e que estava tudo definido de como é que se ia dar o apoio…

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: … a quem é que se ia dar o apoio, ou a maneira como se ia atribuir o apoio aos pescadores. Não!

Deputado Rui Martins *(CDS-PP)*: Muito bem!

A Oradora: Era um apoio generalizado, mas os senhores entendiam que nós, naquele parágrafo, tínhamos que depreender que era para quem não tivesse recebido o rendimento, ou para quem tivesse perdido rendimento. Ou seja, tínhamos que depreender tudo isso, daquele parágrafo. Mas agora nesta Resolução do alargamento do ensino artístico, é que tudo tinha que estar especificado ao mais ínfimo pormenor. E, portanto, isso sim é que é uma incoerência, Sra. Deputada!

Deputado Rui Martins *(CDS/PP)*: Muito bem!

A Oradora: Dizer que quanto às definições que deviam estar ou não no preâmbulo, esta foi a iniciativa que estes partidos elaboraram e que entenderam que devia ser feita.

Os pareceres efetivamente apresentam alguns desafios. E a operacionalização de um projeto de resolução, como qualquer projeto de resolução desta Casa, é feita pelo Governo, caso seja aqui aprovado.

É esse o trabalho que o Governo, sim, terá de desenvolver, caso isto esteja aprovado.

Não são estas bancadas que têm que definir no projeto de resolução o modo como será feita a operacionalização. Isso nunca foi feito.

Deputado Rui Martins *(CDS/PP)*: Muito bem!

A Oradora: E, por isso, não sei qual é a incoerência a que a Sra. Deputada se refere.

Quanto aos desafios, claro que eles existem.

É para isso que também estes pareceres e estas audições servem. Não tem de haver o entendimento de que sempre que existem audições… porque então agora, se existirem audições onde se apresenta estes desafios, vamos dizer:

"Olha, então vamos tirar a iniciativa, porque as escolas depois ficam na dúvida sobre como é que vão implementar isto".

Deputada Ana Luis *(PS):* Eu não disse para tirarem nenhuma iniciativa.

A Oradora: Não.

Estes desafios também servem… e por isso é que temos uma Secretária da Educação, atenta a esses pareceres…

Deputado Gustavo Alves *(PPM)*: Muito bem!

A Oradora: … exatamente para ter em atenção essas questões quando operacionalizar esta iniciativa, caso ela seja aprovada.

Os pareceres e as audições também têm essa função, Sra. Deputada.

Queria também dizer uma coisa em relação ao Pacto e à

Estratégia para a Década, bem como as reuniões que existiram no âmbito dessa estratégia por parte do Governo.

Isso não significa que os parceiros e aqueles que são ouvidos no âmbito dessas reuniões, deixem de ter iniciativas para a educação. Era o que mais faltava.

Quer dizer, fazemos as reuniões, damos a nossa opinião, mas vamos continuar a ter as nossas iniciativas, as iniciativas que o Grupo Parlamentar entender para a Educação.

Aquilo não é feito para nos calar. Antes pelo contrário, é para apresentarmos as nossas ideias, apresentarmos as nossas diferenças e tentarmos, sim, conciliar posições naquilo que entendemos que será o melhor caminho para a educação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: É para isso também que essas reuniões servem e não para nos servir de fita cola na boca para nunca mais ninguém falar na educação. Não é esse o princípio.

Quanto à iniciativa que apresentámos da diversificação, fizemo-lo exatamente para reforçar a importância que entendemos que o alargamento deste ensino artístico especializado nos Açores tem.

Sabemos que isto é um processo contínuo.

Sabemos que isto é um processo que vai ser variável, consoante as escolas.

A implementação destes projetos estará dependente da recetividade por parte dessas escolas.

Sabemos que isso é um processo gradual, mas acho que temos que avançar realmente cada vez mais para este alargamento do ensino artístico, porque a verdade é que tem de existir uma igualdade e

devemos ser promotores dessa igualdade de oportunidades nas nossas escolas.

Devemos potenciar as aprendizagens, motivando também os alunos por esta via, nomeadamente junto daqueles que sentem que têm estas capacidades, que têm este gosto pelas artes, como forma também de os motivar no seu percurso escolar.

Isso é fundamental, no nosso entendimento, para termos um ensino de sucesso, com alunos motivados, dando também esta igualdade de oportunidades.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Temos a consciência de que não é um processo fácil, mas cá estaremos para fazer o que for preciso, para tentar trilhar este caminho do sucesso escolar dos nossos alunos que eu acho que é o objetivo principal desta iniciativa.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes, faça favor.

Deputada Alexandra Manes *(BE):* Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução que nos trazem os partidos da Coligação recomenda ao Governo Regional a implementação de um processo de alargamento e diversificação do ensino artístico especializado nos Açores.

O Bloco de Esquerda concorda com o investimento nestas áreas, pois estas representam um desenvolvimento da Educação…

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Aleluia!!

A Oradora: … e reconhecemos o papel importante que as expressões e o ensino artístico representam no desenvolvimento das crianças, contribuindo para a compreensão dos conteúdos lecionados, no âmbito da transversalidade das diferentes disciplinas.

A escola deve proporcionar um desenvolvimento de competências que responda aos desafios colocados à sociedade, na formação de cidadãs e cidadãos aptos e autónomos, capazes de pensar critica e criativamente. Trabalhando a criatividade e expressão emocional das crianças e jovens…

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem!

A Oradora: … desenvolvendo competências sociais fundamentais para uma integração saudável, que permitirá a desenvolver competências para a resolução de problemas no quotidiano.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Está em grande forma Sra. Deputada!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Não é por acaso que as Expressões fazem parte integrante do pré-escolar, encontrando-se plasmadas nas Orientações curriculares para a educação pré-escolar.

Portanto, não podemos deixar de concordar que o ensino artístico deve ser alargado a todas as ilhas dos Açores, bem como a sua oferta ser diversificada nas diferentes áreas. No entanto, é necessário acautelar as condições necessárias para o seu correto desenvolvimento, sendo fundamental fazer um trabalho prévio de preparação para a implementação do Ensino Artístico Especializado, de forma que não se condicione a qualidade do ensino. Aliás, a maioria dos pareceres que recebemos, reconhecem a importância desta iniciativa aqui apresentada, desde que as escolas sejam dotadas de recursos humanos e materiais para a efetiva oferta do ensino artístico, nomeadamente com salas específicas, materiais certificados para cada área e professores com especialização nas diferentes áreas.

É também extremamente importante que a lecionação da componente da educação artística no pré-escolar e 1º ciclo seja realizada por docentes com formação específica em cada uma das áreas contempladas por esse tipo de educação, tal como acontece com as disciplinas de Inglês e Educação Física.

Deputado Paulo Estevão *(PPM)*: Tem razão, concordo!

A Oradora: A título de exemplo, se queremos alargar o ensino especializado em piano, sabendo que estes instrumentos requerem uma afinação no mínimo trimestral, além de não ser viável no ensino especializado da música a existência de pianos adquiridos no início da atividade do mesmo há mais de 30 anos, os quais já não apresentam as condições mínimas de sonoridade e afinação, como se pretende que esta afinação seja feita, quando sabemos

que o único afinador de pianos dos Açores deixou a Região no passado mês de julho, e porquê?!

Deputado Rui Martins *(CDS/PP)*: Há mais dois, Sra. Deputada!

A Oradora: Porque segundo este profissional, da parte do Governo dos Açores, não há interesse e não existiu sequer abertura para discutir o assunto para a sua permanência na Região.

Estamos a dias do novo ano escolar e já se ouvem escolas e pais a levantar a questão da falta de recursos humanos, nomeadamente de assistentes operacionais.

Vejamos, só a título de exemplo, estarão todas as escolas dos Açores preparadas com um piano?

Têm espaço para a prática do teatro e da dança? Ou o pretendido é um ensino artístico limitado ao ensino da música?

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* É sempre pouco!

A Oradora: São os próprios pareceres dos entendidos na matéria que nos dizem – e passo a citar:

"A formação artística especializada é dispendiosa e não pode ser gerida apenas pelos lucros do dinheiro investido. A formação artística é um investimento a longo prazo, geracional, de conhecimento, de cidadania e de mundividência." E que devemos assumir "a educação e a cultura como investimentos determinantes na afirmação da nossa açorianidade, trilhando um caminho de progresso que nos leve a uma região cultural e educacionalmente coesa, inclusiva e evoluída."

No entanto, também são esses pareceres que nos alertam para as dificuldades da operacionalização deste Projeto de Resolução, porque são estas pessoas que melhor conhecem a realidade das escolas.

Perguntam, se haverá obras nas escolas que não têm salas para o efeito? Que não dispõem de recursos físicos e humanos. Que as escolas têm falta de assistentes operacionais para acautelar a segurança de crianças e jovens.

Sras. e Srs. Deputados:

Por acaso acabei de receber uma mensagem relativa a um atraso na entrega de equipamento eletrónico digital que permitirá a implementação dos manuais digitais na Escola Domingos Rebelo.

Se a implementação do ensino artístico for como a implementação dos manuais digitais, para 2030 estaremos todos a falar aqui ainda do piano, do clarinete, da corneta e do teatro.

Muito obrigada.

Deputado Francisco Coelho *(PS):* Não há guerra sem corneta. Se temos um general, temos que ter corneta!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado *(Indep.):* Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O direito de acesso ao ensino artístico é algo para que a sociedade atual está desperta e entende como adequado.

O ensino artístico desperta consciências, eleva os padrões da sociedade e traz outras mais-valias a toda a sociedade no seu global. No entanto, é preciso termos consciência de que os recursos não são ilimitados e os recursos deste Governo também não são ilimitados. E tenho sérias dúvidas de que a Secretaria da

tutela tenha disponibilidade de recursos para pôr em prática, mesmo que de forma (muito) gradual, a implementação do ensino artístico.

E vejamos:

Quando a cobertura do ensino regular com as matérias base ainda não é uma realidade universal em todas as ilhas, onde a colocação de professores ainda é um problema muitas vezes, porque as ilhas são distantes, deslocadas; porque não há habitação para os professores; porque não há verba para criar condições que

confortem os professores para serem colocados naquelas ilhas; quando temos ainda problemas com a reabilitação de edifícios escolares, o que é natural - essas coisas acontecem, são muitos edifícios escolares - há também uma herança doutros governos, mas eu não gosto de entrar por essas situações.

Quanto temos atualmente uma situação à qual é preciso ter atenção e, nas últimas 24 horas quem esteve atento percebeu isso, o

acesso ao dinheiro está a ficar muito caro. E temos que ter a consciência de que os orçamentos regionais poderão basear-se cada vez mais no aumento de financiamento da nossa Região, do exercício normal de custo da nossa Região.

Temos que entender que efetivamente o ensino artístico poderá estar, neste momento, a ser algo que é utópico.

O facto de se dizer que isso não é para implementar, mas que é para ir implementando devagarinho, eu até aceito o princípio, só que pela minha experiência neste tipo de situações e de procedimentos, o que sucede é que isso acontece *devagarinho* em determinadas zonas e vá-se lá saber por que razão, acontece depressa noutras zonas. O que faz com que, depois, deixe de haver a tal universalidade do princípio do direito àquele bem.

Ora bem, a aprovação desta medida aqui nesta Casa, no fundo, vai trazer esperança a pessoas que, como eu, acreditam que o ensino artístico é importante na formação dos nossos jovens.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Mas isso acaba por constituir, como disse, uma promessa. E como eu gosto pouco de fazer promessas que depois não se concretizam, se eu aprovasse esta medida, seria mais um dos que estaria a contribuir para gerar aqui um sentimento de que isso vai acontecer em tempo próximo, coisa que infelizmente, pelas limitações aqui referidas, eu não acredito.

Desde logo, devido à necessidade de realização de obras, à necessidade de se criar condições para a fixação de professores, à dificuldade do acesso ao dinheiro. Ou seja, há todo um conjunto de elementos que vão dificultar a implementação desse ensino artístico. E eu não estou disponível para também fazer parte dum conjunto de pessoas que vai indicar, no meu entender de forma errada, que vai começar a surgir a implementação do ensino artístico na Região. E, desta forma, não vou votar favoravelmente. Vou-me abster nesta votação, porque, entendo que não é o momento para falarmos de implementação do ensino artístico na Região, porque não há condições para que isso aconteça.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos perante um Projeto de Resolução que prevê e recomenda ao Governo a implementação do ensino artístico especializado nas escolas dos Açores desde o pré-escolar ao1º ciclo e por aí adiante.

Se estivéssemos a falar de economia, eu diria que a educação na Região está em processo recessivo. E explico.

Não que esteja no mau caminho, não é esse o sentido da minha frase. Eu diria que está em processo recessivo porque tem menos alunos. Há escolas extremamente degradadas. Houve um esforço de investimento no parque escolar. Temos ora escolas de topo, como temos escolas como **a do Topo.**

Está em processo recessivo, porque inclusivamente - e vamos ver isso já na próxima semana, nas páginas dos jornais e na página da Bepa – há falta de professores, nomeadamente de filosofia, português, história.

Ao que parece, só há excesso de professores de educação física, para mal dos pecados do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(Risos de alguns Deputados das variadas bancadas)

O Orador: O Sr. Deputado Paulo Estêvão, gostava de ter o seu filho mais próximo, foi só por isso que eu disse. Mais nada.

Eu quando falo no seu nome, o senhor já fica incomodado.

O ensino artístico especializado, obviamente pressupõe ser ministrado por especialistas. E esta é uma das questões que

me parece que deve ser bem esclarecida nesta Câmara, para que amanhã não estejamos a lançar anúncios na Bepa para contratar

artistas com o 12º ano para ocuparem lugares que sejam criados nas escolas do primeiro ciclo ou de pré-escolar ou nas secundárias, para ministrarem de forma, diria *Ad hoc*, aquilo que se pretende que seja um ensino artístico especializado.

Este é, Sra. Secretária, o primeiro repto que lhe deixo.

É que, de facto, a Secretaria Regional da Educação na prossecução daquilo que está plasmado neste Projeto de Resolução, tenha o cuidado de ministrar, de facto, ensino artístico especializado e não ensino artístico *Ad hoc*.

Há, no entanto, duas coisas que do debate inicial desta iniciativa, me despertam alguma preocupação.

Há pouco numa resolução tomada pelo Partido Socialista ao PSD, havia que ser vago nos pontos resolutivos. Agora, nesta, já havia que ser mais concreto nos pontos resolutivos.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* E no preâmbulo.

O Orador: Há uns meses, quando se justificou a baixa à Comissão de um projeto de resolução da Iniciativa Liberal foi

porque era demasiado específico.

Há que ter aqui algum critério, Srs. Deputados.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* O critério é… não ter critério!

O Orador: Eu não sou daqueles que defende demasiada coerência em política, porque a demasiada coerência em política redunda

em teimosia. E ao longo dos anos nós sabemos o que é que aconteceu a um certo partido que era muito coerente. Era elogiado pela sua coerência. Tão coerente que foi desparecendo. Mas há que ter pelo menos um critério.

No entanto, o que ainda eu estranho mais é a posição do Bloco de Esquerda. Ou seja, como não há condições para implementar isto, então não se faz, não se tenta, não se faz um esforço, não se experimenta.

Deputado António Lima *(BE):* Não foi isso que nós dissemos. O senhor não ouviu com atenção.

O Orador: Eu ouvi atentamente a intervenção da Sra. Deputada Alexandra Manes que, aliás, como sempre – e não condeno isso – foi lida e, portanto, é fácil de ser relida.

Não é preciso sequer pedir aos serviços que distribua pelos Srs. Deputados. Basta pedir ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda que o faça. Não vem mal ao mundo ler intervenções, até tem essa vantagem.

Deputado António Lima *(BE):* O senhor deve andar distraído.

O Orador: O mesmo disse o Sr. Deputado Carlos Furtado, isto é, como a gente não sabe bem como é que isto vai funcionar, então não vamos experimentar.

Deputado Carlos Furtado *(Indep.):* Não foi isso que eu disse!

O Orador: E como é óbvio e vou voltar ao princípio, Sra. Secretária Regional da Educação, é importante retirar o ensino nos Açores desse processo recessivo em que se encontra. E eu não vou apontar culpados, porque culpados nesta matéria, infelizmente, são muitos. São muitos, não têm nomes, não têm partido. Há questões demográficas. Há questões que são internacionais, são até da

conjuntura internacional, e que têm até a ver com a forma como a humanidade se organizou nos últimos anos.

Nós só temos é que utilizar a nossa periferia, as nossas idiossincrasias, para tentarmos minimizar estes danos junto

das nossas populações. Mais nada. E nesse aspeto, a única dúvida que deixo em relação a este diploma é que de facto…

Deputada Andreia Costa *(PS):* Ah afinal tem dúvidas, vá lá!

Deputado António Lima *(BE):* Só as suas dúvidas é que são legítimas. As dos outros não!

O Orador: …que de facto seja feito e implementado por forma a garantir que esse ensino artístico é ministrado por especialistas e não por curiosos.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo.

(*) Deputada Délia Melo *(PSD):* Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo a minha intervenção dizendo que estou estupefacta com as palavras da Sra. Deputada Ana Luís!

Deputada Andreia Costa *(PS):* Credo senhora, não é preciso tanto!

Deputado Paulo Estevão *(PPM)*: Não fique, ela é assim!

A Oradora: Em primeiro lugar, porque não estava à espera de a ouvir. Estava, sim, à espera de ouvir o seu colega, mas isso é uma decisão vossa e da vossa bancada.

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* Foi despromovido.

A Oradora: Respondendo à Sra. Deputada Ana Luis: "leviandade", foi o termo que utilizou para caracterizar este Projeto de Resolução, devo então dizer, Sra. Deputada, que **leviandade** foi a forma como o Partido Socialista tratou educação nos últimos anos!

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Foi devido à vossa leviandade na forma como trataram a educação que quase chegámos ao abismo nesta área.

Portanto, Sra. Deputada, este Projeto de Resolução é *tão leviano, tão leviano*, que mereceu da parte de todas as entidades auscultadas o parecer favorável. Recebemos 25 pareceres, todos eles favoráveis. E devo dizer que, Sra. Deputada, parece que tudo serve para criticar este Governo.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Não, não foi isso que se disse! Ninguém é contra!

A Oradora: Está-nos a dizer que nós não ouvimos as escolas, nem sabemos o que é que se passa nas escolas. Pois, digo-lhe que nós ouvimos. Tanto é que os pareceres vieram favoráveis, porque todas as escolas querem o mesmo.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Mas eu acho que quem não ouve as escolas é o Partido Socialista, porque nós ouvimos e estamos a ir ao encontro daquelas que são as expectativas das escolas.

Mais: falou na questão de não estar especificado como é que seria operacionalizado, se é algo prioritário ou não?

Sra. Deputada, já foi dito aqui pelos meus colegas, que isto é um Projeto de Resolução, que não carece deste pormenor.

De qualquer forma, foi explicado também pela Sra. Secretária, o que é que está em cima da mesa e qual é o trabalho que está a ser feito para tal.

Devo dizer que de acordo com alguns pareceres recebidos, inclusivamente da Escola Básica Integrada da Horta, esta é uma prioridade.

Vou só ler uma parte do parecer.

Deputada Ana Luis *(PS):* Mas leia tudo então, Sra. Deputada.

A Oradora: "Considerando o contributo…

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* Escute, escute!

A Oradora: … científica e pedagogicamente comprovado, que as artes em geral e a música em particular, podem dar ao desenvolvimento integral das crianças e no alcance do perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória, justifica o assumir desta iniciativa como uma prioridade a curto prazo".

Deputada Ana Luis *(PS):* E o que é que eles disseram a seguir? Leia tudo! Anda a aprender depressa.

A Oradora: Sra. Deputada, portanto, vamos lá ver, entra também para a estratégia, nós sabemos que isso não acontece de um dia para o outro. Nós temos isso no nosso Projeto de Resolução para ser implementado até ao final da Legislatura, mas obviamente será melhorado e aprimorado ao longo dos anos.

Uma coisa é certa e não nos podem acusar do contrário: nós estamos a promover a igualdade de oportunidades, coisa que o Partido Socialista nunca fez.

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* Muito bem.

A Oradora: Nós estamos a trabalhar para a coesão regional.

Continuando aqui com algumas clarificações, já era expectável e previsível que a Sra. Deputada Alexandra Manes também viesse aqui falar do afinador de pianos e do facto de ter saído da Região.

Pois, Sra. Deputada, devo dizer-lhe que também eu fiz o meu trabalho de casa, porque a senhora só falou no caso que lhe interessou. Mas não falou noutro caso que veio dias depois no jornal. Eu vou relembrar, só para refrescar a memória, porque certamente também leu, mas não quis falar, que há um outro afinador de pianos, natural da ilha Terceira que diz o seguinte:

"A Região sempre contou com o apoio de vários afinadores vindos do continente. E só tem beneficiado dessa diversidade de profissionais. E quando estamos plenamente satisfeitos com a qualidade do trabalho de alguém, é natural que se queira dar continuidade a essa relação. É por isso, na maioria dos casos, que o mercado é quem determina os profissionais que vingam em cada área".

Portanto, a decisão de ter saído da Região é deste profissional, é legítima, mas não se pode é, com base na opinião deste afinador de pianos, dizer que a Região não está aqui a fazer o seu papel e que não está a promover este tipo de ensino ou que não está a trabalhar para melhorar as artes.

A Oradora: Para concluir, gostaria de dizer que a abertura de qualquer percurso formativo, sabemos, exige sempre, ou melhor, traz sempre exigências no que concerne aos recursos, quer sejam humanos, quer sejam materiais. Nós estamos cientes disso.

Estamos cientes de que é preciso aqui assumir uma política de investimentos nesses recursos qualificados, mas também sabemos que este é um processo gradual, pode ser lento, aliás, se há falta de
professores noutras áreas, é expectável que nesta também haja. E há falta de profissionais nas outras áreas, devido à forma como o Partido Socialista, tratou (novamente) a educação e os professores – é uma evidência.
O que nós não podemos é ser parte do problema.
Deputado Carlos Silva *(PS):* Claro que não! Está no bom caminho, está!
Deputada Ana Luis *(PS):* E a estratégia Sra. Deputada? Onde é que ela está?!
A Oradora: Como decisores políticos, a nossa responsabilidade é perguntar o que é que nós queremos?
Encontrada a resposta, como é que vamos conseguir isso?
Não é cruzar os braços e dizer que há um problema que isso vai ser
difícil, por isso o melhor é não fazermos absolutamente nada, porque está tudo bem como está.
Portanto, nós estamos a agir e estamos a encontrar mecanismos para ultrapassar os problemas e os desafios.
Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.
Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 44 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que reocupem os vossos lugares, para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 05 minutos.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão, a quem dou a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Patrícia Manes inventou ontem uma estratégia -já que estamos a falar de estratégia – para se referir ao CHEGA quando este vota a favor e ao lado do Bloco de Esquerda.

Existem vários grupos parlamentares, referenciou ela aqui, que apoiaram o Partido Socialista, o PAN e … o *Grupo Parlamentar José Pacheco.*

Eu quero-lhe dizer, Sra. Deputada, que não acho que a estratégia seja má e nós devemos imitar e melhorar as (boas) estratégias.

Eu vou lhe dizer que o Grupo Parlamentar constituído pelo Sr. Deputado António Lima e pela Sra. Deputada, no início do seu discurso e naquilo que diz respeito exclusivamente à iniciativa, vossa V. Exa. concordou, e até teorizou, tendo feito até um conjunto de referências que considero bastante positivas e equilibradas.

Portanto, em relação à matéria de forma específica, isto é, em relação ao alargamento e diversificação do ensino artístico especializado nos Açores, V. Exa. concorda.

Portanto, em relação ao Projeto de Resolução e à sua substância, ao seu conteúdo, V. Exa. concorda.

Depois, achou que tinha que dizer outras coisas, algumas têm uma relação muito indireta e outras com uma relação, então, inexistente.

Fala V. Exa. das infraestruturas. Bem, este Governo tem menos de 2 anos. Há que ter aqui a consciência, como referiu e bem o Sr. Deputado Nuno Barata, de que temos instalações ótimas e temos outras que não são assim tão boas. E temos instalações muito más. E isso tem que ser resolvido. Mas não podemos é ficar à espera para implementar este projeto, dependentes de fazer estas reparações todas. Isto seria o que o Sr. Deputado António Lima refere muitas vezes que é a *política do betão.*

Deputado António Lima *(BE)*: Eu?!

Deputado Francisco Coelho *(PS):* Olhe que nós já temos algumas saudades de **algum** betão!

O Orador: Refere muitas vezes que é a política do betão que está em primeiro lugar. Não. O que nós temos que fazer é com as condições existentes e tendo como compromisso melhorar estas condições, implementar o alargamento e a diversificação do ensino artístico. E, nesta matéria de forma específica, concorda V. Exa.

Eu acho que isso é que é fundamental.

Quanto ao Partido Socialista… há realmente uma nova estratégia. Aliás, eu acertei quando identifiquei uma estratégia ao longo da semana. A estratégia, hoje, foi a do *polícia bom e do polícia mau.*

Deputado José Ávila *(PS):* E o guarda-fiscal.

O Orador: Já falou o *polícia mau.* Mas conhecendo o Sr. Deputado Rodolfo Franca, eu acho que ainda vai falar o *polícia… ainda pior.*

(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Afinal não há *polícia bom!*

O Orador: Não há polícia bom!

O que há aqui é uma diversificação estratégica, o que torna mais difícil o combate político, quando não se pode esperar sempre a mesma coisa.

Nesse sentido, qual é a crítica da Sra. Deputada Ana Luís?

A crítica que a Sra. Deputada Ana Luís, tem é: "em relação ao projeto genericamente estamos de acordo".

Faltou-lhe dizer que estamos de acordo em relação ao alargamento e diversificação porque, obviamente, os níveis que herdámos, em relação ao ensino artístico, de V. Exas., não são suficientes. Concordarão connosco, então, ou seja, se acham que é necessário alargar e diversificar, é porque consideram que a situação existente não é boa. E tiveram 24 anos para fazer isto: alargar e diversificar.

V. Exas. não o fizeram. E agora dizem que é necessário, que concordam (no essencial) connosco, pronto. Concordam que não o fizeram e concordam que agora é necessário fazer.

Há outra questão, agora, eu já estou habituado aos níveis de exigência que se colocam a este Governo. V. Exa. diz: "não, mas isso leva, 2 anos?!".

V. Exas. tiveram 24 anos, não o fizeram. E agora o grau de exigência é fazer isto em apenas 2 anos.

Aceitamos o desafio.

Nós percebemos que o grau de exigência é enorme e que aumentou significativamente. E, portanto, vamos corresponder de forma positiva.

Outra crítica da Sra. Deputada Ana Luis é o tamanho da letra, o parágrafo, o preâmbulo que devia dizer umas coisas, deveria ser muito mais específico, já agora, por que não fazer um articulado também (num projeto de resolução)?

Podíamos fazer um articulado, podíamos contemplar tudo, podíamos até fazer revogações, podíamos revogar aqui legislação, podíamos ter feito

muita coisa, podíamos fazer o que o Partido Socialista não fez, por exemplo, no projeto anterior ou nos projetos que apresentou esta semana toda.

Podíamos fazer o que V. Exas. não fazem!

Crítica concreta para além do tamanho da letra, da estética, uma discordância, alguma coisa assim de substancial… nada, zero! Absolutamente nada de substância, nada!

Não há nenhuma crítica.

Quando é dito "promova-se até ao final da Legislatura o alargamento do ensino artístico." diz V. Exa. "Com isso concordo".

Podia dizer outras coisas, podia ter aqui umas revogações… outras coisas, mas pronto.

Depois, diz assim, "amplifica e diversifica a oferta formativa". Diz a senhora: "ah com isso concordo".

Depois, quando diz: "desenvolva parcerias entre escolas dos Açores e instituições culturais". V. Exa. também concorda.

Portanto, Sra. Deputada, do que é que V. Exa. discorda?!

Eu percebo o porquê, é que V. Exa. levou muito tempo sem fazer uma única crítica. Chega aqui completamente destreinada.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

E pensa: "como é que eu vou criticar?

Foram 8 anos sem fazer críticas. Para fazer isto é preciso treino.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* O que custa a aprender é estar agora aí desse lado.

O Orador: Eu estou bastante treinado. E aprendi algumas coisas também com o Sr. Deputado José San Bento.

Agora que estou neste lado, também estou a treinar. Mas uma coisa que V. Exa não tem é treino. E, portanto, a crítica é uma coisa difícil.

Depois, diz V. Exa, que partidos do Governo, já podiam apresentar isto feito! Para quê estar a recomendar ao Governo?

O partido e o Governo não são a mesma coisa?

Bom, eu vou-lhe dizer uma coisa: há dois factos importantes na história dos Açores - e na história do país, mas neste caso a história

dos Açores: uma é a separação da Igreja e do Estado. Foi muito importante.

Deputada Alexandra Manes *(BE):* Ninguém diria!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: E outra é a separação do partido e do estado.

É muito importante e foi isto que aconteceu há 2 anos.

Há 2 anos separou-se o partido e a Região.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: São duas coisas diferentes.

Por isso é que se faz aqui uma recomendação na qual o Governo irá, obviamente, construir a melhor solução. Irá apresentar um conjunto de propostas.

Diz V. Exa.: "Mas os senhores não tiveram em conta no projeto de resolução aquilo que disseram (sobre o projeto de resolução)".

Pois se o que disseram sobre o projeto de resolução foi apenas escrito depois de nós apresentarmos o projeto de resolução, não estou a ver como é que isso poderia ter sucedido.

A verdade é que nós tivemos em conta, e acho que é isso que se deve considerar, a concordância das escolas todas e das entidades consultadas - isto é maravilhoso. Todas as entidades concordam.

Isto é uma diferença muito significativa.

Deputado Rodolfo Franca *(PS):* Tem que ler os pareceres até ao fim, Sr. Deputado!

Deputado Pedro Neves *(PAN):* Ele lê só a 1ª linha.

O Orador: Na Legislatura passada…o Sr. Deputado Rodolfo Franca está já a *aquecer*!

Já terá tempo. Deixe-me só terminar.

(Risos do Deputado Joaquim Machado)

O Orador: Ah ainda tenho 7 minutos.

Mas esta questão das escolas é importante e sabe porquê?

Porque todas as entidades consultadas concordam com a ideia, o que é muito diferente do tempo do Partido Socialista.

O Sr. Deputado Rodolfo Franca não estava aqui, não ouviu com certeza. Ou se ouviu estava noutro local ou então já esqueceu.

Bom, há várias explicações. Mas a Sra. Deputada Ana Luís estava ali, ouvia tudo. E, portanto, ouviu aquelas propostas da educação em que as escolas todas diziam "não, é errado".

Os sindicatos diziam "não, é errado".

Ouviu isso e, mesmo assim, o Partido Socialista aprovava, já viu?

Não se lembra disso? Lembra-se com certeza.

Concluindo:

V. Exa. concorda.

O Bloco de Esquerda concorda.

As escolas dos Açores concordam.

Mais importante: é necessário fazer isto. E nós vamos fazer.

Estamos a propor uma coisa que não existia, uma coisa que não está feita e é necessário fazer. E era da sua responsabilidade e do Partido Socialista, do Governo Regional de então, tê-lo feito e não o fizeram.

Nós vamos fazê-lo com toda a convicção e até ao final da Legislatura será feito e estará a ser executado nas nossas escolas.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luís para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputada Ana Luís** *(PS):* Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedia à Mesa que solicitasse aos serviços a transcrição da minha intervenção para remeter ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, porque à falta de motivos para criticar, inventou. E, neste caso, eu acho que quando não há nada para dizer, mais vale ficar calado.

Assim, ele há de ler aquilo que eu disse. E nada do que eu referi foi dito pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está registada a sua interpelação e assim solicitarei aos serviços.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sr. Presidente, a interpelação vai no sentido de pedir também cópia da minha intervenção para ser entregue à Sra. Deputada Ana Luís, para que se verifique que aquilo que eu disse corresponde exatamente àquilo que a Sra. Deputada disse.

Deputada Ana Luis *(PS):* Não é verdade!

Presidente: Está registada também a sua interpelação.

Vamos dar continuidade ao nosso debate. E, para tal, dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves *(PAN):* Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Estêvão:

O PAN também concorda. Concorda, mas é demasiado ambicioso. Isso não é um problema para o PAN. Normalmente, nós gostamos bastante de desafios.

Este plenário às vezes não gosta de grandes dificuldades. Aqui é muito ambicioso e vou já explicar porquê. E estamos a falar mais das ilhas periféricas e não tanto das ilhas que têm conservatório, onde existe uma facilidade maior.

Sem dúvida que para o PAN este é também um ensino prioritário. Não é secundário, como já ouvi dizer neste plenário. É prioritário o ensino artístico, o ensino musical, a dança e o teatro.

É prioritário e nós precisamos obviamente da criatividade para os nossos alunos, precisamos de ter formação musical. Eu tive formação clássica musical e agora posso *dar música* aos Srs. Deputados.

(Risos de alguns Deputados das diversas bancadas)

Deputado Bruto da Costa *(PSD):* Também pode fazer teatro.

O Orador: E se faltarem professores, também temos o Sr. Deputado José Pacheco que já dá música no YouTube. Já temos um professor.

O problema é exatamente esse: formação qualificada para tal. Isto é, termos pessoas para as ilhas mais pequenas, a tempo parcial, para darem formação de ensino musical, dança ou teatro. Esse é que é o nosso maior problema.

Existe uma grande dificuldade, daí este Projeto de Resolução ser extremamente ambicioso e um pouco impraticável, pelo menos na realidade de hoje, no presente e neste momento.

Sr. Deputado Paulo Estêvão:

Sobre os pareceres, eu não li os mesmos pareceres que o Sr. Deputado. Os pareceres que eu li, nomeadamente do Conservatórios Regionais de Ponta Delgada e do Faial - o de Angra do Heroísmo, não temos porque não responderam - e dalgumas escolas, sim, concordamos, mas (o **mas** é muito importante aqui) será que conseguimos ter professores qualificados para tal?

Será que vamos conseguir pelo menos ter as infraestruturas?

Será que conseguimos ter os instrumentos que em termos de orçamento pesam bastante?

Esse **mas** é extremamente importante, porque todos disseram… e não acredito que haja algum partido que não concorde com o ensino artístico que tanto precisamos, Isso sem dúvida, no entanto há um **mas** que é bastante importante. E também gostaria de fazer uma ressalva relativamente ao ponto

3 desta Resolução que me assusta. E assusta-me, apenas por causa de uma coisa que é *desenvolver as parcerias entre escolas e instituições culturais e os **artistas.***

Eu quero relembrar que há artistas e *artistas*. O Zé cabra era artista!

Eu não quero o Zé Cabra a dar ensino musical aos nossos alunos, não quero!

Os "artistas", pode ser bastante complicado.

Temos artistas regionais e nacionais de renome, com formação musical, mas também temos artistas que assustam bastante. Aliás, já estou a ficar com os pelos eriçados.

É preciso ter muito cuidado com o ponto 3. Daí que eu não concorde tanto com a questão dos artistas. Que artistas?

Era só isso que queria deixar ressalvado, porque pode até ser preocupante.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) Deputada Alexandra Manes *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

(Aparte impercetível do Deputado Nuno Barata)

O Orador: Provavelmente se o Sr. Deputado Nuno Barata, estivesse mais atento às intervenções…

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou começar a minha intervenção por responder à Sra. Deputada Délia Melo que acabou por dar um bocadinho de razão àquilo que eu disse em relação ao afinador de pianos. E também levantou aqui uma outra questão. É que provavelmente o Governo Regional fez uma avaliação negativa do

trabalho do único afinador dos Açores e, por isso, prefere manter os outros dois afinadores que vêm do continente.

Provavelmente será isso que aconteceu, se não for…

Deputado Carlos Silva *(PS):* O Governo está *desafinado!*

A Oradora: Sobre a intervenção do Sr. Deputado Nuno Barata, parece-me que não ouviu, ou não interpretou bem, ou então ficou

chateado por eu ter levantado os problemas antes da sua intervenção.

Afinal, aquilo que o Sr. Deputado Nuno Barata fez foi também levantar questões. E, por isso, eu fico com a ideia de que há aqui deputados que podem colocar questões e dúvidas e há outros que não o podem fazer.

Sr. Deputado Nuno Barata, os pareceres estão aqui. Eu não levantei questão nenhuma que não estivesse nos pareceres.

Deputada Ana Luis *(PS):* Só o Sr. Deputado Nuno Barata é que pode levantar dúvidas. Mais ninguém.

A Oradora: E parece-me que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda pode concordar com a iniciativa em si e levantar questões, o que não quer dizer que as questões levantadas, e que são também levantadas nos próprios pareceres pelas pessoas que estão à frente das escolas - que conhecem melhor a realidade – afinal…

(Apartes impercetíveis trocados entre o Deputado Nuno Barata e a Deputada Ana Luis)

A Oradora: … esses pareceres foram escritos pelas pessoas que estão à frente das escolas e conhecem a realidade, mas não sei

se os Srs. Deputados conhecem a realidade das escolas das vossas ilhas, não faço a mínima ideia, mas na verdade, os pareceres escritos levantam questões

muito sérias e que podem colocar em causa a operacionalização desta implementação.

Ninguém está a dizer que não quer ou que vai votar contra isto. Aliás, eu não me lembro de ter dito na minha intervenção que votava a favor ou contra. Eu levantei questões como muitas outras.

Porém, há aqui uma coisa que é importante referir. É que as propostas do Bloco não são boas. As da Coligação são ambiciosas.

Esta tem sido a vossa lógica aqui. As dos outros partidos são extemporâneas. As da Coligação são sempre muito ambiciosas.

Não se sabe como vai ser a operacionalização, mas o que importa é criarmos aqui medidas bonitas, para ficar muito bem ao dar a notícia para fora e, depois… logo se vê! A proposta é tão ambiciosa, que não sabemos como é que vai acontecer.

Sras. e Srs. Deputados, eu posso colocar aqui as questões que bem entender. Se são incomodativas, são; se não são, não são!

Eu vou continuar a colocá-las.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* A Sra. Deputada já parece a minha mulher. Ainda não percebi porque é que está zangada!

A Oradora: Sr. Deputado Nuno Barata, ainda lhe vou dizer mais uma coisa. Eu posso intervir lendo, cantando o que for, desde não faça gestos. Eu posso fazê-lo, Sr. Deputado Nuno Barata!

Deputado Nuno Barata *(IL):* A senhora não tem que me mostrar nada.

A Oradora: Tem razão, eu não tenho que lhe mostrar nada disto.

E digo-lhe mais: eu trouxe uma intervenção preparada, li-a, mas fui adaptando àquilo que foram as intervenções da Sra. Secretária e das Sras. e Srs. Deputados.

Finalizando, e não posso deixar de dizer isto, Sr. Presidente, lamento imenso que nesta Casa se perpetuem atitudes de *body shaming,* como aconteceu aqui.

Houve uma tentativa de *body shaming* que foi interpretada como uma brincadeira e depois levou-se a uma abrangência maior por parte duns apartes.

É lamentável, mas isto diz muito de quem o faz!

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo?

Em relação à intervenção aqui realizada pelo PAN, eu devo dizer que esperava que V. Exa. pudesse dar muitos exemplos de cantores de que não goste, que viesse falar dos Duran Duran, do José Cid …sei lá. Há um conjunto enorme de artistas que V. Exa. não gosta.

Nunca esperei que V. Exa. não gostasse do Zé Cabra, isso é que não!

(Risos de alguns Deputados das diversas bancadas)

Isso é extraordinário!

Pensei que V. Exa. em relação a estas matérias, tivesse outra perspetiva.

Mas, agora de forma mais séria, quero lhe dizer que nós sabemos que este projeto é ambicioso, por isso é que a perspetiva é até ao final da Legislatura. Nós sabemos que envolve um conjunto enorme de complexidades do ponto de vista operativo. E por isso é que não fizemos aquilo que a Sra. Deputada Ana Luís queria que nós fizéssemos, porque não é possível fazer isso num projeto de resolução, como todos entendem.

Portanto, nós compreendemos que se trata de algo muito ambicioso. Mas quando nós temos um projeto - e o projeto político tem que ser ambicioso, porque se for para fazer *coisinhas,* não vale a pena. Tem que ser para fazer alterações profundas e introduzir
ambição. Ambição na governação que foi o que faltou.
Portanto, nós tomámos boa conta da sua perspetiva e da sua análise mais pragmática. Esperamos é estar à altura de executar aquilo que nos propomos executar.
Sra. Deputada Alexandra Manes não leve a mal, mas eu quando estava a ouvir a sua intervenção, durante grande parte, eu não
compreendi porque é que V. Exa. estava zangada. E até tinha aqui um aparte que era dizer que V. Exa. se estava a colocar numa situação em que a minha mulher se coloca muitas vezes. É que eu não sei porque é que ela às vezes está zangada. E, por isso, agora não estava a perceber a sua intervenção. Mas na parte final vejo que haverá outras coisas e, portanto, não vou fazer nenhuma outra referência, Sra. Deputada.
Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Como nós percebemos a sua mulher! E estamos solidários com ela!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

Mas aquilo que é importante e que lhe quero referenciar é que parti do princípio de que V. Exa. vai votar favoravelmente tendo em conta o seu discurso. Porque as palavras têm que ter consequência. E a partir do momento em que V. Exa. faz um conjunto de referências em que apoia objetivamente o alargamento e diversificação do ensino artístico, e em que faz esse tipo de afirmações, não posso concluir outra coisa que não seja um voto favorável da vossa bancada.

Eu penso que faço uma conclusão lógica daquilo que V. Exa. aqui afirmou e veremos, então, qual é o sentido de voto do Bloco de Esquerda. Para ser coerente com o discurso que fez, terá que votar a favor, ou seja, de forma lógica e coerente, teria que o fazer nesse sentido.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luis, faça favor.

(*) **Deputada Ana Luis** *(PS):* Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, quanto a polícias, os únicos polícias, atuais ou passados, que conheço nesta Casa, são o Sr. Deputado Luís Soares, que não tem estado a intervir neste debate e é o

Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Eu já não sou.

A Oradora: Por isso, eu disse, **atuais** e **passados.**

Por isso, quanto a polícias, estamos conversados.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não lhe fica nada bem essa piadinha.

Deputada Andreia Costa *(PS):* Mas a piadinha tem um antecedente.

A Oradora: A piada do Sr. Deputado Paulo Estêvão teve mais piada do que a minha, porque se senta nessa bancada!

Oh Sr. Deputado João Bruto da Costa, não perca tempo com esses apartes!

Sra. Deputada Délia Melo:

Disse que "leviana" foi a governação do Partido Socialista na educação.

Eu percebo que com o calor do debate e a vossa (não

sei porquê!) surpresa de ter sido eu a intervir neste debate, pois eu sou deputada nesta Casa e tenho direito de intervir naqueles debates em que me sinta minimamente competente para o fazer. Não percebo, portanto, a vossa surpresa, mas penso que essa

surpresa e a emoção do debate levou-a dizer uma frase que eu sei que a senhora não se revê nela.

Eu já uma vez disse aqui em debate anterior e reitero: nós não nos podemos esquecer do ponto de partida da nossa Região, no âmbito da educação.

Portanto, não vamos falar nem de 24 anos do Partido Socialista nem de 20 anos de governação do PSD.

O nosso ponto de partida todos nós conhecemos qual é.

Foi feito um percurso, desde o concurso de professores, no sentido de fixar mais docentes na nossa Região, passando pelo investimento em infraestruturas, os currículos alternativos para ir ao encontro das necessidades e da realidade das nossas crianças e jovens, a preparação das escolas e dos agentes educativos para receberem as crianças e jovens com necessidades educativas especiais, o Prosucesso…

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* Isso!

Deputado Francisco Coelho *(PS):* Já não é do seu tempo, Sr. Deputado.

A Oradora: … que foi um compromisso e que também previa a interação não só da comunidade educativa e que deu frutos e que teve resultados.

Portanto, o Partido Socialista orgulha-se do seu percurso!

Deputada Andreia Costa *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Foi tudo bem feito? Não.

Foi tudo feito? Não.

Mas só se aprende cometendo erros. E o objetivo do Partido Socialista foi ter uma escola inclusiva, aberta a todos, com boas condições e com bons recursos.

Portanto, Sra. Deputada, não nos podemos rever na vossa crítica, porque o património que o Partido Socialista deixou em termos de educação na Região não envergonha ninguém. Mas há uma coisa
que é preciso lembrar-vos: quem governa agora são V. Exas.! Não é o Partido Socialista.
Por isso é nosso dever, nossa obrigação e nossa responsabilidade alertar-vos, chamar a atenção e também criticar-vos, que é coisa a que os senhores não estão habituados!
Deputada Andreia Costa e **Deputado João Vasco Costa** *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.
Pergunto se há mais inscrições?
Sr. Deputado Rodolfo Franca, tem a palavra.
(*) Deputado Rodolfo Franca *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Sras. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Intervenho neste debate, não para acrescentar muito do meu ponto de vista, mas se me permitirem só um bocadinho…

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PSD e do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Gostaria de dizer duas ou três coisas, mas só se me permitirem.
É porque tudo aquilo que já foi sendo dito, nomeadamente pela Sra. Deputada Ana Luís, parece-me que foi bem dito.
Deputado Paulo Estêvão *(PPM): Parece-lhe* ou tem a certeza?

O Orador: E, portanto, sublinho apenas, para que não fiquem dúvidas, o seguinte: todos nesta Casa - parece-me que sem exceção, concordam com a intenção da iniciativa.

Portanto, quanto a isto, parece que não há qualquer espécie de dúvida. E estamos todos do mesmo lado. Em prol do sistema educativo da Região, todos entendemos que as artes são uma ferramenta pedagógica essencial para o desenvolvimento do nosso sistema educativo e para a melhoria dos resultados dos nossos alunos – ponto.

Quanto a isto, estamos conversados e parece-me que não restam dúvidas. Embora o meu tempo não seja muito, eu vou ter que dizer mais duas ou três coisinhas.

Qual é a grande diferença aqui que, na minha leitura, existe entre esta bancada e as bancadas da Coligação?

É a responsabilidade política que este documento encerra e é isso que nós estamos colocando em questão, ou seja, a responsabilidade política. E porque é que eu digo "responsabilidade política"?

Porque comprometer o Governo Regional - V. Exas. são os partidos que sustentam o Governo - com um Projeto de Resolução que diz no seu 1º ponto resolutivo, que "nos próximos 2 anos,

até ao final da Legislatura, vão conseguir alargar e diversificar (passando já ao 2º ponto resolutivo) o ensino artístico especializado na Região", do meu ponto de vista, para não chamar irresponsável, é uma perspetiva que não deveriam seguir, o que demonstra da vossa parte - das duas uma - ou uma falta de noção completa do que é o ensino artístico especializado…

Deputada Ana Luis *(PS):* Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Mas porquê?

O Orador: …ou uma falta de noção completa da situação e das dificuldades que a realidade que nós encontramos no nosso

sistema educativo a dos Açores se nos apresenta.

A realidade, como é óbvio, confronta-se com uma série de problemas que têm que ser priorizados, do nosso ponto de vista. Não é uma questão de entender que o ensino artístico não seja, também ele, uma prioridade. Mas há uma ordem de prioridades que, do nosso ponto de vista, surgem problemas que estão por resolver os quais, pensamos nós, existem, mas ao que parece, do ponto de vista do Governo, tem dias que são problemas e noutros dias que não são problemas.

Portanto, eu também diria que o Governo vive aqui numa espécie de realidade virtual, na qual temos muita dificuldade em nos enquadrar. E vou dar um exemplo, ilustrando o que digo: Há poucos dias a Sra. Secretária disse que 99% das necessidades de docentes das nossas escolas, estão colmatadas.

Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro):* E é verdade!

O Orador: E, portanto, eu julgo que isso é uma realidade virtual, porque bastará a qualquer cidadão ir à Bolsa de Emprego Público dos Açores e verificar o número de horários completos, nomeadamente na ilha do Corvo, que há 2 dias tinha 4 horários completos até ao final do ano, para perceber que a percentagem de 99% é, no mínimo, um pouquinho exagerada - no mínimo. E isso onde é que joga com aquilo tudo que temos andado a dizer há meses a fio que é o problema da existência de docentes na nossa Região e até com ações do próprio Governo?

Portanto, eu diria que há dias em que o Governo tem os pés assentes no chão e há outros dias em que vive numa realidade virtual, não sei se por conveniência, em que tudo isto vai bem.

Eu posso dizer isto de outro modo: os dias em que tem os pés assentes no chão, são os dias em que o PS é responsável pelos problemas existentes na

Região na área educativa; e depois há os outros dias em que sabe bem dizer que isto tudo corre bem.

Portanto, é a realidade virtual da Sra. Secretária e é essa que nesses dias vivemos e talvez sejam os dias eleitoralistas deste Governo.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Quer dizer que o senhor insiste que o PS deixou isto em mau estado!?

O Orador: E isto não se resume ao pessoal docente ou às dificuldades em termos de pessoal na nossa Região, incluindo o ensino artístico especializado como V. Exas. deveriam saber, mas há outro tipo de problemas.

Por exemplo, para o Governo – ao que parece – não há falta de assistentes operacionais nas nossas escolas. E eu não consigo compreender como é que se vai alargar o ensino artístico na nossa Região, sem resolver o problema dos assistentes operacionais nas nossas escolas, em que – contas feitas – temos mais de meio milhar **a menos**, do que há 1 ano. E se calhar eram poucos.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* O Secretário Avelino Menezes dizia que havia 800 a mais.

O Orador: E, portanto, mais de meio milhar **a menos** do que o ano passado, avançando para o alargamento do ensino artístico nos próximos 2 anos, explica-se por uma espécie de… realidade virtual, para não dizer outra coisa, na qual a Sra. Secretária vive e é apoiada pelos partidos da Coligação.

Eu teria muito mais que dizer, mas vou guardar 2 ou 3 minutos para o final.

Porém, ainda quero dizer só mais uma coisa, Sr. Deputado Paulo Estêvão: por favor, quando mencionar pareceres, seja sério!

Porque é que eu digo isto? Porque sou obrigado a dizê-lo.

O Sr. Deputado tem muita graça e eu até gosto de o ouvir, porque me rio imenso, mas não é assim.

Nós não estamos aqui a brincar, Sr. Deputado.

Nós estamos aqui a tratar da vida das açorianas e dos açorianos.

Deputada Ana Luis *(PS):* Muito bem!

O Orador: E, portanto, não estamos aqui na brincadeira permanentemente, lançando anedotas para cima da mesa para toda a gente se rir muito!

Por isso, Sr. Deputado, por favor leia os pareceres todos até ao fim.

E para ilustrar aquilo que digo, tenho aqui, por exemplo, o parecer do Conservatório Regional de Ponta Delgada que, no final, diz assim:

"Em síntese, a proposta avançada do projeto de resolução aqui em análise, reveste-se de significativa importância" - nós assinamos por baixo - e diz ainda, "todavia, o conhecimento que dispomos da realidade atual, leva-nos a questionar a sua operacionalização e a duvidar da efetiva concretização dos bons princípios subjacentes à proposta".

É isto que nós temos a dizer.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo.

(*) Deputada Délia Melo *(PSD):* Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Primeiro, devo dizer que concordo em parte quando a Sra. Deputada Ana Luís diz que o Partido Socialista fez um percurso na área da educação. Mau seria se não tivesse feito.

Deputada Ana Luis *(PS):* A senhora é que disse que era leviano.

A Oradora: Não posso, no entanto, concordar quando diz que o património do PS na educação não envergonha ninguém.

Sra. Deputada: falou aqui dos professores e na sua estabilidade.

Mas qual estabilidade?!

Quando nós comparamos os números, vemos claramente quem foi que deu essa estabilidade à classe docente.

Não foram os senhores!

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* Eu andei 15 anos contratado!

A Oradora: Depois ainda vem falar de infraestruturas, oh Sra. Deputada, nós visitámos as escolas, elas estão a cair de podre!

Deputadas Ana Luis e Andreia Costa *(PS):* Isso não é verdade!!

A Oradora: Não houve manutenção nestes anos todos.

É verdade, sim senhora!

Questões como os resultados do abandono escolar precoce, Sra. Deputada, há "N" questões que de facto devem envergonhar o Partido Socialista. Mas, fez o seu trabalho, ou tentou fazer da melhor forma que sabia. Agora estamos nós também a tentar fazer o nosso trabalho…

Deputada Andreia Costa *(PS):* Então cheguem-se à frente, mas sem desculpas!

A Oradora: …e a tentar incluir todos, para que todos possam dar o seu contributo.

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: A questão é que a senhora diz que aprenderam com os erros. Ora, os senhores erraram, mas parece que nunca aprenderam, a verdade é esta!

Este é um projeto bastante ambicioso, já foi aqui dito pelo Sr. Deputado Pedro Neves. Ainda bem, porque nós gostamos desses desafios. E falou aqui também dum "mas". Há aqui vários, "mas" que temos de contornar. Ora estes, "mas" a contornar, são exatamente o desafio que nós temos pela frente

e a resolução destas questões é que nos motiva para podermos recomendar ao Governo que faça algo sobre esta matéria.

Sim, porque nós somos partidos da Coligação, suportamos o Governo, mas nós **propomos,** ao contrário daquilo que acontecia no passado.

Deputada Andreia Costa *(PS):* A senhora nem estava aqui!

A Oradora: … porque não tinham a coragem de propor medidas, porque aceitavam tudo aquilo que o Governo dizia!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: E quando eram propostas algumas medidas que aqui eram aprovadas, muitas delas eram colocadas na gaveta, a verdade é esta.

Deputado Joao Vasco Costa *(PS):* Não apoiado!

A Oradora: Este Governo assume aquilo que aqui é decidido no hemiciclo desta Assembleia e concretiza os projetos que daqui saem.

Para terminar, dizer que este é de facto um processo gradual, progressivo e nós estamos conscientes que implica um crescendo de infraestruturas e de recursos.

Com todas as intervenções da parte da oposição, ainda que consiga perceber que concordam com o conteúdo, pairam no ar algumas dúvidas, porque o discurso é tão negativo, que as ilações que eu acabo por tirar é que se calhar o PS não quer o ensino artístico

especializado nas ilhas onde este não existe.

O Partido Socialista também não quer promover a igualdade de

oportunidades, nem quer a coesão regional e demite-se da sua responsabilidade de encontrar soluções e de estar ao lado das soluções e não dos problemas.

Portanto, desafio a oposição a dizer exatamente qual é a sua posição sobre esta matéria.

Não estão de acordo que haja o alargamento e a diversificação do ensino artístico especializado nas restantes ilhas?

Obrigada.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa neste momento não tem mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, o Sr. Deputado Rodolfo Franca diz que se diverte muito e que se ri muito quando eu faço as minhas intervenções.

Deputado Rodolfo Franca *(PS):* Não foi isso que eu disse!

O Orador: Eu faço as minhas intervenções a sério, com assuntos sérios. Não temos é que ser *chatos* no debate parlamentar.

Mas eu também me rio muito das suas intervenções e V. Exa. não coloca nenhuma, piada propositada. Mas é evidente que podemos rir de um discurso, como o seu, para o qual falta substância.

Em relação à Sra. Deputada Ana Luís, não gostou da minha referência ao polícia mau.

Deputada Ana Luis *(PS):* Não, não gostei!

O Orador: Bom, não gostou. E, ela sim, fez aqui uma intervenção em que de alguma forma está, na minha perspetiva, a ofender os polícias.

Deputada Ana Luís *(PS):* Oh Sr. Deputado!!!

O Orador: Porque na interpretação que eu fiz, há aqui um desprestigiar do polícia.

Deputada Andreia Costa *(PS):* Não há não!

O Orador: Eu tenho muito orgulho em ter integrado a Polícia de Segurança Pública e não considero que isso constitua qualquer tipo de ofensa. Tenho muito orgulho em ter sido polícia.

Ofensa teria sido eu ter chamado bandido.

Chamar polícia é um elogio.

Em segundo lugar, quero aqui também referenciar a questão da substância que é o seguinte: desta vez isto está mal treinado entre V. Exas. Está mesmo mal treinado.

Então a Sra. Deputada Ana Luís diz que falta ambição, falta pormenorização, falta ambição ao projeto, falta pormenorizar o projeto.

O que é que os senhores querem? Pormenorizem. Mas o Deputado Rodolfo Franca diz que é demasiado ambicioso.

Portanto, entendam-se.

É ou não é ambicioso?

V. Exa. diz que eu não digo a verdade.

Leu-me um parecer em que é dito "tem significativa importância".

Isto é o quê? Isto é dizer que não é bom?!

Deputado Rodolfo Franca *(PS):* Leia até ao fim, Sr. Deputado!

O Orador: Evidentemente é um parecer favorável.

V. Exas. é que não tiveram esta ambição, não fizeram e nós queremos fazer!

Quem é que está errado?!

São V. Exas. e não quem pretende fazer um projeto ambicioso!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Ana Luis pede a palavra para?

Deputada Ana Luís *(PS):* Sr. Presidente, peço a palavra para um protesto às declarações do Sr. Deputado Paulo Estêvão de que eu teria desrespeitado os polícias.

Presidente: Tem a palavra A Sra. Deputada Ana Luis.

(*) Deputada Ana Luís *(PS):* Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu sei, Sr. Deputado Paulo Estêvão, que o que o senhor queria era isto mesmo que eu estou agora a fazer.

Já conheço muito bem a sua forma de atuar aqui neste Parlamento. Mas deixe-me que lhe diga uma coisa: para já, o senhor sabe que eu não desrespeitei ninguém.

Quem desrespeitou os polícias foi o senhor quando disse que existiriam *polícias maus* e *polícias bons.*

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Exatamente!

A Oradora: Eu só fiz uma referência factual de que eu não sou polícia. Não fiz qualquer qualificação.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão foi atrás…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Isso é um insulto à inteligência das pessoas!

A Oradora: …como agora continua em apartes recorrentes, o Sr. Deputado João Bruto da Costa, que se esquece que é líder parlamentar e que devia ter outra postura nesta Casa. Mas isso já é um problema que não é meu.

Deixe-me que lhe diga uma coisa, Sr. Deputado:

Eu sou deputada desde 2008 contando com um período em que interrompi. E durante 8 anos fui Presidente desta Assembleia. Em nenhuma circunstância desrespeitei ninguém em nenhuma das intervenções que fiz e não lhe admito!

Deputado Manuel Ramos *(PS):* Muito bem!

A Oradora: O senhor pode me criticar o que quiser, porque isso eu já estou habituada.

Pode criticar as minhas ações, as minhas declarações, as minhas intervenções.

Não me pode acusar de desrespeito a ninguém! Fora desta Casa não, porque o senhor não me conhece. Mas aqui dentro, **nunca** em circunstância alguma, desrespeitei quem quer que fosse! Desde funcionários a deputados, a Membros do Governo.

E sabe porquê?

Porque aprendi, muitas vezes com o seu desrespeito, que é preciso não descermos ao mesmo nível e mantermos a dignidade que este Parlamento nos exige!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Bruto da Costa (*PSD):* Isso agora é que teve muito nível!

A Oradora: Por isso, Sr. Deputado, não me vai acusar mais nenhuma vez de desrespeito!

Porque eu sou capaz, mesmo nos momentos mais difíceis, mais tensos e de maior emotividade, saber onde é que estou sentada e quem é que está lá fora a ouvir-me.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Para um contra protesto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada, acabou de dizer que nunca desrespeitou ninguém, que nunca ofende ninguém e, nas suas alegações, diz que não desce ao meu nível. Isto é a contradição absoluta daquilo que estava a dizer.

Deputada Ana Luis *(PS):* Isto não é um centésimo do que o senhor me fez passar aqui nesta Casa!

O Orador: Deixe-me terminar, Sra. Deputada. Eu ouvi-a sem interromper. Já está a desrespeitar outra vez!

V. Exa. desrespeitou, a partir do momento em que diz que não baixa de nível. Eu não considero que a senhora esteja em nenhum nível superior relativamente a qualquer deputado aqui, é igual a qualquer outro.

Há outra coisa que eu lhe quero dizer em relação à crítica.

A crítica política tem que ser admitida.

V. Exa. utilizou uma figura em que dizia que os únicos polícias eram estes e com sentido pejorativo.

Deputada Ana Luís *(PS):* Não foi nada no sentido pejorativo!

O Orador: É evidente que eu interpretei assim. E mais, Sra. Deputada: reitero que as suas referências à Polícia de Segurança

Pública foram referências depreciativas.

Deputada Ana Luís *(PS):* Reitere o que quiser!

O Orador: Reitero isso!

E, mais Sra. Deputada: V. Exa. já agora que quis desenterrar o passado, também lhe vou dizer (se é para acertar aqui algumas referências) que no desempenho dos seus cargos como Presidente, V. Exa. não teve isenção nenhuma! E critiquei-a muitas vezes por isso.

(Protestos impercetíveis em simultâneo de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: V. Exa. beneficiou o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo, sistematicamente, Sra. Deputada!
E foi por isso que eu a critiquei!
Isto não foi não foi desrespeitar ao longo deste tempo. Fui pura e simplesmente frontal com V. Exa.
O que lhe disse, e reitero, as críticas que lhe fiz quando V. Exa durante a pandemia quis encerrar este Parlamento durante meses e meses, eu disse que estaria a afetar a democracia dos Açores e seria colocar a Região sob uma espécie de ditadura. E por isso é que eu fiz as críticas todas que lhe fiz.
Ao longo do seu percurso como Presidente desta Casa, reitero, todas são críticas políticas que fiz, nada têm de
Pessoal, respeito pessoalmente V. Exa., mas o seu desempenho como Presidente do Parlamento foi um desempenho completamente desequilibrado, favorecendo constantemente o partido que estava no Governo e favorecendo constantemente
os interesses do Partido Socialista.
Essa foi uma crítica que eu lhe fiz, reitero e mantenho, Sra. Deputada!

(Protestos impercetíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputada Ana Luis *(PS):* Sempre tive respeito e o senhor, mais do que ninguém, sabe muito bem disso!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Pergunto se posso avançar para a votação do diploma?

Sr. Deputado Rodolfo Franca, tem a palavra.

(*) **Deputado Rodolfo Franca** *(PS):* Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Recentrando o debate, gostaria de dizer mais 2 ou 3 coisinhas se me permitem.

Faltou relembrar ao Governo que 2ª feira, no próximo dia útil, inicia-se o um novo ano letivo. Na realidade virtual do Governo, se calhar não sabe.

Há questões prementes por resolver, nomeadamente a questão dos manuais digitais que ainda agora ouvi alguém dessa bancada a falar neles – não sei porque é que falaram nisso.

Manuais digitais que são uma das bandeiras para o próximo ano letivo. Os pais não sabem o que é que se está a passar. Muitos conselhos executivos ainda não têm ordem para avançar com a distribuição dos equipamentos. Já para não dizer que

talvez algumas escolas não tenham os equipamentos.

Há professores, alguns dos quais terão mais dificuldade em trabalhar com equipamento informático, que a nível de formação, até agora nada. E relembro que as aulas começam 2ª feira.

Este é um ponto que não poderia deixar a passar.

Em relação ao 3º ponto resolutivo da iniciativa, não se esqueçam que se deve contar com os agentes culturais. E para contar com eles convém, em primeiro lugar, cumprir com aquilo que está comprometido com eles. Se precisam da ajuda dos agentes culturais para desenvolver esta iniciativa, então avancem com o pagamento (deste ano) que até à data ainda está por ser resolvido.

Portanto, parece-me, outra vez, que se vive numa realidade virtual que está ilustrada na afirmação que agora acabei de fazer.

Para terminar, e não é de somenos importância, temos as estatísticas da educação que saíram em julho. E sobre as mesmas, da vossa parte, há um silêncio absoluto.

Gostaria de saber porquê?

Porque há uma inversão radical no primeiro ano de governação deste Governo, no que respeita a taxa de retenção e desistência dos alunos em todos os níveis de ensino do nosso sistema educativo. Todos! Isto é que é uma vergonha!

Onde é que se encontra o tal Plano para a década?

Quem faltou às reuniões foi a Sra. Diretora Regional (que por acaso agora está aqui sentada)! Não fomos nós!

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais *(Sofia Ribeiro):* Isso é deselegante! Absolutamente deselegante!

O Orador: Quem não estava lá e quem faltou à reunião foi a Sra. Diretora Regional de Educação.

É que nos acusaram de termos faltado a uma reunião que nós não faltámos. E quem não estava lá era a Sra. Diretora Regional da Educação!

Portanto, há uma estatística preocupante do ponto de vista do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Ao que parece da parte de V. Exas. não há preocupação nenhuma.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

De facto, estando a tratar este nosso Parlamento de ensino artístico, já vimos aqui algumas *revelações artísticas*.

Temos algumas *revelações artísticas*.

Deputado Rodolfo Franca *(PS):* Faltava o *artista-mor!*

O Orador: Estou dispensado de dizer quem, porque isso depende da avaliação de quem aqui está.

Tenho também de fazer uma declaração de interesses.

Sou aluno do ensino artístico, em cursos livres e sou pai de uma professora do ensino artístico.

E a essas duas condições, não posso deixar de acrescentar outras duas: a de deputado, que é óbvia e evidente, e a de cidadão.

Em qualquer uma delas, eu não dispensarei a atenção, o cuidado e a intenção de pôr toda a minha energia para poder melhorar aquilo que são efetivamente as condições do ensino artístico na nossa Região.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Porque aqui chegados, a primeira coisa que o Partido Socialista devia ter dito, não as *coisinhas* - para usar a expressão do Sr. Deputado Rodolfo Franca, que acrescentou ou aquilo que claramente disse que não ia acrescentar ao que já fora dito pela Sra. Deputada Ana Luís…

Deputado Rodolfo Franca *(PS): Coisinhas?!* A estatística é uma *coisinha?!*

O Orador: … era fazer um ato de contrição. Fazer um ato de contrição sobre o estado do ensino artístico na Região, pela responsabilidade de 24 anos de governação.

Esse teria sido o primeiro ato, o mais nobre, o mais inteligente e, já agora também, o mais humilde!

Deputado Carlos Silva *(PS):* Lições de moral vindas de si…!

O Orador: Era isto que o Partido Socialista devia ter feito. E nunca contestar a ambição, a vontade dos partidos da Coligação de poderem levar uma componente tão importante do ensino, como é a vertente artística, a todas as ilhas da nossa Região.

A nossa ambição é que um menino, um adolescente, porventura até um jovem ou um adulto do Corvo, das Flores, de São Jorge ou de Santa Maria, possa ter a mesma oportunidade de formação artística como têm os seus conterrâneos de São Miguel, Terceira, Faial, Graciosa ou Pico – que já o têm.

Deputada Andreia Costa *(PS):* O senhor não ouviu ninguém aqui contestar isso.

O Orador: Portanto, na falta daquilo que os senhores deviam ter feito, porque tempo não vos faltou, (foram 24 anos), o que nós queremos é iniciar este processo. E não ficar no comodismo…

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS/PP):* Claro, exatamente!

O Orador: … e na inércia que os senhores aqui estão a defender que é: "isto é ambicioso demais. Não há meios suficientes (nomeadamente humanos), não há meios porventura financeiros, não há instrumentos e, portanto, não se deve avançar, porque não há condições".

Não. É exatamente o contrário.

A *estrada faz-se caminhando* e só chega ao fim quem alguma vez partiu.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: E os senhores querem é ficar sentados.

Nós não ficaremos sentados!
Não deixaremos de investir!
Não deixaremos de pôr todo o nosso esforço, todo o nosso empenho, para que no Corvo, nas Flores, em Santa Maria, em São Jorge, também um dia - o mais cedo possível – os meninos, os adolescentes, os jovens e os adultos possam também aí terem ensino artístico, como os demais nas restantes ilhas.
Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.
Atingimos a nossa hora regimental.
Vamos fazer o nosso intervalo para o almoço. Regressamos às 15 horas.

Eram 13h03.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 15h05.

Encontramo-nos no ponto 11 da nossa Agenda.
Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais.
(*) Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais *(Sofia Ribeiro):* Muito obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Foram aqui colocadas algumas questões e gostaria de dar resposta a estas mesmas questões.

Começando, em primeiro lugar, pela questão da gestão interna da Secretaria Regional da Educação, Sr. Deputado Rodolfo Franca, tempos houve em que que se confundia não comparências com faltas. Aliás, muitos professores e educadores da nossa Região foram penalizados, inclusivamente quando não estavam presentes na sua atividade na escola, pelo cumprimento de obrigações. Connosco isto acabou.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Já no que respeita ao problema da falta de docentes,

é um feito que, nesta altura e nestas circunstâncias, tenhamos conseguido garantir no arranque das aulas, das condições e das necessidades aferidas pelas escolas, 99% das necessidades aferidas quanto a pessoal docente nas nossas escolas.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Oh Sra. Secretária, cuidado com as percentagens.

A Oradora: E isto, em especial, quando vivenciamos um período em que há de facto uma falta genérica de docentes e, portanto, esta é uma situação que continuaremos a acompanhar até nos próximos dias, porque há sempre situações que são transitórias e que remanescem ao longo de todo um ano, de falta de trabalhadores a todo o nível. E continuaremos a acompanhá-las, mas que redundam também - não nos podemos esquecer - de anos e anos de violações aos direitos de liberdades e garantias do pessoal docente que fizeram com que precisamente tenhamos chegado ao estado em que nós estamos, nomeadamente, e apenas a título de exemplo, violações…

Deputado António Lima *(BE):* Continuam, Sra. Secretária.

A Oradora: … no que concerne ao direito a férias, faltas e licenças, ao trabalhador-estudante, à parentalidade, com maior prejuízo dos docentes, por comparação com os trabalhadores da Administração Pública.
Não admira que tenhamos chegado a este ponto.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Já no que respeita aos manuais digitais, e porque também consideramos que o tempo das suspeições genéricas já lá vai, é de outras eras e deve ser de outras eras, vou responder às questões diretas que foram suscitadas, aliás, foi apenas uma questão direta que foi suscitada pela Sra. Deputada Alexandra Manes, relativamente à Escola Secundária Domingos Rebelo e em que, após a questão que levantou, tive oportunidade de confirmar que os equipamentos para distribuir aos alunos na Escola Domingos Rebelo estão na escola, prontos a serem distribuídos.
Deputado António Lima *(BE):* Não é o que está no site.

(Aparte inaudível do Deputado Joaquim Machado)

Deputada Alexandra Manes *(BE).* O senhor não me acusa mais de mentirosa se faz favor!
A Oradora: Já no que respeita às taxas de transição e de conclusão,
O Sr. Deputado Rodolfo Franca fez a comparação com o ano da pandemia, esquecendo-se que no 3º período de 2020, nós
ficámos todos em casa e se aligeiraram as condições e se alteraram as condições de avaliação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Mas, se assim não fosse, e por comparação com a década, Sr. Deputado Rodolfo Franca, em todos os ciclos e
níveis de ensino estamos a progredir, esta última avaliação que foi feita foi melhor do que todos os restantes anos. E, portanto, estamos efetivamente a progredir.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Já no que respeita à realidade, e agora entrando novamente no assunto do ensino artístico, à realidade virtual versus uma realidade dos dias de hoje, no que concerne às condições ou não que as escolas têm, para mim é estranho como é que, por exemplo, o Sr. Deputado que teve responsabilidades num conselho
executivo das nossas escolas, achava em 2019 que não havia problema nenhum relativamente às realidades de uma escola,
apoiando totalmente as associações de pais que requeriam ao Governo Regional a extensão do ensino artístico, quando o
próprio Governo Regional, contra os pareceres dos conselhos
executivos e da própria câmara municipal, depois dizia que não havia condições.
Portanto, é esta a realidade que nós temos.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Ainda relativamente à operacionalização do ensino artístico nas nossas escolas, à semelhança do que já aconteceu com outros diplomas, também neste, e neste regime, nós submeteremos a auscultação pública a sua opinião relativamente à extensão e à operacionalização do ensino artístico nas nossas escolas. Sendo que, para além disso, esta via escolhida para podermos efetivamente colocar, estender e democratizar o ensino artístico na nossa Região, é por via de uma alteração de um decreto legislativo regional que, por si só, implica a pronúncia desta causa. E, portanto, nessa altura também esperaremos pelos contributos do Partido Socialista que até agora não apresentou nenhum.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Quanto à necessidade de fazermos o reforço e que foi mencionado pelos vários pareceres, este esforço é um
processo em contínuo, continuaremos a trilhá-lo. Eu própria, na primeira intervenção que fiz, mencionei estes desafios. Mas queria aqui também lembrar que este reforço já não é novo e que nós já temos estado a fazê-lo. Por exemplo, dando nota que ainda o ano passado, na Escola Básica e Secundária das Flores colocámos um horário que era incompleto para o qual não havia necessidade de termos mais um docente de educação musical na

escola, mas mesmo assim, nós abrimos um horário completo, não só para estendermos o ensino artístico ao ensino básico, mas também em parceria com as associações locais, podermos dar um contributo na dinâmica da expressão musical, em parceria com os agentes culturais de que eles careciam.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS/PP):* Muito bem!

A Oradora: E, portanto, aqui está um exemplo.

Outro exemplo é o da manutenção de equipamentos que aqui foi feito, pois é necessário estarmos em contínuo.

Ainda a semana passada fizemos um reforço ao Conservatório Regional de Ponta Delgada de 6 mil euros, precisamente para a manutenção de equipamentos, processo que continuará a decorrer.

Já quanto aos assistentes operacionais, no que concerne em específico o ensino artístico, também não nos esqueçamos de que foi este Governo Regional que no seu processo de aferição dos rácios dos assistentes operacionais, valorizou, maximizando em 25%, cada aluno do ensino artístico para aferição do rácio dos assistentes operacionais nas nossas escolas. E isso permitiu termos aberto mais 10 vagas para quadro no Conservatório Regional de Ponta Delgada; 6 vagas na EBI da Praia Vitória; 11 vagas na Tomás de Borba e 11 vagas na EBI Horta, por exemplo.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Quem diria!

A Oradora: Para terminar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, respondendo ao desafio, quer do Sr. Deputado Pedro Neves quer do Sr. Deputado Nuno Barata, nós consideramos efetivamente esta questão como um grande desafio, mas acima de tudo, encaramo-la com um elevado sentido de responsabilidade.

Sabemos aquilo que nos estão a requerer e a resposta depois que teremos de dar.

Assim continuaremos a trabalhar.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) Deputada Alexandra Manes *(BE):* Obrigada, Sr. Presidente, era para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra para uma interpelação.

(*) Deputada Alexandra Manes *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros:

(*) Deputada Alexandra Manes *(BE):* Sr. Presidente, eu uso esta figura regimental para saber se a Mesa ouviu o aparte do Sr. Deputado Joaquim Machado, quando referiu que eu tinha mentido durante os trabalhos da parte da manhã, porque eu gostaria de explicar o que é que se passou.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* O que a senhora queria era falar sobre o assunto.

Presidente: Sra. Deputada, a Mesa não ouviu esse aparte. Não sei se ficou registado nossos meios e se as senhoras redatoras ouviram ou não.

(*) Deputada Alexandra Manes *(BE):* Sr. Presidente, se me permite, só mais uma coisa.

Os apartes são regimentais, mas classificar as pessoas com termos de "mentirosa" ou coisas do género, este não é o lugar.

Presidente: Tem toda a razão, Sra. Deputada. E lamento

a situação se ela efetivamente aconteceu.

Sr. Deputado Joaquim Machado para uma interpelação? Tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Presidente, não tem nada a lamentar, porque eu não chamei mentirosa à Sra. Deputada Alexandra Manes.

Eu referi que havia sido feita uma mentira, que é uma coisa diferente. E acho curioso…

Presidente: Sr. Deputado, Joaquim Machado, da mesma forma que eu não dei a palavra à Sra. Deputada Alexandra Manes para qualquer tipo de explicação, também não lhe posso dar a si.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Então o que tinha a explicar a V. Exa. já ficou explicado.

Presidente: Sra. Deputada Alexandra Manes…?

(*) Deputada Alexandra Manes *(BE):* Para uma interpelação.

Presidente: Faça favor.

(*) Deputada Alexandra Manes *(BE):* Obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para informar que farei chegar à Mesa a cópia daquilo que está no site da Escola Domingos Rebelo a confirmar aquilo que eu disse de manhã.

O que eu fiz de manhã foi dizer que recebi uma mensagem, mas
devia ter dito também que fui confirmar.

Presidente: Assim que a Mesa rececionar a informação, Sra. Deputada, fá-la-á distribuir pelas Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Joaquim Machado, para uma interpelação, faça favor.

(*) Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Para solicitar à Mesa a transcrição das declarações da Sra. Deputada Alexandra Manes, de manhã, nas quais não fez qualquer referência a um site donde tinha recebido a informação.

É só para podermos confirmar essa informação que aqui foi deixada pela Sra. Deputada no decurso do plenário desta manhã.

Deputado António Lima *(BE):* E…? O senhor não ouve bem!

Deputada Alexandra Manes *(BE):* Isto é que é uma baixaria!!

Presidente: Está registado o seu pedido, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito do debate deste diploma?

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A discussão já vai longa, quero concluir só para dizer que se trata de um Projeto de Resolução que pretende o alargamento e diversificação do ensino artístico especializado nos Açores.

O que nos foi dito por parte de alguma oposição, nomeadamente por parte do Partido Socialista é que era um projeto muito ambicioso.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: (16 segundos passam rápido!), já termino, Sr. Presidente.

O que eu lamento, é que o debate depois não se tenha centrado naquilo que é essencial e que tenha surgido o discurso do ódio e da vingança.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estamos em condições de votar o Projeto de Resolução nº 94/XII – "Alargamento e diversificação do ensino artístico especializado nos Açores".

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam um favor se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça favor de se sentar.

Tem a palavra, Sr. Secretário para o anúncio da votação.

Secretário: O **Projeto de Resolução nº 94/XII, foi aprovado** com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa

Liberal e 1 do PAN e registou 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Damos, assim, por encerrado este ponto da nossa agenda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi um debate longo, mas eu penso que se justifica fazer as seguintes referências, muito brevemente, sem utilizar todo o tempo de que disponho ainda.

Eu considero que este projeto de alargamento e diversificação do ensino artístico especializado nos Açores tem a maior importância. Pode ser ambicioso, as infraestruturas que herdámos podem não ser

adequadas, mas nós temos a obrigação de trazer para o Governo dos Açores a ambição, justiça e projetos que possam, de facto, melhorar o nosso sistema de ensino. E que possam trazer justiça para que todos os alunos, independentemente da ilha em que vivem, possam usufruir da vantagem que significa o ensino artístico especializado nos Açores. É muito importante.

É uma área que tem sido desvalorizada em muitas circunstâncias, mas é uma área de enorme importância para a formação integral das nossas crianças, dos nossos jovens.

É um projeto que muitos acham que é uma utopia, mas nós, na governação, não podemos ter este *cinzentismo* habitual.

Não pode ser só perseguir coisas com aquele pragmatismo de que nada se pode fazer mais além, de que não se pode sonhar um pouco mais.

Não vale a pena estar na política sem sonhar.

Não vale a pena estar na política sem ambição.

Não vale a pena estar na política se acharmos que não somos capazes.

Não vale a pena estar na política, se acharmos que não somos capazes de fazer melhor do que os outros que nos antecederam e que não conseguiram fazer.

Não vale a pena também ficarmos desmotivados, apenas porque alguns acham que "se nós não conseguimos, os senhores também não conseguem". Para mim, é uma motivação adicional sempre que dizem que é impossível. Eu não acredito no impossível,

Eu acredito é que a força da determinação faz com que muitos objetivos que parecem demasiado ambiciosos e inatingíveis, sejam possíveis se existir essa terminação e se existir essa convicção.

É nesse sentido que, mais uma vez, o que eu não vi aqui durante muitos anos neste Parlamento, já cá estou há tantos anos – estive 12 anos na oposição - o que eu não vi foi este espírito de ambição.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Eu nunca critiquei o Governo anterior por ter ambição a mais.

Eu critiquei sempre o Governo anterior por falta de ambição para os Açores e para os açorianos.

Por isso, este é um desafio, tendo em conta os recursos humanos, tendo em conta aquelas que são as infraestruturas que herdámos - muitas delas com problemas.

É um enorme desafio. Mas vale a pena apoiar um governo que tem esta ambição, que tem a ambição de fazer melhor, que tem a ambição de melhorar o nosso sistema de ensino, que tem a ambição de dar um futuro aos nossos jovens e às nossas crianças.

Só assim é que vale a pena fazer política.

Vale a pena fazer política como nós estamos a fazer.

Vale a pena fazer política com esta ambição.

Vale a pena fazer política com este sentido do dever de que é possível fazer-se justiça.

Por isso, o PPM votou favoravelmente esta iniciativa, obviamente, é nossa também.

Tínhamos esta ambição.

O Governo tem esta ambição. E na nossa perspetiva, é isto que faz sentido. De outra forma não vale a pena fazer política.

Se não tivermos ambição, se não tivermos perspetiva e se não tivermos um horizonte para concretizar com maior sentido de justiça para os nossos jovens.

Por isso, na minha perspetiva, este é um enorme desafio que nós aqui recebemos, é um enorme desafio que o Governo Regional tem. Mas tenho a certeza absoluta de que no final desta Legislatura vamos atingir estes objetivos.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** *(Indep.):* Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não votei favoravelmente esta iniciativa, não porque seja contra ela ou não seja a favor do ensino artístico nas escolas.

Não votei favoravelmente pelos motivos que apontei aqui de manhã, ou seja, enquanto perceber que não existe a quantidade de assistentes operacionais em número suficiente nas escolas dos Açores; enquanto perceber que não existem condições adequadas a todos os professores, em todas as ilhas dos Açores; enquanto não perceber que o ensino, principalmente nas matérias basilares, não está a ser lecionado nas nossas ilhas por insuficiência de recursos, acho prematuro a implementação de um sistema de ensino mais cultural.

Por essa via, e só por essa razão, é que me abstive nesta votação, porque acima de tudo, eu acho que primeiro do que este ensino artístico, está efetivamente o ensino básico e regular que, no meu entender, ainda não está garantido atualmente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

(*) **Deputado Rodolfo Franca** *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou a favor desta iniciativa. E votará sempre a favor, por princípio, de toda e qualquer iniciativa que tenha como matriz a igualdade de oportunidades.

Agora, que fique claro que nesta iniciativa há uma pequena parte, nomeadamente no 1º termo resolutivo, que nos parece não uma ambição, mas sim uma irrealidade, uma falta de noção do que se está falando. Uma falta de noção de que não é concretizável que, em 2 anos, todas as ilhas dos Açores consigam desenvolver o ensino artístico especializado – repito – o

ensino artístico especializado, no nível a que nos habituou, em todas as escolas da Região no prazo de 2 anos.

Se por acaso não constasse nesta iniciativa o prazo de 2 anos, muito provavelmente esta discussão não tinha acontecido e este debate não teria sido tão quente, porque nós concordaríamos em absoluto. Porém, este pequeno pormenor faz toda a diferença.

O Partido Socialista é muito ambicioso, mas tem a noção da responsabilidade. E, portanto, do nosso ponto de vista, isso faz toda a diferença.

Muito obrigado.

Deputadas Andreia Costa e Ana Luis *(PS):* Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo.

(*) **Deputada Délia Melo** *(PSD):* Obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com enorme satisfação que saímos daqui hoje com este Projeto de Resolução aprovado, porque é mais um passo para a promoção da igualdade de oportunidades e para a coesão regional.

São passos firmes que temos dado no sentido de melhorar as condições em todas as nossas ilhas, nas 9 ilhas, não esquecendo absolutamente nenhuma. E que em muito irá contribuir também para o desenvolvimento formativo, artístico e cultural das agentes das nossas ilhas.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** *(CDS/PP):* Obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com satisfação que vimos aprovada por unanimidade esta iniciativa do alargamento do ensino artístico especializado nos Açores.

Sabemos e temos a noção de que é um projeto ambicioso, mas acreditamos e estamos convictos de que irá existir um esforço por parte do Governo Regional para o implementar, sabendo que isso está também dependente da realidade de cada ilha e de cada escola.

Sabemos que este é um processo gradual e progressivo - temos essa noção, sempre a tivemos desde o início, quando preparámos a iniciativa. Mas estamos convictos de que é um passo importante para a igualdade de oportunidades de todos os alunos da nossa Região, para que seja mais um motor (motivador) dos nossos alunos nas nossas escolas, para que estes queiram alcançar o sucesso escolar, para termos melhores resultados.

Sabemos que poderá não ser tudo perfeito, mas acreditamos que com esta iniciativa serão dados passos importantes, no sentido de alcançar esta igualdade de oportunidades.

Quanto àquilo que foi também o debate desta iniciativa, dizer que entendemos que não deveríamos ficar aqui a aguardar que estivessem criadas todas as condições ideais, quer de recursos físicos quer de recursos humanos, para só depois, então, dar este passo de alargar o ensino especializado, porque a verdade é que -

sabemos - muitas vezes estas coisas demoram o seu tempo. E a verdade é que o próprio Partido Socialista também sabe isso bem, pois esteve 24 anos

no poder e não conseguiu alcançar tudo aquilo que pretendia, no que concerne as estruturas físicas na área da educação ou de recursos humanos.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem!

A Oradora: E, por isso, entendemos que não deveríamos ficar a aguardar que estivessem reunidas todas essas condições para avançar, porque cada coisa tem o seu espaço, cada ação tem o

o seu espaço. Daí entendemos que isso deveria ser assim. Mas a verdade é que quando se fala que isto não será possível implementar, a verdade é que mesmo que isso acontecesse, não seria a primeira vez. Basta-nos olhar para trás e pensar no PIT (Plano Integrado de Transportes) que tanto anúncio teve e nunca chegou a ser concretizado.

Muito obrigada.

Deputados Rui Martins *(CDS-PP) e* **Paulo Estêvão** *(PPM):* Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Sr. Deputado Carlos Furtado pede a palavra para?

(*) **Deputado Carlos Furtado** *(Indep.):* Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado** *(Indep.):* Sr. Presidente, quer fazer o favor de me confirmar se a votação que se realizou agora foi por unanimidade ou por maioria?

É que a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras disse que tinha sido por unanimidade.

Muito obrigado.

Presidente: Foi com certeza um lapso da Sra. Deputada.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS/PP):* Com certeza.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Não havendo, vamos avançar nos nossos trabalhos.

Ao abrigo do artigo 81º do nosso Regimento, o Sr. Deputado Independente solicitou a apresentação em plenário do **Projeto de Resolução nº. 135/XII – "Implementação do sistema regional de telemedicina permanente".**

Tem a palavra, Sr. Deputado Carlos Furtado para apresentação do diploma.

Dispõe de 10 minutos.

(*) Deputado Carlos Furtado *(Indep.):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O vírus Covid-19 que, como o próprio nome indica, surgiu em 2019, trouxe realidades bem diferentes ao nosso mundo.

A telemedicina, até à data, tinha uma expressão reduzidíssima e de quase descrédito. O que é certo é que, pelas necessidades e contingências que este vírus trouxe ao mundo inteiro, houve necessidade de alguma forma e de forma complementar, assegurar serviços de saúde. Nesta altura, surgiu a telemedicina como uma alternativa capaz de atenuar efetivamente os constrangimentos que a pandemia nos trouxe.

A partir desta altura, ficou claro, após os primeiros momentos de alguma desconfiança por parte da população relativamente aos efeitos ou à qualidade do serviço que a telemedicina poderia proporcionar, o que é certo é que num curto espaço de tempo, muitas pessoas viram resolvidas situações de serviços de saúde.

A par disso, a nossa Região, bem como todo o País, tem sido exposta a um permanente recrutamento de técnicos de saúde, sejam eles enfermeiros, sejam médicos, razão pela qual atualmente no nosso País e também na nossa

Região, haja uma grande dificuldade em completar os quadros necessários a assegurar um serviço de saúde com qualidade e à altura daquilo que são as exigências dos padrões de vida atuais.

Como eu disse, a telemedicina trouxe, depois dos primeiros momentos de alguma desconfiança, comodidade, trouxe universalidade no atendimento e trouxe flexibilidade no atendimento por parte dos profissionais de saúde aos utentes que precisaram deste serviço.

Fica, assim, comprovado pelo serviço que foi feito e apesar das dificuldades iniciais, que o sucesso deste novo modelo de prestação de serviços de saúde era algo que teria que ser considerado a partir de agora como um elemento integrante, embora complementar, do serviço de saúde praticado no nosso País e na nossa Região.

Desta feita, o direito a serviços de saúde, independentemente da localização geográfica de cada utente da nossa Região, é compreendido por todos nós como um direito que deve ser universalmente proporcionado a cada açoriano.

A insuficiência de meios que atrás referi, e também a insuficiência de meios de ordem física, levam a que a telemedicina possa de alguma forma complementar as fragilidades do serviço de saúde que não pode, por razões óbvias, ser igual e universal em todas as ilhas.

Desta forma, ficou percebido que a satisfação da população relativamente a este modelo de saúde, é algo que deve dar

obrigações ao Governo, de considerar a possibilidade, de uma forma permanente, proporcionar ao povo açoriano este tipo de

serviço de telemedicina.

Por esta razão, apresento aqui nesta Casa um Projeto de Resolução que pretende, acima de tudo, tornar permanente o serviço de telemedicina.

Este Projeto de Resolução tem como primeiro ponto a implementação universal nos Açores deste serviço.

Tem também, perante a universalização do serviço, a obrigação de, dentro do possível, encaixar neste serviço todos os serviços de saúde que puderem a partir daí ser integrados, de forma que se preste cada vez um melhor serviço à sociedade.

Ainda no âmbito dos pontos resolutivos, no último ponto, e porque estamos a falar dum modelo inicial, há o objetivo de (numa fase inicial), pelo menos nos primeiros tempos, haver relatórios periódicos transmitidos à Assembleia Regional, no sentido de percebermos o sucesso e a capacidade de integração deste modelo complementar no Serviço Regional de Saúde.

Por esta razão, e como é prática minha sempre que faço uma apresentação de qualquer diploma nesta sala e nesta Casa, peço às Sras. e Srs. Deputados que, dentro da vossa sensibilidade, me procurem, caso entendam acrescentar elementos ou *apports* a este Projeto de Resolução, porque acho que é da maior importância, dado que estamos a falar da saúde dos açorianos e da universalidade dos direitos deste serviço de saúde.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o diploma.

Reserva o nosso Regimento, um período para pedidos de esclarecimento.

Pergunto às Sras. e Srs. Deputados se há inscrições para pedidos de esclarecimento?

Parecendo não haver, vamos avançar na nossa agenda.

Avançamos para o ponto 12, **Projeto de Resolução nº. 130/XII – "Implementação urgente de medidas para combater o impacto da alga *Rugulopterix okamurae* nos ecossistemas marinhos".**

É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. E para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Sra. Deputada, permita-me só que anuncie à Câmara que o Bloco de Esquerda deu entrada de uma proposta de substituição integral do diploma.

Deputada Alexandra Manes *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A *rugulopterix okamurae* é uma alga considerada invasora, com uma expansão muito rápida e em níveis muito agressivos, comprometendo os ecossistemas marinhos. Esta espécie de alga tem vindo a ser estudada exatamente pelas suas características invasivas e de destruição.

Em 2019 foi detetada pela primeira vez a presença desta alga nos Açores, na Costa sul da ilha de São Miguel.

No decorrer do ano de 2020, após arrojamentos de algas em algumas praias de São Miguel, um grupo de investigadores deparou-se com um fundo do mar coberto por esta alga, o que levou a que este grupo de investigadores, mesmo sem qualquer tipo de apoio financeiro, por uma questão de curiosidade científica, procedesse aos devidos estudos e acompanhassem a expansão desta alga na costa de toda a ilha de São Miguel, acabando por se confirmar aquilo que inicialmente havia sido uma hipótese.

A confirmação científica da identificação desta macroalga nos nossos mares deu origem a um e-mail enviado às Secretarias do Ambiente e Alterações Climáticas e do Mar e Pescas pelo Diretor do Okeanos, a dar conta da presença e da proliferação desta macroalga invasora e das suas consequências graves.

Este e-mail foi enviado no fim de julho de 2021, sem que o mesmo tivesse tido resposta por parte das Secretarias que tutelam
a área do ambiente e a área do mar, áreas que são altamente prejudicadas pela presença desta espécie invasora.
Rapidamente esta macroalga expandiu-se para outras ilhas, Pico, Faial e Santa Maria, tendo tido um forte impacto na praia do Porto Pim, na ilha do Faial, onde o arrojamento foi de tal ordem que provocou um insuportável cheiro nauseabundo. Aliás, a Assembleia Municipal da Horta, em reunião de abril, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD, aprovou um voto que recomendava à Secretaria Regional do Ambiente e à Secretaria Regional do Mar e Pescas, em tom de desespero, pelo sucedido em Porto Pim, a definição duma estratégia de limpeza da área do areal desta praia e das suas estruturas de apoio, manifestando também preocupação com as consequências que o impacto visual e o incómodo pelo arrojamento das algas no porto da Feteira e na Praia do Porto Pim.
Não podemos dizer que os efeitos desta macroalga eram desconhecidos e que, por via desse desconhecimento, não se
podia/pode atuar.
Desde 2015/2016, após a expansão da alga do Pacífico para mares europeus, com um crescimento massivo, que os seus impactos eram conhecidos através de imagens de toneladas desta macroalga nas praias e costa do Estreito de Gibraltar e costa Andaluza, tendo levado à declaração de estado de emergência em Espanha, que desde logo, tratou de tentar mitigar o seu efeito, tendo levado a publicação recente de um documento oficial com um conjunto de estratégias para o controle da alga em todo o território espanhol.
Sabemos, pois, pelo sucedido em Espanha e pelo que é facilmente detetado no mergulho e que, aliás, é facilmente consultável em vídeos e imagens recolhidas por mergulhadores, que esta alga terá um impacto profundo na

vida marinha e que temos pela frente um problema ecológico de repercussões ainda desconhecidas, mas muito preocupantes.

Não temos dúvidas, é necessário atuar de imediato com urgência, de forma a mitigar os seus efeitos através de uma ação que tente impedir a proliferação desta alga para ilhas onde ela ainda não chegou. É com este objetivo que o Bloco de Esquerda traz a debate nesta Casa, uma iniciativa que reúne um conjunto de medidas concretas que devem ser implementadas de imediato, mesmo antes de estar concluído o estudo contratualizado com a Universidade dos Açores.

É necessário implementar medidas de prevenção ao alastramento da alga, nomeadamente através das fiscalizações e restrições nas operações de águas de lastro.

É necessário implementar urgentemente em articulação com outras entidades competentes, medidas de deteção e a atuação precoce e sistemática nos portos da Região, particularmente nas ilhas que ainda não tenham sido afetadas pela alga.

É necessário implementar medidas de mitigação dos efeitos da alga, especialmente em zonas de maior fragilidade ambiental ou onde o impacto é maior, nomeadamente através da remoção em terra, nos areais ou no mar, quer em zonas balneares, quer em zonas em que o cheiro atinja zonas habitacionais.

É necessário realizar ações de formação abertas à participação de todos os interessados, mas com um foco particular junto de quem pratica atividades marítimas, como os pescadores, profissionais e lúdicos e mergulhadores, profissionais e amadores, prioritariamente nas ilhas que ainda não tenham sido afetadas pela alga *rugulopterix okamurae*. Estas ações de formação devem transmitir conhecimentos que permitam identificar a alga e devem deixar bem clara a importância de se dar conhecimento imediato às

autoridades regionais da sua presença, para que possa haver uma intervenção adequada e atempada.

Estas são medidas concretas que o Governo terá que implementar de imediato, se esta proposta do Bloco de Esquerda for aprovada hoje. Além disso, propomos ainda que o Governo implemente com celeridade as recomendações que resultem do estudo contratualizado com a Universidade dos Açores sobre esta matéria. Mas até o estudo da Universidade dos Açores estar concluído, o Governo não pode ficar de braços cruzados e tem que fazer mais do que fez até hoje. Porque a alga também não vai esperar pela conclusão do estudo.

Temos que agir já, porque nos locais onde esta alga já chegou, a diversidade marinha está a morrer e o fundo do mar está a ficar homogéneo.

No ambiente, esta invasão representa um problema ecológico pelo seu impacto visual, pelo seu odor nauseabundo, pelo impacto na vida marinha que não sobrevive ao efeito desta alga.

No aspeto económico, o alastramento desta macroalga representa um grande problema no desempenho da atividade de mergulho de recreio. Tem grande impacto nas pescas com a perda de pescado para captura e incita o afastamento do peixe da costa.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É preciso agir já, diante de uma verdadeira ameaça, numa das nossas maiores riquezas que é o mar que envolve a nossa Região.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

(*) Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em novembro de 2021 foi publicado em revista indexada por João Faria, um grupo de investigação da Universidade dos Açores, a presença da macroalga invasora castanha *rugulopterix okamurae,* com base em amostragens realizadas em 2020 e 2021, no qual indica, à data da publicação do artigo científico, que a mesma foi identificada em filmagens de amostragens de 2019, próximo do porto de Ponta Delgada.

Foram efetuados estudos genéticos de identificação das amostras recolhidas, tendo sido, por isso, confirmada a referida espécie.

Das áreas amostradas, foi verificada a rápida proliferação na costa sul da ilha de S. Miguel, dominando um substrato rochoso com luz e ensombrados com coberturas próximas dos 100%.

Em informações fornecidas em sede de Comissão, o Dr. João Faria comunicou a confirmação da presença nas ilhas de São Miguel, Faial, Pico, São Jorge e Santa Maria.

Em reunião do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, após esta audição em Comissão, o grupo de investigação informou ainda

amostragens na ilha Terceira, com a presença da mesma alga, e a ausência de amostragens efetuadas na ilha das Flores, não tendo sido ainda amostrada as ilhas do Corvo e da Graciosa.

Nas ilhas com presença inicial da alga e em pequenas quantidades, esta está associada a portos, sejam eles comerciais sejam eles de pesca, como área inicial e de potencial dispersão e proliferação.

Esta alga invasora apresenta um comportamento muito mais agressivo de colonização e de expressão, do que o seu local de origem, onde ela é nativa e sem predador conhecido, apresenta um impacto ecológico muito preocupante, com destruição da biodiversidade bentónica existente, seja ela flora seja ela animal. São já conhecidos através da estratégia espanhola publicada em julho do presente ano, país que se debate com este problema

da alga há mais tempo do que nós, dados de impactos negativos reais e extremamente preocupantes, nomeadamente no sector da pesca e no setor turístico.

Na área da pesca e em áreas com coberturas próximas a 100%, será esta alga a maior captura de redes, em detrimento de todo o pescado que estivemos até a discutir ainda hoje.

Pela ausência de alimento, os peixes herbívoros costeiros deslocar-se-ão para outras áreas, causando um desequilíbrio em toda a cadeia alimentar, com consequência para todos os nossos pescadores.

A total cobertura dos fundos marinhos por esta alga que pode alcançar os 40 metros de profundidade, alterará todo o ecossistema envolvente, diminuindo a atratividade de mergulho com perca da beleza a que todos estamos habituados dos nossos fundos marinhos.

O usufruto das áreas balneares é também condicionado, sendo que já testemunhámos este fenómeno aqui na ilha do Faial, mas que dos pareceres rececionados também é testemunhado pela Câmara Municipal da Lagoa e de Vila Franca do Campo, com a acumulação da biomassa desta alga que condiciona as zonas balneares.

Em julho de 2021, o Governo Regional foi informado pelo Instituto de Investigação e Ciência do Mar da presença da alga *rugulopterix okamurae* nos Açores, efetuando um alerta. E passo a citar:

"Uma situação muito preocupante recentemente identificada, relacionada com a rápida proliferação, cujas consequências ecológicas, e não só, embora difíceis de prever, poderão ser muito

graves. À data, já possuímos dados para esta mesma previsão de impactos".

À presente data também já se celebrou protocolo de colaboração técnica e financeira entre o Fundo Ambiental e a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas no valor de 200 mil euros, do qual aguardamos a

constituição de um grupo de trabalho e estudo pela Universidade dos Açores, para o qual esperamos e
alertamos que neste referido grupo sejam integrados os investigadores que identificaram as algas nos Açores e que
nelas trabalham há mais de 2 anos, com amostragens, análises e resultados demonstrados na comunidade científica, ganhando-se, assim, tempo nesta luta contra esta alga invasora que trará para a Região impactos severos na pesca e no turismo.
O Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que tendo em conta todo o trabalho efetuado já na Região, aliado à estratégia espanhola das suas considerações e metodologias que ela apresenta de atuação, o Governo Regional tem já na sua posse informação científica credível que possa atuar de uma forma quase imediata. Poderá desenvolver protocolos de cooperação com entidades locais que adicionalmente às formações propostas aqui pelo Bloco de Esquerda, irão atuar na prevenção da proliferação desta alga para ilhas onde não tenha sido ainda detetada ou conter e prevenir toda a dispersão pelas ilhas onde ela é já presente e de forma pontual, utilizando as metodologias sugeridas na estratégia espanhola, até que estejam concluídos os estudos financiados para a Região.
Consideramos, ainda, que é urgente conter e controlar todos os
vetores associados à espécie *rugulopterix okamurae*, impedindo assim a sua proliferação e diminuindo os impactos biológicos e
económicos que delas de certeza hão de vir.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.
Tem a palavra do Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins *(CDS/PP):* Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS votou contra a urgência para exame em Comissão, na altura apresentada pelo Bloco de Esquerda, porque efetivamente, atendendo àquilo aos pontos resolutivos e àquilo que se pretendia que depois fosse a pronúncia desta Casa, considerámos que não havia propriamente uma urgência, porque ia muito pouco para lá daquilo que já havia sido anunciado como trabalho do Governo.

Por outro lado, havendo esta urgência - e consideramos na mesma que é algo que continua a faltar, pois julgo que poderia ser aprofundada a questão das águas de lastro que continua a ser um dos pontos resolutivos da proposta de alteração agora apresentada pelo Bloco de Esquerda, não obstante, o Bloco demonstra aqui uma grande sensibilidade e prova que efetivamente tem uma preocupação com a resolução do problema. Porque em vez de se limitar a dizer que o Governo tem que acatar ou reconhecer que a invasora é uma determinada espécie, neste caso a *rugulopterix okamurae,* ou uma outra qualquer, neste momento com a proposta que apresentou, julgo que estamos perante um projeto de resolução que efetivamente, vincula, por um lado, esta Assembleia àquilo que sejam as ações que o Governo deverá implementar (e as que já anunciou estar a implementar), sendo que considero importante a pronúncia por parte desta Casa, para depois, no futuro, não se assacar ao Governo a total responsabilidade pela operância ou inoperância.

Assim, haverá uma deliberação desta Casa e caso esta proposta seja aprovada, julgo que há aqui uma importante pronúncia desta Assembleia e isso para o processo - que preocupa a todos - de proliferação rápida e que poderá configurar um desastre do ponto de vista da biodiversidade costeira das nossas ilhas, aspeto tão importante, desde logo, para a própria

biodiversidade, mas que também tem impactos em várias áreas económicas, desde o
turismo até à própria pesca de subsistência, nem vou falar sequer na área económica da pesca, ou seja, a parte económica enquanto sector económico, mas como pesca de subsistência, uma vez que afeta especialmente a biodiversidade nas zonas costeiras.

Deste modo, consideramos que esta proposta do Bloco, neste momento, é uma proposta bastante razoável, embora mantenhamos
algumas dúvidas relativamente ao ponto1, não na parte da recomendação que diz que é para *acionar medidas de prevenção que passam pela fiscalização*, pois isso parece-nos algo absolutamente essencial, porquê? Porque estas operações de águas de lastro já têm regulamentação internacional, bastando, portanto, implementar fiscalizações para garantir que esse cumprimento está a ser feito. No entanto, as nossas dúvidas prendem-se com as certezas (ou incertezas) sobre se efetivamente, neste caso específico, terão sido as águas de lastro a passar esta espécie de umas ilhas para as outras dentro do arquipélago.

Essa é talvez a dúvida que subsiste, no nosso entender, mas que de todo inviabilizaria a aprovação destas recomendações, porque efetivamente a parte da fiscalização parece-nos absolutamente aceitável - e até desejável - porque faz parte da legislação e, então, esse cumprimento deve ser fiscalizado.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: Por outro lado, o facto de haver também aqui a recomendação para se implementar e articular entre as entidades competentes medidas de deteção precoce deste alastramento, também é extremamente importante e é uma medida para não perdermos tempo. De resto, isso também tem sido demonstrado pela proatividade do Governo e da Secretaria Regional do

Ambiente e Alterações Climáticas, numa fase inicial, sobretudo naquilo que eram as zonas balneares urbanas que estão sob a sua jurisdição e que obviamente foi talvez a primeira preocupação. Mas é óbvio que essa não é a preocupação exclusiva, porque, como já disse, não nos podemos esquecer do impacto que esta alga tem na biodiversidade.

Por outro lado, ainda, atendendo à argumentação aqui aduzida tanto pela Deputada Joana Tavares, como pela exposição deste Projeto de Resolução da Sra. Deputada Alexandra Manes, o facto de Espanha ter agora, ao fim de mais de 3 anos, criado uma estratégia, para nós é obviamente positivo, porque já temos informação, já há dados científicos que permitem sustentar e gizar estratégias também a nível regional para mitigar essa proliferação. Porém, há um (infeliz) facto de ainda não haver soluções para efetivamente erradiquem esta alga destes ecossistemas, tanto daqueles que já estão invadidos, como dos outros. Claro que a mitigação da proliferação será talvez a ação mais ao nosso alcance, uma vez que

a sua eliminação dos ecossistemas já invadidos é mais difícil, mas contamos também que o estudo encomendado possa produzir resultados nesse sentido, porque, obviamente, quanto mais investigação e mais mentes estiverem debruçadas sobre esta problemática, muito provavelmente melhores soluções teremos.

Ao mesmo tempo, também não posso passar sem dizer que a Sra. Deputada Alexandra Manes não resiste a dar sempre umas alfinetadas a quem quer que seja, mesmo quando não tem muita substância a corroborar, neste caso, a teoria de que o Governo Regional dos Açores nada fez.

Pronto, é a tal *alfinetadazinha* a dizer que se fez pouco ou que não se fez nada, com a qual não posso concordar, mas compreendo, faz parte do estilo aguerrido, empenhado e apaixonado com que a Sra. Deputada defende as causas que nos apresenta. Não resiste.

Deputado António Lima *(BE):* O senhor também não resiste.

O Orador: De qualquer das formas, do ponto de vista deste Projeto de Resolução, consideramos que houve uma evolução muito positiva, desde o momento em que foi apresentado pela primeira vez até esta proposta que agora aqui temos. E sem mais delongas, é óbvio que da parte do Grupo Parlamentar do CDS/PP iremos aprovar este Projeto de Resolução.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos *(PSD):* Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O fenómeno da invasão de algas e nomeadamente esta alga conhecida como *alga castanha*, que infelizmente tem afetado algumas das ilhas da nossa Região, bem como outras zonas do país e além-fronteiras desde há vários anos, tem implicado, por parte da população em geral, das autarquias, das várias forças políticas, como a Sra. Deputada Alexandra Manes aqui deu um exemplo, uma constante atenção e preocupação e também tem justificado a intervenção do Governo Regional e nomeadamente da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

É inegável que os danos ao nível das atividades piscatórias, ao nível estético e turístico causado pelo arrojamento massivo de algas invasoras é imenso.

Quanto ao dano causado ao nível da saúde pública, até ao momento, não parecem existir evidências científicas neste sentido, no entanto, defendemos

hoje, como no passado, que urge intensificar as medidas preventivas e de controle ou mesmo erradicação populacionais em algumas zonas específicas, já que claramente estão a comprometer a biodiversidade dos ecossistemas marinhos nos Açores.

A versão inicial deste Projeto de Resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda, previa um reforço, em nosso entender, excessivo das medidas e ações já encetadas por este Governo, nomeadamente quanto à exigência do reconhecimento por parte do Governo Regional, deste fenómeno, como devastador para os ecossistemas marinhos, quanto ao compromisso que já havia sido assumido protocolar com a Universidade dos Açores relativo à realização de um estudo das características e ao potencial de aproveitamento desta alga, bem como em relação ao compromisso assumido ao nível da limpeza e remoção com menor impacto para o ambiente.

No entender do Grupo Parlamentar do PSD, e tive oportunidade de me pronunciar por diversas vezes sobre o facto da apreciação urgente em Comissão não ter permitido uma abordagem profunda e eficaz deste assunto, dada a elevada complexidade desta questão e ao desconhecimento científico ainda existente e que naturalmente nós, deputados participantes na Comissão competente, também não possuíamos.

Esta leitura deriva também, quer através da audição presencial do investigador João Faria, quer através do apelo de algumas autarquias e associações a quem foi solicitado um parecer escrito, ficou claro que é imperativo que se aprofunde o conhecimento científico sobre esta matéria que apenas o estudo protocolado com a Universidade dos Açores nos permitirá.

São até já bem anteriores ao aparecimento desta alga invasora, conhecidas outras referências científicas relativamente ao arrojamento de macroalgas, já que este arrojamento nas zonas costeiras dos Açores são uma ocorrência

regular há muito conhecida, relacionada com o ciclo de vida destes macrófitos, com orientação da linha de costa, a sua relação com as correntes e ondulação predominante, encontramos na literatura, descrições de que em resultado do crescimento natural das macroalgas, estas alcançam maior tamanho, acabam por ser arrancadas por ação da agitação marinha, como seja a ondulação e a turbulência das camadas de águas superficiais, tudo isto mecanismos infelizmente alheios à ação humana.

Associado a um regime favorável de ventos e correntes marinhas, as algas soltas são transportadas pelo mar, acabando por se acumular em zonas costeiras mais confinadas de águas mais calmas.

Se no passado chegámos a ver este arrojamento como algo pouco crítico, já que estas algas arrojadas à costa eram tradicionalmente aproveitadas como um fertilizante natural para a atividade agrícola ou mesmo até a apanha das algas para extração do ágar-ágar, atualmente a nossa consciência e preocupação sobre este fenómeno é largamente superior.

A decomposição de grandes quantidades de macroalgas na orla costeira levanta problemas, tanto eventualmente na qualidade das águas balneares, o que da leitura das análises que têm vindo a ser feitas às zonas balneares onde se tem registado a ocorrência desta alga não se tem constatado, como ao nível de cheiros insuportáveis, esses sim, que afetam o bem-estar dos utilizadores das zonas balneares.

A existência desta nova espécie invasora, por ser morfologicamente semelhante a outras também já muito conhecidas nos Açores, foi inicialmente e compreensivelmente desvalorizada, tendo também esse facto contribuído para o seu avanço pelos fundos marinhos açorianos.

O compromisso assumido publicamente em maio pelo Sr. Secretário do Ambiente e Alterações Climáticas em protocolar com a Universidade dos Açores a realização de um estudo seguido da assinatura do protocolo entre o

Fundo Ambiental e o Governo Regional, em julho último, através da Secretaria Regional do Ambiente, levou-nos na altura, e reiteramos agora, a destacar a prontidão com que o Governo Regional atuou.
Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.
Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.
(*) **Deputado Gustavo Alves** *(PPM):* Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Está em debate um Projeto de Resolução trazido pelo Bloco de Esquerda que versa sobre a questão já referida pelos vários colegas Deputados em relação ao combate ao impacto da alga *rugulopterix okamurae* que já vastamente foi falada e mostrada preocupação em relação à sua capacidade invasiva, de forma mesmo bastante agravada, de tal modo que fala-se em certas áreas do fundo do mar onde chega a ser de 90 e tal por cento, chegando mesmo o fundo a ser completamente prejudicado por esta alga. Mas este Projeto de Resolução sofreu uma proposta de substituição integral, o que veio demonstrar que o Bloco de Esquerda, por vezes, mete a mão na consciência e torna os seus projetos mais sensatos ou moderados. Deste modo, já podemos ter aqui um maior consenso nesta Assembleia em relação a um problema que é consensual.
Com esta proposta de substituição integral, deixou de fazer parte dos pontos resolutivos do Bloco de Esquerda a premissa de que o Governo Regional tinha que reconhecer este problema. Obviamente este problema está reconhecido e ficou ainda mais esclarecido para o Bloco de Esquerda,

aquando da reunião da CAPADS, em que o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas provou que o Governo Regional está atento, como qualquer governo estaria, relativamente a um problema que aflige o ambiente na nossa Região que é bastante frágil, tendo então apresentado vários projetos e ações que o Governo está a realizar.

Vou dar como exemplo uma série de ações, nomeadamente a implementação no programa de motorização que inclui as águas de lastro em Ponta Delgada e que é uma das preocupações - os portos e marinas da Região – até novembro deste ano;

- A adjudicação em 2023, pela Direção Regional das Políticas Marítimas, de um trabalho semelhante ao anteriormente mencionado que é o tal das águas de lastro, no âmbito do REACT, para o Porto da Horta e Marina também;
- Aquisição de diversos equipamentos (ainda em 2022), também no âmbito do REACT para monitorização dessas espécies exóticas marinhas;
- Disponibilização de um portal online de acesso público sobre espécies exóticas marinhas que vai de encontro também ao pretendido pelo Bloco de Esquerda que é a capacidade do povo poder identificar locais onde se encontra esta espécie exótica, ajudando ao bom trabalho das entidades para resolver esse problema.
- Elaboração de um protocolo de resposta rápida para o aparecimento de espécies invasoras marítimas;
- Outra série de ações que estão a ser desenvolvidas pelo Governo Regional.

Mas isto também tem um interesse da parte de outras entidades, como por exemplo, a empresa Sea Expert em relação à qual a Comissão manifestou interesse em ter um documento escrito por eles relatando o seu pensamento sobre esta alga invasora. E, obviamente, também da parte da Universidade dos Açores que, na medida do possível, quer investigar e já está a investigar esta alga. Também o Instituto de Investigação Okeanos. E porque não falar

(nem investiguei essa parte) na parte dos espanhóis que certamente têm mais capacidade de investimento para essas investigações.

Portanto, este é um problema que aflige toda a gente das zonas onde esta alga se encontra. E, portanto, este não é um assunto para se fazer política, mas sim um assunto para se resolver ou para se alertar de modo moderado para que aí, sim, se leve toda a gente, numa só voz, a resolver os problemas.

Assim sendo, votaremos a favor deste proposta de substituição integral.

Muito obrigado.

Deputado Rodolfo Franca *(PS):* Fazer política não é resolver?

Deputado Gustavo Alves *(PPM):* Desta maneira não!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, para dizer que obviamente a Iniciativa Liberal vai associar-se a este Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, até porque este é mais um daqueles assuntos que nos deve preocupar, pois ao longo dos últimos anos houve alguma dificuldade em identificarmos a origem de algumas invasoras, nomeadamente nos ecossistemas marinhos próximos das nossas ilhas e que são extremamente frágeis e extremamente expostos a invasoras dessa natureza.

Não é a primeira vez e esta não é a primeira alga que ocorre nas nossas costas. Esta tem, de facto, uma proliferação bastante acentuada.

Eu não faço parte da CAPADS, como sabem, nem acompanhei (era humanamente possível) os trabalhos da Comissão, mas presumo que sobre as águas de lastro, alguém na Comissão com competência tenha dito que nós, infelizmente, não somos uma região que corra esse risco. E porque é que digo "infelizmente"?

Digo, "infelizmente", porque se nós fossemos uma região altamente exportadora por via marítima, obviamente teríamos esse problema, isto é, os navios chegavam com um lastro e saíam com carga. O nosso caso é precisamente o contrário, os navios chegam com carga e saem com lastro. O perigo é o de nós estarmos a exportar para outros destinos essas invasoras que temos junto de nós.

Há, inclusivamente, estudos do CiBio sobre outras invasoras que foram identificadas nos portos e marinas dos Açores. Há estudos do CiBio sobre outras invasoras que foram detetadas e em zonas rochosas e zonas balneares da Região.

Por isso, faz sentido o Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda e o acompanhamento da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas sobre esta e outras invasoras, até em alguns sistemas terrestres.

Ainda esta semana tivemos a boa notícia de que o Sr. Secretário foi a um ecossistema frágil substituir invasoras por endémicas, esse é aquele trabalho que todos nós temos que ajudar o Governo Regional dos Açores a construir para um futuro ainda mais promissor, mais sustentável do ponto de vista ambiental e até do ponto de vista social, porque o equilíbrio dos ecossistemas e da biodiversidade costeira, obviamente, nos trará mais vantagens num futuro próximo.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações

Climáticas, faça favor.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas** *(Alonso Miguel):* Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As invasões biológicas são efetivamente um fator determinante na perda de biodiversidade e isso tem efeitos particularmente nefastos em territórios como os Açores, com ecossistemas muito sensíveis, com fraca expressão e um território exíguo. Isto é válido, quer em terra quer no mar. E, portanto, a chegada de novas espécies à Região, é sempre encarada com grande preocupação, não apenas pelos impactos ecossistémicos e ecológicos que estas espécies invasoras, sobretudo espécies invasoras com grande potencial adaptativo, como é o caso da *rugulopterix okamurae* e, portanto, tem outros impactos que são muito preocupantes, nomeadamente na fruição de zonas costeiras e balneares que também têm algumas implicações ao nível da saúde pública e, sobretudo tem também alguns impactos ao nível de atividades económicas importantes, como a atividade piscatória ou o turismo. Portanto, estas questões são sempre muito preocupantes e deixam sempre qualquer governo preocupado.

Já foi feito aqui um vasto enquadramento da alga e do seu aparecimento na Região em 2019, que tem sido acompanhado por parte da Universidade dos Açores, sobretudo nas ilhas de São Miguel (costa sul) e também no Faial.

O que é facto é que a alga já cobre grande parte do fundo rochoso e, portanto, há aqui um problema que tem que ver com o grande potencial invasor que esta alga tem e com a ausência de competição pelo substrato.

Queria fazer, ainda, o seguinte enquadramento: em agosto de 2021, no dia 3, deu entrada nos serviços da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, um ofício enviado pela Okeanos e subscrito por um conjunto de investigadores.

À altura, a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas não tinha competências neste domínio em meio marinho, razão pela qual no próprio dia em que tomei conhecimento, encaminhei o processo para a Secretaria da tutela – a Secretaria Regional do Mar e Pescas – que, de forma pronta, deu início a um procedimento (logo em outubro) para ajuste direto com um programa de monitorização, caracterização e análise da distribuição espacial de espécies não indígenas e os seus impactos em áreas marinhas protegidas, um investimento de 43 mil euros a executar até novembro de 2022. E, logo de seguida, no início do ano, demos início também a um processo para a realização de um conjunto de candidaturas ao Fundo Ambiental; trata-se de um conjunto de projetos que integrava este estudo sobre a alga *rugulopterix okamurae.*

Esta candidatura foi entregue a 10 de fevereiro de 2022, tendo sido posteriormente aprovada e cujo protocolo de cooperação técnica e financeira com o Fundo Ambiental foi assinado, como sabem, a 21 de julho de 2022. O que possibilitou assegurar um financiamento de 200 mil euros para este efeito.

Para além disso, e de alguns estudos que já foram aqui referidos, como bem elencou o Sr. Deputado Gustavo Alves, decorre desde janeiro de 2019 na Região, o Projeto Live IP Azores Natura, aquele a que se referia há pouco, e bem, o Sr. Deputado Nuno Barata, e que é coordenado pela Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, prevendo um conjunto de ações específicas para o controlo e prevenção de espécies não indígenas marinhas.

No âmbito deste Projeto e desta Ação, será desenvolvido pela Direção Regional das Políticas Marítimas, uma estratégia regional para a prevenção e controlo de espécies não indígenas marinhas.

A situação específica da Praia do Porto Pim, obrigou a um reforço das ações de limpeza que exigiu a articulação de vários departamentos governamentais e também da Câmara Municipal da Horta. E, portanto, aproveito também esta oportunidade para fazer um agradecimento a estes departamentos e à Câmara Municipal da Horta e a todos os funcionários que estiveram afetos a este serviço, porque de facto é uma intervenção complexa, lenta, morosa e dispendiosa e que contou com muito empenho da parte destes intervenientes.
Dizer também que atendendo a esta alteração, e já agora também dar nota que no âmbito destas limpezas que foram feitas, sentiu-se a necessidade, daí o Governo ter tomado a iniciativa, de adquirir equipamentos para fazer limpeza de areais. Estes equipamentos serão adquiridos até ao final do ano, num investimento de cerca de 150 mil euros e que incluem um trator, uma *surf rake* que, no
fundo, levanta a areia e consegue recolher as algas e depositá-las depois num camião e estará executado até ao final deste ano.
Atendendo, também, a alteração que foi verificada na orgânica do Governo Regional dos Açores em abril, como sabem, a gestão costeira passou para as competências da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas. E, na altura, tive a oportunidade
de fazer uma visita a uma dessas limpezas (em maio) na Praia do Porto Pim, durante a qual tive oportunidade de anunciar que iria reunir com a reitoria da Universidade dos Açores. Essa reunião ocorreu a 17 de maio de 2022, onde se estabeleceu a possibilidade de colaborar com a economia para um estudo aprofundado sobre a ecologia e o ciclo de vida desta alga.
A análise terá também como objetivo, enfim, avaliar o potencial de
valorização da alga, a identificação das zonas mais vulneráveis e os seus impactos e a identificação das principais linhas de ação para mitigar e minimizar os efeitos da sua proliferação.

Gostaria, ainda, de chamar a atenção que, obviamente, a Secretaria irá protocolar isto com a Universidade, a qual irá escolher que departamentos irão fazer parte deste estudo.

Neste momento, estão envolvidos o okeanos, no âmbito do conhecimento e do domínio da biologia e ecologia marinhas, o Instituto de Investigação e Tecnologias Agrárias e Ambiente (ITAA), pelo conhecimento que tem nas áreas da agricultura, produção animal, clima e ciências dos alimentos e também o Centro de Biotecnologia dos Açores, atendendo ao conhecimento na área da investigação de biotecnologia, fisiologia vegetal, bio compostos, bio pesticidas e agentes patogénicos.

Evidentemente que os investigadores que serão envolvidos neste estudo serão decididos e de alguma forma destacados por parte da própria Universidade dos Açores. Não terá o Governo Regional dos Açores que se imiscuir nessa matéria. Ou seja, nós protocolaremos um estudo e a Universidade dos Açores indicará quem são os investigadores que farão parte dele.

Para terminar, gostaria de dar nota que neste momento fizemos uma consulta à Universidade dos Açores e já obtivemos resposta. Estamos a analisar os dados. Na próxima 5ªfeira está agendada uma reunião com a Universidade dos Açores para esclarecimento de algumas das informações prestadas antes de avançarmos com o procedimento.

Feito este enquadramento e atendendo a esta proposta de substituição integral apresentada pelo Bloco de Esquerda, sendo aprovado, este Projeto de Resolução nos termos em que se encontra, por um lado, permite demonstrar a preocupação do Parlamento Regional com uma matéria que é prioritária para

O Executivo Regional e está perfeitamente alinhado com a estratégia que tem sido definida e também com as ações em curso neste momento para lidar com este enorme desafio.

Relativamente ao último ponto resolutivo que foi adicionado com esta alteração e à formação para as partes interessadas nesta matéria, naturalmente que é também um contributo que pode ser enquadrado no projeto Live IP Azores Natura, no âmbito da Ação C-12, que prevê a implementação da estratégia regional para a prevenção e controlo de espécies não indígenas marinhas que será executado pela Direção Regional das Políticas Marítimas. E, portanto, parece-nos um bom contributo a ser tido em conta no âmbito deste projeto.

Assim sendo, esta Resolução, nestes termos, é vista com bons olhos e é mais um reforço àquilo que o Governo Regional está a fazer e, de alguma forma, é também uma partilha de preocupações entre o Parlamento Regional e o Governo Regional dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Rui Martins *(CDS/PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução nº. 130/XII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O **Projeto de Resolução nº. 130/XII** foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Avançamos na nossa agenda, para o ponto 13, **Proposta de Resolução nº. 9 /XII – Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2023".** Uma iniciativa apresentada pela Mesa da Assembleia.

Rege esta matéria o Artº. 36º da Orgânica dos Serviços da Assembleia.

O orçamento foi elaborado pelos serviços e, designadamente pelo Conselho Administrativo. Mereceu parecer favorável da Mesa. Foi à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Também tivemos oportunidade de o verificar e analisar na Conferência de Líderes.

O relatório foi distribuído.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado** *(Indep.):* Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Conforme fui mais ou menos dando nota na reunião da Comissão onde participei, e onde este assunto esteve em apresentação e discussão, registei as explicações prestadas pelo Sr. Presidente.

Não posso deixar de enaltecer o trabalho do Sr. Presidente, no sentido de sensibilizar os partidos políticos para a necessidade do controlo de despesas realizadas pelas forças políticas representadas aqui nesta Casa.

Também registo as explicações do Sr. Presidente, nomeadamente sobre a necessidade do aumento deste orçamento para fazer face a despesas de manutenção dos edifícios, uma situação que é preciso acautelar, porque o

património da Assembleia Regional tem que ser devidamente acautelado, sob pena de que as intervenções, se forem *empurradas* para a frente – passe a expressão - terão seguramente outros custos.

No entanto, e mesmo correndo o risco de ser acusado de populista, como já fui na reunião da Comissão, devo dizer que não posso acompanhar favoravelmente a votação deste orçamento, porque, entendo que os tempos de dificuldade que se vivem na Região, ao nível das famílias e das empresas, os tempos pouco promissores que é do conhecimento público e que toda a gente os reconhece, levam-me a acreditar que os custos da democracia também podem ser moderados e que a qualidade do serviço que é feito por esta Casa não se mede pelo dinheiro que se gasta.

Em função disso, vou votar contra, não porque não acredito no trabalho dos técnicos que elaboraram o orçamento, acredito sim no seu trabalho, mas porque entendo que as forças políticas aqui representadas, os representantes do povo - no meu entender e é esta a minha visão e o meu procedimento - são obrigados a mais, em termos de redução de despesas do seu trabalho parlamentar.

Em função disso, não vou acompanhar, vou votar contra, mesmo conforme disse, fazendo um voto de confiança nos técnicos que elaboraram um orçamento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aquilo a que acabámos de assistir, não é um exercício de populismo. É muito pior do que isso! Vai muito para lá de um exercício de populismo.

Aquilo a que acabámos de assistir é um parlamentar dizer que o Parlamento tem que ser parco, quando cresceu em número de partidos. Quando este mesmo deputado, ainda há pouco tempo, aprovou uma alteração legislativa que aumentou os custos deste Parlamento. E numa fase em que se exige mais rigor, mais atenção, melhor governação, o Sr. Deputado Carlos Furtado aquilo que pede, é que nós façamos aqui mais trabalho, com menos dinheiro! Ou seja, vamos reduzir na democracia e na qualidade da legislação para sermos mais baratinhos, quando este Parlamento dos Açores é, de entre os três Parlamentos que este País tem, aquele que sai mais barato aos contribuintes!

Nem é só mais barato, sai **muitíssimo** mais barato aos contribuintes!

Até arrisco a dizer, porque tenho visitado bastante a legislação que é produzida na Madeira, que este Parlamento produz muito mais legislação e muito melhor legislação do que produz o Parlamento da Madeira.

É um exercício de populismo, do mais lamentável populismo, aquilo que o Sr. Deputado Carlos Furtado acabou aqui de fazer!

A mim, preocupa-me Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a qualidade da democracia.

A mim, preocupa-me a qualidade do trabalho parlamentar.

A mim preocupa-me o dinheiro que é gasto excessivamente em gabinetes do Governo.

Não me preocupa o que é gasto nos gabinetes do Parlamento dos Açores para fazer funcionar a democracia e a produzir melhor legislação, para que o Governo governe melhor!

A mim, o que importa é que este Parlamento funcione e não seja apenas uma *caixa de ressonância* de maiorias parlamentares absolutas!

A mim, o que me interessa é que façamos o nosso trabalho em vez de faltarmos a sessões legislativas, pondo em causa inclusivamente a estabilidade política de um Governo!

Isso é que é preocupante!

Isso é que devia ser chamado a atenção dos Srs. Deputados. E não aquilo que eles gastam!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves** *(PAN):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu ia dizer que não estava à espera que o Sr. Deputado Independente dissesse o que disse, mas estava efetivamente à espera, por causa da Comissão, em que fez um *volte face.*

Neste caso, foi *carinhosamente* ter com os líderes parlamentares de todos os outros partidos e disse: "Ei amigos há qualquer coisa mal na orgânica e preciso do vosso favorzinho para que haja um aumento de despesa relativamente a *moi*, por causa dos meus assessores". E nós aceitámos, obviamente, porque vimos que havia uma injustiça, pois lá por ser deputado independente e não ter um partido, não significa que tenha que ser prejudicado relativamente a isso.

Todos os líderes parlamentares, todos os Deputados que estão aqui aceitaram prontamente fazer uma coisa que nunca fizemos e que era uma alteração à orgânica no mesmo ano. E, agora, recebemos de uma forma bastante *popularucha* o Sr. Deputado Carlos Furtado a dizer, à partida, que vai chumbar o orçamento, como se fosse o "salvador da pátria", relativamente à contenção de custos. Não!

Mesmo quando ainda era líder parlamentar do Chega, eu disse: "você tem é que olhar para o Governo e para os valores do Governo. Não é estar a retirar à Assembleia Regional".

Deputado Carlos Furtado *(Indep.):* Olho para os dois lados, Sr. Deputado.

O Orador: Se quisesse falar relativamente ao preço da democracia, falava dos dois.

Como o Sr. Deputado Nuno Barata disse, e muito bem, somos a Assembleia mais barata de Portugal. E, ainda, esqueceu-se de dizer uma coisa muito importante: nós temos nove círculos eleitorais. A Madeira tem um apenas! Nós temos nove círculos eleitorais.

Por isso, dizer uma coisa dessas para que lá fora as pessoas pensem que nós andamos aqui a *comer farturas*, é completamente ridículo!

Nós temos contenção de custos todos os dias.

O Sr. Presidente da Assembleia é uma pessoa que faz uma boa gestão dos nossos custos.

Deputado Carlos Furtado *(Indep):* Não tenho dúvidas!

O Orador: Temos muito cuidado!

Porém, com oito partidos, sem dúvida que é um investimento bastante grande para todos os açorianos, porque nunca tivemos um parlamento tão plural e isso obviamente tem um custo. Mas o benefício dos açorianos é bem maior!

O Sr. Deputado ao dizer isso, está a prejudicar bastante e está a fazer com que algumas *pessoas de café* venham dizer que nós andamos aqui a gastar e a *comer lagostas!*

Olhe eu até nem como, porque sou vegano, por isso não como lagostas!

Obrigado.

Deputado Carlos Furtado *(Indep.):* Nem eu! E não sou vegano!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** *(Indep.):* Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados Nuno Barata e Pedro Neves:

As vossas insinuações de que eu andei a tentar puxar regalias para o meu gabinete e para os meus assessores… para já retire o plural, porque eu só tenho **um** assessor!

Deputado Pedro Neves *(PAN):* Ah, quando é consigo já não gosta!

O Orador: Eu não tenho culpa do meu assessor ter ficado discriminado negativamente na aprovação da alteração da Orgânica desta Assembleia, coisa que eu não sei se foi propositado, ou se foi por esquecimento.

O meu assessor tem tanto direito, como qualquer outro assessor ou qualquer elemento dum gabinete desta Casa!

E digo-lhe mais, Sr. Deputado: no dia em que os senhores quiserem fazer alterações para diminuir os custos da Assembleia, eu sou o primeiro a assinar, Sr. Deputado!!

Eu não lhe admito esse tipo de insinuações de que eu ando a puxar para os meus e venho para aqui armado em *bonzinho!!*

Srs. Deputados, eu não tenho medo de cortar nas despesas do meu gabinete no dia em que for preciso! E as despesas que eu tenho o direito de usar enquanto deputado desta Casa, estão bem plasmadas nas contas da Assembleia!

Deputado Nuno Barata *(IL):* Ah pois estão! Fazem parte deste orçamento!!

O Orador: É só os senhores fazerem um requerimento a saber quanto.

O deputado independente é um representante do povo. Cada euro que eu gasto aos açorianos é como se estivesse gastando à minha família!

Os senhores, não têm moral para me afrontar relativamente a isso!

Presidente: Srs. Deputados…

O Orador: E o Sr. Deputado Nuno Barata é que começou a falar *grosso*, por isso eu também estou falando *grosso!*

Não é o facto de falar alto que dá razão àquilo que o senhor diz!

O senhor defende o seu eleitorado, e eu defendo os cidadãos, todos eles, dos partidos todos!

Disse.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *((PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já que a questão gerou esta discussão, o PPM não se esconde neste tema. O PPM assume a sua responsabilidade nesta matéria.

Nós considerámos, apoiámos, votámos a favor, e voltaríamos a fazê-lo, o reforço de meios para os Grupos e Representações Parlamentares e Deputado Independente, que constituem este Parlamento.

Acreditamos que o Parlamento e a democracia, necessitam de meios.

Acreditamos que o Governo precisa de ser fiscalizado.

Acreditamos que os diversos Grupos Parlamentares, quer os que estão na oposição quer os que estão a desempenhar funções de apoio ao Governo, necessitam dos meios necessários para fazerem bem o seu trabalho.

Portanto, nós o que fizemos foi apoiar, promover, esta reforma que significou mais custos. Mas estou aqui a assumir esta responsabilidade política, de o ter feito. E a população, em relação a esta matéria, sabe que esta foi a nossa responsabilidade. Foi o nosso juízo. Foi o nosso sentido de responsabilidade em relação a esta matéria.

Estamos aqui para assumir as responsabilidades deste ato.

Acho que agimos de boa-fé e agimos de forma correta.

A democracia tem custos.

É evidente que os regimes ditatoriais custam muito menos, porque têm uma voz única, é muito mais fácil trabalhar assim.

Mas em democracia é assim. E foi o povo que votou esta pluralidade. Os partidos que aqui estão representados foram votados pelo povo.

Isto significa que nós temos no Parlamento, a representação que o povo entendeu dar. O pluralismo que o povo entendeu votar. E, portanto, é esta a legitimidade.

Nós temos a legitimidade de dar ou não dar meios para que estes Grupos Parlamentares possam desempenhar as suas funções. E nós o que fizemos, o que nós considerámos, é que se deveria dar mais meios e reforçar os meios.

Em relação ao trabalho que aqui é feito pelo Parlamento, da minha parte - e posso dizê-lo com a vontade, sem qualquer tipo de paternalismos - é que esta Legislatura tem uma produção legislativa abundante, em que há um esforço da parte de todos os Grupos e Representações Parlamentares de contribuírem para o povo dos Açores e para melhorar a vida das pessoas. E muitos sentidos estamos a conseguir fazê-lo. Noutros ainda não conseguimos, mas temos essa aspiração.

Portanto, na minha perspetiva, aquilo que fizemos é correto, assumo as minhas responsabilidades. E não me importo de ser *queimado* pelo populismo e pela demagogia que existem sempre em todas as situações e também existe, infelizmente, na Região Autónoma dos Açores, por parte de algumas pessoas que aproveitam para tentar desprestigiar o Parlamento dos Açores e para tentar desprestigiar a democracia e a liberdade.

Deputados Gustavo Alves *(PPM)* **e Rui Martins** *(CDS/PP):* Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins** *(CDS-PP):* Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efetivamente não contava que este ponto desse discussão ou pelo menos que a discussão gerada viesse neste sentido. Porque efetivamente, o que mais me custava seria ver que os açorianos e os eleitores açorianos escolheram ter um Parlamento mais plural e depois ser este próprio Parlamento a negar capacidade de trabalho à pluralidade que escolheu.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS/PP):* Muito bem!

O Orador: Porque o que é mais factual é exatamente isso.

É que nenhum de nós é especialista na totalidade ou na maioria das áreas que estamos aqui a apreciar e a votar, que é a legislação, a fiscalização da ação governativa, é conseguir construir soluções que melhorem a vida dos açorianos. E o que mais faltava era nós fazermos isso com a nossa opinião única e exclusivamente. Ou seja, é preciso haver gabinetes de trabalho.

Os gabinetes parlamentares são fundamentais - como são os gabinetes deste Parlamento - para garantir a legalidade, para garantir que a lei é construída corretamente.

Deputado Nuno Barata *(IL):* E as obras?

O Orador: Já para não falar, obviamente, na manutenção de infraestruturas, porque este é um orçamento que engloba a Casa da democracia.

Deputado Nuno Barata *(IL):* É aceitável as Comissões trabalharem nas condições que tem a Delegação da ilha Terceira?!

O Orador: Houve várias intervenções que já focaram aspetos muito importantes relativamente ao aumento de custos que tem a ver, exatamente, com a comparação que devemos fazer também com os outros Parlamentos, quer o nacional quer o da Madeira.

Não podemos esquecer que os Açores são nove ilhas e que os nove círculos eleitorais têm que fazer deslocar pessoas.

Considero que há um esforço enorme e muito se fez. E também houve investimentos desta Assembleia que estão no orçamento para permitir que se possam fazer trabalhos à distância, para permitir que possam ocorrer ao mesmo tempo várias Comissões por meios telemáticos. E isso são investimentos, mas não quer dizer que vamos deixar de visitar os locais e passamos a fazer todo o trabalho à distância, porque isso é absolutamente inviável.

Nós temos que fazer visitas de trabalho, temos que ir ao local, temos que falar com os eleitores, temos que perceber quais são as problemáticas, para depois virmos para aqui e podermos decidir avisadamente e de forma informada.

Por isso, muito me custa que de alguma forma se tente passar a imagem de que a democracia afinal é um fardo, é um gasto, quando efetivamente aquilo que se gasta aqui com o facto de existirem oito partidos, significa e traduz-se num aumento da capacidade de fiscalização e do poder fiscalizador desta Assembleia, a realidade é que as Comissões são (comissões) de trabalho, porque há muito mais produção legislativa.

São oito partidos com agendas que defenderam junto dos eleitores, foram eleitos e têm a obrigação de vir para aqui trabalhar e apresentar as suas propostas bem construídas.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: Não é dizer no café que mudávamos o mundo e depois apresentar aqui propostas a dizer apenas “eu quero mudar o mundo”.

É preciso dizer como é que se faz. E é preciso fazê-lo de forma legal.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: E isso é trabalho sustentado em todo um grupo de bastidores de pessoas que estão aqui atrás de nós; pessoas que estão nesta Casa que trabalham todos os dias; pessoas que estão aqui ao

nosso lado, à nossa frente, a fazer redação e a garantir que aquilo que é dito aqui é vertido na letra de lei, de forma correta e de forma transparente.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS/PP)* e **Paulo Estêvão** *(PPM):* Muito bem! Muito bem!

O Orador: Por isso, muito me custa estas mensagens e também muito me custa ver na comunicação social, a propósito deste orçamento, que evidenciaram um aumento de cerca de 1 milhão de euros no bolo total.

Isso muito me entristece, porque devia-se era verificar quanto é que custam outros parlamentos que não implicam estas deslocações?

O que é que se produz neste Parlamento?

E o ganho que foi, para a autonomia e para a democracia nos Açores, termos uma democracia mais parlamentar, mais grupos e maior representação tendo, assim, maior diversidade de opinião e por consequência, sem dúvida e certamente, uma melhor Região, com melhor lei e com mais direitos para todos os açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS/PP e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa** *(PS):* Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como para a generalidade das Representações e Grupos Parlamentares aqui

presentes, este é um assunto que foi clara e devidamente fundamentado pelo Sr. Presidente da Assembleia.

Eu não vou dizer muito mais, porque já foi dito muitíssimo sobre este assunto, mas há uma parte que não foi referida.

É que no aumento de custos que existe neste orçamento agora, há um facto determinante, isto é, nós estamos a sair duma situação de pandemia e também os meios telemáticos deixam de ser tão usados, sendo que as pessoas começam a ter deslocações presenciais, o que envolve, necessariamente, um aumento de custos.

Outro assunto diverso, é aquele de que eu e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista também estamos convencidos, isto é, de que ou o Sr. Deputado Carlos Furtado não percebeu bem as fundamentações dadas pelo Sr. Presidente, ou então, seguramente ainda poderá alterar o seu sentido de voto. E explico porquê.

É preciso notar que com a alteração da própria Orgânica que foi feita, todos os partidos, sem exceção, até o Deputado Independente, provocaram um aumento de custos na ordem dos 50%, no seu caso, noutros casos, mais de 100% e por aí fora. E, portanto, em relação a este orçamento que aqui está - tememos nós, com algum grau de certeza - o Sr. Presidente da Assembleia seguramente vai ter que pedir alguma coisa retificativa, porque se há coisa que o Sr. Presidente que tem com ele, é *fazer render o peixe.*

Deputado Carlos Furtado *(Indep.):* Eu não tenho dúvidas.

O Orador: E, por isso, eu tenho a certeza absoluta que vai ter dificuldade em executar mesmo com este valor.

Enfim, cá estaremos depois para, devidamente fundamentado, analisar um eventual orçamento retificativo.

Espero que assim não aconteça, mas parece-me que isto que aqui está, de facto, é mais que elementar, nem suscita - pelo menos para a maioria dos Deputados aqui presente - qualquer questão nem devia também, na minha

opinião – sem qualquer quebra de respeito por si - suscitar essa dificuldade para si.

Deputado Carlos Furtado *(Indep):* É a minha opinião!

O Orador: Portanto, eu penso que ainda está em tempo de pensar no assunto e votar connosco, porque era aquilo que se desejava. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não estava mesmo para intervir, mas julgo que há um pormenor que vale a pena também referir, sendo que muito já foi dito e, no geral o que foi dito tem a nossa concordância.

No entanto, em primeiro lugar, dizer que algumas das alterações que foram feitas à Orgânica da Assembleia - que não é apenas daí que decorre o aumento da despesa que existe - até o Bloco de Esquerda votou contra uma delas. Mas, como é óbvio, estando aprovadas, tem que se cumprir aquilo que foi aprovado. E cumprir a legislação e a Orgânica da Assembleia, implica, como é óbvio, aprovar este orçamento - este é o primeiro ponto que queria frisar.

Em segundo lugar queria frisar, aliás o Sr. Presidente teve oportunidade de referir isso na audição em Comissão, a necessidade que esta Assembleia tem, pelo número de delegações que existe em todas as ilhas - para além da sede, de não só existir manutenção desses edifícios, mas também de melhorar as condições nalguns deles, como bem referiu o Sr. Presidente, principalmente a Delegação da ilha Terceira que nós, enquanto parlamentares, criticamos muitas vezes (com razão!), as más condições de infraestruturas de serviços públicos. Ora, por maioria de razão, nós não

podemos concordar e fechar os olhos a um serviço público e às instalações (da Assembleia) que não tem sequer condições de acessibilidade. E são questões elementares que não se podem efetivamente arrastar. E este orçamento procura também, e tem que procurar, corrigir. De outro modo, nós estamos efetivamente não só a degradar a democracia, mas também a degradar o património da Região e o funcionamento das instalações da Assembleia e do acesso das pessoas, dos eleitores e dos cidadãos, a um serviço fundamental à Casa da democracia.

Era esta nota que queria deixar, naturalmente referindo que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente. Muito obrigado.

Deputado Rui Martins *(CDS/PP):* Muito bem!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos colocar então à votação esta Proposta de Resolução nº. 9/XII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de sentar.

Secretário: O **Projeto de Resolução 9/XII** foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 19 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e registou 1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Vamos avançar na nossa agenda para o ponto 14, **Petição n.º 28/XII – "S. Mateus da Calheta em direção a Vila".**

É uma iniciativa apresentada por Paulo Duarte Gomes, na qualidade de primeiro subscritor.

Como é habitual, vamos iniciar a apreciação desta Petição pela apresentação do Relatório.

Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares.

Deputado Flávio Soares *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER PETIÇÃO N.º 28/XII - "SÃO MATEUS DA CALHETA EM DIREÇÃO A VILA"

INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Política Geral reuniu no dia 9 de setembro de 2021, com recurso a meios telemáticos, para audição do primeiro subscritor, apreciação e relato sobre a Petição n.º 28/XII – "São Mateus da Calheta em direção a Vila".

A presente Petição reúne um total de 351 (trezentas e cinquenta e uma) assinaturas válidas, tendo como primeiro subscritor, Paulo Duarte Gomes e deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 18 de março de 2022.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, a referida Petição foi remetida à Comissão Permanente de Política Geral, por se tratar de matéria da competência desta – organização administrativa da Região, conforme determina o artigo 3.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pela Resolução n.º 49/2021/A, de 11 de agosto e pela Resolução n.º 52/2021/A, de 25 de outubro.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito enquadra-se no âmbito do artigo 52º da Constituição da República Portuguesa e exerce-se nos termos do disposto no artigo no artigo 9.º do Estatuto Político- Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e na lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na atual redação. A apreciação da petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do n.º 4 do artigo 73.º o Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO II
ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Petição em apreço reúne os requisitos formais de admissibilidade para ser qualificada como petição em nome coletivo. A Comissão Permanente de Política Geral procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido Regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade, em reunião ocorrida a 8 de abril de 2022.

CAPÍTULO III
OBJETO DA PETIÇÃO

Os Peticionários vêm, através deste instrumento de participação política democrática, propor a elevação da freguesia de São Mateus Calheta a Vila.

De acordo com os Peticionários, em termos legais a freguesia de S. Mateus da Calheta cumpre os anteriores requisitos legais que existiam para a elevação da freguesia a Vila, concretamente:

a) Ter uma população não inferir a 2000 habitantes;

b) Ter 50% da população ativa afeta aos sectores secundário e terciário, o que acontece efetivamente conforme é bem visível

pelo aumento da população, sobretudo feita nos lugares do Cantinho e da Luz, no crescimento acentuado de famílias sobretudo ligadas aos serviços, e conforme dados estatísticos do emprego por freguesia;

c) Ser detentora de notável passado histórico e artístico;

d) Possuir desenvolvimento comercial, industrial e cultural manifestamente superior ao das freguesias vizinhas (S. Pedro, Terra Chã e S. Bartolomeu de Regatos);

e) Dispor do indispensável saneamento básico, no caso em termos absolutos as águas residuais, em termos menos globais os restantes elementos como é habitual nos Açores.

A fundamentação das premissas acima referidas, acompanha a Petição e abaixo se transcrevem:

"A freguesia de S. Mateus da Calheta é uma freguesia costeira, conhecida pelo seu porto pesqueiro, o maior e mais importante foco de desenvolvimento económico piscatório da ilha Terceira; pelos fortes militares que a guarnecem desde o século XV, sobretudo o Forte Grande e o Forte do Negrito, e outros de menor dimensão, que bordam a terra e o mar. É uma localidade vocacionada para o mar: desde a Prainha que se tornou Calheta e depois o polo de desenvolvimento da atualidade, passando pelo Negrito, local onde a meados do século passado à faina da pesca tradicional se juntava a faina da baleação, hoje grande polo de Zona Balnear e de Veraneio. Mas, ao mesmo tempo, uma localidade de

dualidades: no ponto oposto de zona pesqueira, de serviços e indústrias diversas, de entre terras produtivas junto ao mar até à parte superior, S. Mateus de Cima, conhecidíssima como o Cantinho, onde a agricultura e a pecuária traduziam importante polo económico e com terras muito produtivas, e onde residem muitos profissionais igualmente no setor terciário.

A freguesia de S. Mateus da Calheta também é conhecida pelo seu dinamismo social e cultural, empresarial e institucional. Em termos sociais destacam-se a Casa do Povo, o Centro Social e Paroquial, a Unidade de Saúde, a CIT- Centro de Intervenção Médica Terapêutico, a Capela Mortuária, duas igrejas, a Velha em franca recuperação de restauração, e a Nova, tendo tido ainda outra, a igreja primitiva; possui várias ermidas, a Ermida da Candelária, a Ermida das Mercês, a Ermida da Luz, a Ermida do Bravio, a Ermida de São Vicente, a Ermida de São Francisco das Almas, a Ermida de São João Batista, a Ermida de São Martinho, a Ermida de São Diogo e a Ermida de Santo António dos Milagres. Em termos culturais tem um vasto espólio, que se destacam, três impérios: o Império do Cantinho, o Império do Terreiro e o Império da Canada de Capitão Mor. Teve seis jornais, dos quais se destaca A Maré. É rica nas suas tradições, como os bodos do culto do Espírito Santo, Bodo do Mar, Bodo da Terra, Bodo do Cantinho, as festas tradicionais e dos Santos Populares, as touradas à corda, as danças de carnaval e marchas de S. João e detém do Grupo Folclórico e Etnográfico "Modas da Nossa Terra". No desporto, além de possuir Campo de Futebol e um Ringue de Ténis, possui várias equipas e clubes desportivos, o Marítimos de São Mateus, o Grupo Desportivo do Bravio, conhecido como Porto do Bravio, o Atlético Futebol Clube, o Grupo Desportivo Salão e os Veteranos de São Mateus, e em várias modalidades desportivas. Possui três museus

temáticos, a Casa dos Botes Baleiros, o Núcleo Museológico do Negrito e o Núcleo Museológico do Mar, três botes, o Santo Agostinho, PD-309-B, o Espadarte II,AH-224- B, a Maria Celina, LP-52-P, e a lancha designada por Estrela Açoriana, AH-232-B, bem como um acervo de equipamentos próprios da baleação. Em termos institucionais é multifacetada, designadamente a Escola Básica do 1.º Ciclo e Jardim de Infância de São Mateus da Calheta, a Escola Básica e Jardim de Infância da Área Escolar do Cantinho, e o jardim de infância A Gaivota no centro paroquial, o Agrupamento de Escuteiros Marítimos N°497 do Corpo Nacional de Escutas, o Clube Naval de S. Mateus da Calheta, a Associação das Mulheres dos Pescadores e Armadores, o núcleo da Associação Terceirense de Armadores, o Lawn Tennis Club, que é de 1901, o Terceiraçor Moto Clube, a G-Questa, a Pousada da Juventude, a Unidade Local de Proteção Civil, e muitas outras instituições.

Em termos empresariais e industriais a freguesia é muito vasta, possuindo, designadamente, uma farmácia, a Médica Mais Centro Médico Dentário, um banco, dois multibancos, uma estação de Correios e várias empresas de empreitaria e construção, e áreas afins, serralharia, mecânica, pneus, pintura, bebidas e alimentação, madeiras e carpintaria, vários estabelecimentos de restauração, mercearias, supermercados, peixaria, metalúrgica e hotelaria. A freguesia de S. Mateus da Calheta é a mais populosa do concelho de Angra do Heroísmo, e tem vindo a crescer sistematicamente, e desde os Censos de 1981 com uma população residente de 2.929 até aos Censos de 2021 com 3.789 indivíduos. Em cem anos a freguesia sempre esteve entre as três mais populosas freguesias do concelho e a partir da última década é a mais populosa (…). Apesar da freguesia ser conhecida como uma localidade piscatória porque o seu grande Porto pesqueiro com um a orla bem enquadrada e de fácil acesso, S.

Mateus da Calheta possui mais de 50% da população afeta aos sectores secundário e terciário. A freguesia tem um passado rico que se pode sintetizar sobretudo em duas qualidades ainda hoje visíveis: por um lado, do século XV e XVI foi importante baluarte militar e defensivo da costa sul da ilha; e por outro lado, desde o seu povoamento, por via do acesso privilegiado ao mar pelas baías do Negrito e da Calheta que lhe dá o nome, foi um rico entreposto cultural pelo número de quintas e casas senhoriais que ainda possui. Do baluarte militar: são dois os fortes militares em excecional preservação, o Forte Grande ou da Prainha, na calheta agora designada Porto de S. Mateus, e o Forte do Negrito. São ainda visíveis outros fortes
alguns quase desaparecidos: o Forte do Biscoitinho, o Forte da Maré ou do Poço, o Forte da Má Ferramenta, o Forte de S. Mateus ou da Igreja e o Forte dos Barreios, todos eles de grande relevo histórico e cultural. Do entreposto cultural, as suas quintas e casas senhoriais são muitas: a Quinta das Mercês, a Quinta de S. Diogo, a Quinta dos Calços, a Quinta do Carvão, a Quinta de Merens ou da Candelária, a Quinta dos Arrifes, a Quinta do Ferrão, a Quinta do Berbereia, a Quinta Rôta, a Quinta da Luz, a Quinta do Benedito, a Quinta dos Carvalhais, a Quinta do Pombal, a Quinta dos Contentes ou do Terreiro, a Quinta a Quinta da Francesa, a Quinta do Lemos, a Quinta do Alambique, a Quinta de São Vicente, a Quinta da Prainha, a Quinta da Terra do Pão ou dos Cantos. Nessa Quinta da Candelária casou e viveu Luiz Meyrelles do Canto e Castro, família fidalga de primeira linha e detentora de vários morgadios (…). A esse espólio militar e cultural também S. Mateus da Calheta se destaca noutras proezas dignas de registo no campo cultural e religioso. Aqui nasceu a maior cantadeira ao desafio, a Turlu, Maria Angelina de Sousa, artística conhecida em todas as ilhas e além-mar, esposa do não menos famoso

Charrua. Turlu é única porque cantou ao desafio popular num tempo onde as mulheres não tinham acesso de subirem a um palco em combate artístico com cantadores homens, e é considerada a Diva da Cantoria (…). E seguindo essa linha artística, hoje são muito conhecidos, entre muitos outros, os artistas o fadista, cantador e improvisador Fábio Ourique que tem grande projeção na diáspora açoriana nos EUA, e o grupo musical Fado Alado, grupo que ganhou o Got Talent Portugal em 2021. No aspeto religioso, na sua vertente social e cultural, quando a antiga freguesia ainda se localizava mais a oeste, no lugar denominado Igreja Velha, mais ao centro se construiu a nova igreja: foi projetada para ser a mais alta da ilha. condição que ainda mantém - 36.20 metros de altura. E as telhas do enorme edifício foram trazidos de Angra do Heroísmo através dos barcos dos pescadores. E um dos mais notáveis elementos culturais da freguesia é o seu porto de pesca, desde sempre o maior da ilha. As fotografias antigas mostram o carisma e a centralidade da pesca como centro nevrálgico da cultura popular, com as suas tradições piscatórias. Sobressai, neste aspeto, a faina da baleação. S. Mateus da Calheta foi um importante centro de baleação: no Porto de S. Mateus centravam-se os barcos, os instrumentos, as várias profissões de telecomunicação, de carpintaria, de ferragem, e os ajuntamentos dos baleeiros; no Porto do Negrito concentrava-se o desmanche das baleias e a sua transformação industrial - elementos que são ainda hoje visíveis nas respetivas secções museológicas que retratam tal atividade sobretudo no século XIX e XX. Essa realidade foi ilustrada pelos cientistas do Príncipe de Mónaco que no estudo do mar da Terceira ali se deslocou (…).”

CAPÍTULO IV
DILIGÊNCIAS EFETUADAS

Na reunião da Comissão, ocorrida a 8 de abril de 2022, esta deliberou ouvir, com recurso a meios telemáticos, o primeiro subscritor, o Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e ainda visita à Freguesia de São Mateus e reunião com o respetivo Presidente de Junta de Freguesia. Na mesma reunião, a Comissão deliberou igualmente solicitar parecer escrito ao Conselho de Ilha da Terceira. De referir que, até à emissão do presente Relatório, não se regista entrada de qualquer parecer nos serviços desta Assembleia Legislativa. Da audição ao primeiro subscritor da Petição, ocorrida a 20 de junho de 2022:

A audição iniciou-se com uma apreciação genérica do objeto da Petição por parte do Senhor Paulo Duarte Gomes, que se fez acompanhar pelos Senhores Arnaldo Ourique, António Marcelino e a Senhora Séfora Costa. O Senhor Paulo Duarte Gomes começou por referir que esta é uma aspiração de longa data da freguesia de São Mateus passar a Vila, em especial dos cidadãos residentes e nascidos naquela freguesia, não só por uma questão de prestígio, mas essencialmente porque reúne todas as condições sociais, empresariais e populacionais para se tornar Vila. Realçou de seguida que esta conquista, a concretizar-se, não será para tornar São Mateus mais ou melhor do que qualquer outra freguesia ou Vila da ilha Terceira, relembrando que todos reconhecem que São Mateus tem todas as condições e merece passar a Vila por todas as razões expostas na própria Petição. O peticionário explicou que São Mateus é uma freguesia piscatória, com um dos maiores portos de pesca da ilha Terceira, com restauração de qualidade e onde a tranquilidade se cruza com a dinâmica de uma freguesia com as dimensões que São Mateus possui, fazendo com que o carinho pela freguesia seja generalizado e reconhecido. Recordou ainda que São Mateus tem aproximadamente 4000 habitantes e serviços como posto CTT, farmácia, posto médico, instituição bancária e um tecido empresarial das mais diversas áreas, desde

construção civil, carpintaria, metalúrgica, hospedaria, restauração, entre outras valências que enriquecem a economia, sem esquecer a agricultura que, par da pesca, marcou e continua a marcar a história e o património local. De seguida, o peticionário Arnaldo Ourique usou da palavra para enaltecer que esta é uma aspiração de todos os habitantes da freguesia e que a Junta de Freguesia liderou todo o processo de elevar São Mateus a Vila, solicitando o seu contributo como pessoa que nasceu e que tem grandes ligações de atividade na freguesia. O Senhor Arnaldo Ourique continuou esclarecendo que, já num passado recente, outras freguesias tinham sido elevadas a Vila por motivos históricos, dando alguns exemplos de outras freguesias que passaram a Vila, e que São Mateus também merece essa distinção, uma vez que cumpre objetivamente com todos os requisitos necessários, ressalvando que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores tem a capacidade constitucional e estatutária para tomar essa decisão sem qualquer consequência jurídica ou económica para a freguesia e para a sua população, mas com todo o prestígio social, político e histórico que essa decisão acarreta. O peticionário clarificou ainda que a freguesia de São Mateus é realmente um exemplo comparada com outras freguesias, designadamente em termos populacionais, uma vez que tem vindo sistematicamente a aumentar a sua população, sendo inclusivamente a freguesia mais populosa de Angra do Heroísmo, segundo os censos de 2021. Tal situação tem vindo a fazer com que se fixe diversos serviços na freguesia, bem como pessoas com diferentes qualificações. Não obstante, realçou que a freguesia tem necessidade de infraestruturas essenciais, como polidesportivo, centro cultural, entre outros, que poderão ajudar ainda mais no desenvolvimento da freguesia. O Senhor Arnaldo Ourique concluiu considerando que é justa e legítima a aspiração da Junta de Freguesia e de toda a população de São Mateus de elevar a freguesia

a Vila por todos os aspetos sociais, culturais e históricos anteriormente expostos.

O Senhor Deputado Berto Messias (PS) interveio para enaltecer todo o trabalho documental e na recolha histórica no âmbito da Petição, promovido pelos peticionários. Notou ainda que a materialização desta Petição deverá passar pela elaboração de um Projeto de Decreto Legislativo Regional conjunto para elevar a freguesia de São Mateus a Vila, e que possa ser subscrito por todos os partidos. A Senhora Deputada Sabrina Furtado (PSD) referiu que o Partido Social Democrata está disponível para acompanhar uma iniciativa que materialize os objetivos da Petição, considerando ainda que seja uma iniciativa clara e objetiva e que atenda às pretensões da população de São Mateus. Da audição ao Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, ocorrida a 20 de junho de 2022: A audição iniciou-se com uma apreciação genérica do objeto da Petição por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Álamo Meneses, tendo o mesmo referido que a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo nada tem a opor, relembrando que o concelho já contempla duas vilas, Vila de São Sebastião e Vila do Porto Judeu, e a cidade de Angra do Heroísmo. Realçou ainda que este é um reconhecimento honorífico que muito dignifica o concelho e que a freguesia cumpre claramente com os requisitos exigidos. Questionado pelo Senhor Deputado Paulo Duarte Gomes se a elevação da freguesia de São Mateus a Vila, esta acarretaria em mais custos, em termos de taxas ou impostos, para a população de São Mateus, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Angra de Heroísmo respondeu afirmando que, de facto, esta elevação não resulta no aumento nem na diminuição de qualquer taxa ou imposto municipal.

Da visita à Freguesia de São Mateus, ocorrida a 20 de junho de 2022: As Senhoras e os Senhores Deputados realizaram uma visita à freguesia de São Mateus, acompanhados pelos membros da Junta de Freguesia de São Mateus, tendo a oportunidade de verificar a dinâmica e a vivacidade da freguesia .

CAPÍTULO V
CONCLUSÕES

Na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 28/XII – "São Mateus da Calheta em direção a Vila", a Comissão de Política Geral aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

1) A Petição foi subscrita por mais de 300 cidadãos, pelo que, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a mesma reúne as condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia;

2) As pretensões espelhadas na Petição em apreço surgem na sequência de uma aspiração antiga da população de São Mateus na elevação da freguesia de São Mateus a Vila;

3) Segundo os peticionários, a iniciativa fundamenta-se ainda no facto da freguesia de São Mateus possuir um conjunto de equipamentos e instituições nos domínios cultural, económico, social e patrimonial que justificam a sua elevação a Vila;

4) Considera-se legítima a reivindicação levantada pelos peticionários;

5) Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

CAPÍTULO VI

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

De modo genérico, os Deputados que integram a presente Comissão revelaram-se esclarecidos quanto à pretensão plasmada na presente Petição, reconhecendo a sua pertinência.

Ponta Delgada, 1 de julho de 2022

O Relator em exercício
Flávio Soares

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente em exercício
Elisa Sousa".

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.
Está apresentado o Relatório. Estão abertas as inscrições.
Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Gomes. Tem a palavra.
(*) **Deputado Paulo Gomes** *(PSD):* Obrigado Sr. Presidente.
Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Sobre eventuais méritos que esta Petição possa ter, não me vou pronunciar, até porque sou parte interessada, não só como peticionário, como também presidente de junta e cidadão da freguesia.

Dito isto, não posso deixar de agradecer a todos aqueles que assinaram esta Petição que visa elevar a freguesia de São Mateus a vila. Dizer, também, que o Grupo Parlamentar do PSD está a trabalhar na elaboração de um decreto legislativo regional, mas entendemos que esta não deve ser uma causa de um partido só. Deve ser uma causa que envolva todos os partidos desta Assembleia. E, neste sentido, gostaríamos de contar com o apoio e a subscrição de todos os partidos na constituição e na construção deste mesmo decreto legislativo regional.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, permita-me em primeiro lugar que o parabenize,

por estas coisas modernas e tecnológicas que nos permitem ter um controle mais rigoroso dos nossos tempos e fazer a gestão dos nossos grupos parlamentares e das nossas intervenções. Se calhar, também podíamos evoluir para termos um conhecimento mais direto e mais presente da ordem das próprias inscrições. Penso que isso também facilitaria em muito a gestão dos nossos trabalhos e a sua celeridade.

Mas eu queria, sobretudo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, saudar, conforme é hábito, e justo hábito, a iniciativa cidadã aqui presente, a qual sempre respeitamos e sempre nos agrada. É para

isso que cá estamos. É bom que o povo, todo o povo, saiba exatamente isso. Penso que o texto da Petição é claro.

Penso que a Comissão de Política Geral, de forma célere, fez o seu trabalho.

Tivemos oportunidade de visitar a freguesia, de ouvir o Sr. Presidente da Câmara, de estar com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, naturalmente, e creio que estamos em condições de relembrar que se trata, efetivamente, de uma freguesia muito marcante do Concelho de Angra do Heroísmo, da ilha Terceira e mesmo dos Açores, por ter algumas especificidades, designadamente ao nível do mar e da pesca, são sempre comunidades muito aguerridas, muito típicas e muito importantes. Mas que tem também a sua história ao nível do trabalho, da dinâmica económica e social, de ser uma freguesia do mar, mas ser também, como lembra a petição e os peticionários, uma freguesia da terra e uma freguesia de agricultura, de ser uma freguesia a dinâmica e de cumprir todos os requisitos que constam efetivamente da lei, como nos atestou, desde logo, para além dos peticionários, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

É também uma freguesia, conforme é lembrado, com uma importância significativa ao seu nível demográfico. Coisa que nos Açores temos que sempre que ver em termos relativos e por ilha, mas é o efetivamente, no caso de uma ilha como a Terceira. E a Petição, tendo e bem o regime regimental que tem entre nós, ela pode ter variações na forma de concretizar aquilo que é peticionado.

Neste caso, o pedido é absolutamente claro. É o pedido de elevação a Vila, da freguesia de São Mateus da Calheta da ilha Terceira. É uma competência deste Parlamento, como sabemos, consagrado quer ao nível constitucional quer através de lei habilitante da Assembleia da República. E portanto, não há dúvida que, neste caso, temos um pedido muito concreto e feito no sítio – no *guiché* - político certo.

O que convém naturalmente dizer e o que o Partido Socialista gostaria de dizer sobre isso é que estamos absolutamente disponíveis para sozinhos ou acompanhados - gostaríamos mais se fôssemos acompanhados, porque penso

que a iniciativa merece uma larga consensualidade - pormos mãos à obra e para elaborarmos esse decreto legislativo regional que deve seguir os seus trâmites regimentais.

Fica aqui o repto feito para que, para além deste Grupo Parlamentar, seja efetivamente, com a forma mais abrangente desta Assembleia, que seja elaborado e aprovado o decreto legislativo regional que dê a justa e adequada resposta à pretensão absolutamente razoável dos fregueses de São Mateus da Calheta. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Francisco Coelho.

Agradeço-lhe o elogio relativamente aos painéis de controle de tempo e também percebi a segunda parte da sua intervenção. Mas acredite que durante a apresentação do Relatório, o Sr. Deputado Paulo Gomes telefonou ao Sr. Secretário da Mesa a inscrever-se e estava inscrito primeiro do que o senhor.

Se pudermos ali introduzir no painel, eu também concordo consigo, não há problema nenhum.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto** *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma saudação aos habitantes da freguesia de São Mateus da Calheta, em Angra do Heroísmo, pela iniciativa que trazem à
apreciação a esta Câmara.

Esta petição para a elevação da freguesia de São Mateus à categoria de Vila. Visitámos a freguesia e verificámos que existem condições económicas e sociais. Existe dinamismo económico e comercial. É a freguesia mais

populosa do Concelho de Angra e, portanto, o CDS considera que estão reunidas as condições, para que a freguesia de São Mateus, da Calheta de Angra do Heroísmo possa ser elevada à categoria de Vila.

Muito obrigado.

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado Pedro Pinto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) Deputado Gustavo Alves *(PPM):* Obrigado Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos na parte da discussão de uma Petição de legítimos eleitores da freguesia de São Mateus da Calheta do Concelho de Angra do Heroísmo da ilha Terceira, com a ambição de elevar

essa freguesia a Vila.

Como disse o Sr. Deputado Pedro Pinto, bem como na apresentação da Petição, vários Deputados tiveram oportunidade de visitar esta freguesia. Uma freguesia com bastantes condições de crescimento, graças à sua posição geográfica, mas também às

suas pessoas que fazem valer crescimento desta freguesia. É uma freguesia que onde a população está a crescer. Uma freguesia com muita história, onde vive diferente população com diferentes estatutos e qualificações e um tecido empresarial diversificado.

Sendo assim, e tal como já foi explicado no texto da Petição e pela boa explanação feita – julgo – pelos Srs. Arnaldo Lima Ourique e José Liduíno Melo de Borba de como aquela freguesia merece ser elevada a Vila.

Portanto, possui e ultrapassa também as características e requisitos legais para obter elevação a Vila.

Resta-nos, então, parabenizar todos os peticionários pela esqueci-me depois de inicialmente de que tinha ISTO em mente

que posso aqui parabenizar todos os peticionários, através do Sr. Deputado Paulo Gomes – o 1º subscritor - que até está aqui bastante próximo de mim e quando assinou esta Petição, certamente o fez como grande cidadão de São Mateus da Calheta.

Muitos parabéns a todos, aqui ao pé do Paulo Gomes, sendo possível cumprimentá-lo fisicamente e que essa freguesia seja elevada a Vila, pois merece bem essa distinção.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda começa por saudar as e os 351 peticionários por nos fazerem chegar a sua reivindicação de elevação da freguesia de São Mateus da Calheta a Vila, através desta ferramenta democrática.

São Mateus, como já foi aqui referido, é uma freguesia que possui um conjunto de equipamentos, instituições nos domínios, cultural,

económico, social e patrimonial, com uma dinâmica quotidiana bastante acentuada. Esta localidade é reconhecida pelo seu dinamismo desportivo, cultural e recreativo, bem como pela atividade comercial e industrial, com uma atividade económica diversificada, destacando-se no setor primário a atividade piscatória enquadrada no seu porto pesqueiro, um grande foco do desenvolvimento da ilha Terceira. E mais de metade da população ativa trabalha nos setores secundário e terciário.

São Mateus, conforme os censos 2021, conta com 3789 habitantes, revelando-se a freguesia mais populosa do Concelho de Angra do Heroísmo. E, portanto, estão reunidas todas as condições para que São Mateus da

Calheta seja elevada a Vila, mais concretamente por terem uma população não inferior a 2 mil habitantes, 50% da população ativa afeta aos setores secundário e terciário, serem detentores de um notável passados histórico e artístico, possuírem um desenvolvimento comercial, industrial e cultural manifestamente superior ao das freguesias de vizinhas e disporem do indispensável saneamento básico.

Depois da iniciativa do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda em 2016, aqui nesta mesma Casa que fez aprovar por maioria a elevação da freguesia de Porto Judeu a Vila, é agora a altura de entrar uma proposta para elevar São Mateus.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, consideramos, então assim, apreciada esta Petição.

Avançamos para o ponto 15 da nossa agenda, para o Pedido de Urgência **da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 42/XII – "Aprova a alteração do Programa Regional da Água dos Açores".** É uma iniciativa apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas *(Alonso Miguel):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao Plano Regional da Água, embora não haja um enquadramento normativo que determine a alteração do Programa Regional da Água, trata-se de um documento estratégico e que define as linhas de orientação e os objetivos estruturantes a alcançar a nível regional em relação aos recursos

hídricos. E que está dotado de um processo com um horizonte temporal de 10 anos.

O que é facto é que o Plano Regional da Água atualmente em vigor, foi publicado em 2003 e, portanto, passaram já 19 anos e, por isso mesmo, encontra-se desatualizado, a face às obrigações legais e também aos objetivos estratégicos nacionais e europeus.

Acontece que a concretização do Programa Regional da Água fica fica a cargo do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores, cuja aprovação é, de facto muito urgente, tal como irei ter oportunidade de justificar no ponto seguinte. E, assim sendo, a aprovação e publicação destes dois normativos, em simultâneo, permitirá, de facto, definir uma macro estratégia regional em matéria de gestão de recursos hídricos, assegurando um fio condutor entre os respetivos ciclos de planeamento, uns mais curtos com outros - os PGRH são de 6 em 6 anos. E como já vimos, o PRA tem períodos mais longos de planeamento. E por isso mesmo,

propõe-se, naturalmente sem prescindir da discussão em Comissão, poder fazer essa análise em Comissão com caráter de urgência, juntamente com PGRH 2022/2027, por forma a que a Região atualize todo o quadro de referência estratégica e operacional em matéria de recursos hídricos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Está justificada a urgência.

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo.

(*) Deputado José Gabriel Eduardo *(PS):* Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aproveitando também a oportunidade e se me for permitido, uso da palavra, desde já, abordar este ponto e a questão da urgência solicitada. E

eventualmente, nesta minha intervenção, transmitir a mesma informação para o ponto seguinte. Senão irei inscrever-me novamente a seguir, se assim o Sr. Presidente não aceitar esta minha a minha solicitação.

Qualquer uma destas propostas vem no seguimento dum processo iniciado pelo XII Governo Regional, tendo sido acompanhado pela

Comissão Consultiva, criado pela Resolução 86/2018 e submetido a discussão pública, que decorreu entre 28 de junho e 30 de julho de 2021, conforme os avisos publicados.

Assim, tendo já decorrido o período de discussão pública e concluída a fase de elaboração e emitidos os respetivos pareceres, é da responsabilidade da entidade responsável, a sua elaboração.

Pelo que aqui chegados, temos hoje o Pedido de Urgência para tramitação em Comissão. No entanto, gostaria apenas de ressalvar que nos termos do artigo 46º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores, os planos setoriais são aprovados por decreto legislativo regional, ouvidos os órgãos representativos das ilhas, em cujo território tenham sua expressão diretas ou indireta.

Por outro lado, o regime jurídico do Conselho de Ilha aprovado, também nesta Casa, estabelece na sua alínea e) do nº. 2 do artigo 18º, sob a epígrafe "atribuições e competências", que compete ao Conselho de Ilha emitir parecer, a solicitação ou por sua iniciativa, sobre recursos hídricos.

Também no Regimento desta Casa, no artigo 130º, dispõe no mesmo sentido, ao prever que o Conselho de Ilha deve ser ouvido para emitir parecer quando se trata de matérias de interesse para a respetiva ilha, designadamente recursos hídricos.

Ora, face ao exposto, solicitei a palavra para apenas salvaguardar e salientar que, pese embora o Pedido de Urgência (provavelmente será aprovado), da apreciação das presentes propostas, deverá ser cumprida a legislação em

vigor de audição aos Concelhos de Ilha e ainda outras diligências que possam a vir a ser deliberadas em Comissão. Pelo que, em nome da Mesa da Comissão, e porque já estivemos a preparar o agendamento de tais audições, em caso de aprovação, gostaria de salvaguardar que a tramitação com urgência em Comissão dependerá da possibilidade de agendamento com o Membro do Governo com a tutela desta matéria, bem como de outras diligências que possam ser devidamente deliberadas. Por isso, e também devido à multiplicidade de agendamentos, nomeadamente por parte do Governo, com as visitas estatutárias que, sabemos, nesta altura serão eventualmente realizadas e tendo em conta que também o plenário de novembro é dedicado ao plano e orçamento, gostaria tão somente salvaguardar que a tramitação em Comissão terá, como sempre tem sido apanágio da nossa Comissão, irá desenvolver todos os esforços para dar a devida rapidez ao processo, mas temos de ter em conta todas as condicionantes que acabei de mencionar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos perante um instrumento de gestão territorial que carece, de facto, de revisão e carece de acomodar algumas alterações legislativas, quer ao nível nacional quer ao nível da União Europeia. E minha intervenção vai precisamente no sentido daquela que fez o Sr. Presidente da CAPADS, o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo. É que não me parece, embora perceba e entenda perfeitamente que está disponível para votar esta urgência, que a Comissão consiga produzir o relatório no prazo que regimentalmente estas urgências requerem.

Sabendo, porém, que este instrumento de gestão territorial foi já amplamente debatido com os parceiros. Aliás, esta revisão, penso eu - o Sr. Secretário corrigir-me á se eu estiver enganado - já começou com o anterior Governo. E este Governo pegou, e bem, no trabalho que já estava feito para trás. Mas independentemente disso, temos que cumprir de facto o quadro normativo que nos obriga a ouvir, neste caso os conselhos de ilha, para podermos deliberar sobre este assunto.

De qualquer das formas, tratando-se de um instrumento de gestão territorial fundamental para esta Região e sendo a água um tema muito candente e que preocupa muita gente, obviamente que estamos disponíveis para aprovar esta urgência.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos pôr à votação o Pedido de Urgência da Proposta de DLR nº. 42/XII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de permanecer como estão.

Secretário: O **Pedido de Urgência** colocado à votação, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Avançamos para o ponto 16 relativo ao **Pedido de Urgência da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 43/XII – "Aprova o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027".**

Tem a palavra Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas para justificação da urgência.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas *(Alonso Miguel):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No caso do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores, 2022/2027, o enquadramento jurídico dos recursos hídricos na Região, deriva da legislação nacional e, mais concretamente, da transposição para a ordem jurídica regional das emanações da Diretiva Comunitária "Quadro da água". Os estados-membros devem publicar os planos de gestão da região hidrográfica, sendo que, só a título de informação, são 10 planos de gestão hidrográfica (o dos Açores é o nono), e devem ser publicados de 6 em 6 anos, sendo que o último ciclo decorreu entre 2016 e 2021. Ora, este 3º ciclo deve decorrer de 2022 a 2027, razão pela qual importa que os estados-membros possam aprovar os respetivos planos de gestão até ao final do ano.

Neste momento, Portugal encontra-se a finalizar os seus 10 planos de gestão de região hidrográfica, sendo que no continente português todos eles foram colocados à discussão pública que deve terminar agora em outubro e ficarão em condições, estima-se que possam aprovar até final do ano os seus planos de gestão.

Era importante, de facto, que a Região pudesse aprovar também o seu plano de gestão de região hidrográfica para que Portugal, enquanto estado-membro, não fique dependente dos Açores para o envio à Comissão da totalidade dos planos, uma vez que a nossa Região até esteve sempre com este processo mais evoluído do que

os restantes planos de gestão a nível nacional. E, portanto, era importante que pudéssemos fazer esta aprovação e integrar o nosso plano de gestão da região hidrográfica, para que Portugal pudesse também cumprir com isto até final do ano.

Aproveito, também, este momento, Sr. Deputado Nuno Barata, para lhe dizer que efetivamente os dois diplomas foram alvo de bastante discussão pública. O PGRH esteve 6 meses em consulta pública - até novembro - e foi prorrogado o prazo, no âmbito da pandemia, por mais 1 mês.

Efetivamente, os trabalhos foram iniciados ainda pelo anterior Governo Regional. Houve uma avaliação intercalar em 2018, a partir da qual depois se determinou a revisão do plano.

Foram feitas ainda quatro sessões públicas de esclarecimento que agruparam as nove ilhas. Foram recebidos os contributos e, portanto, há aqui já um trabalho pré-feito abundante. A urgência seria porque na realidade em novembro temos o plano e orçamento, pelo que não é uma opção, então que pelo menos até ao final do

ano conseguíssemos aprovar estes dois documentos, mais urgente é o plano de gestão da região hidrográfica, do que o Programa Regional da Água. Mas a verdade é que faria todo o sentido e seria importante poder aprová-los ao mesmo tempo e, de alguma forma, sincronizar os ciclos deles, ou seja, um de 6 anos e o outro 10 anos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Tendo presente as mesmas considerações feitas pelo Sr. Presidente da CAPADS, que são atualizadas também em relação a este diploma, pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam um favor

se manterem como estão.

Secretário: o Pedido de Urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 17h30.

Eram 17 horas e 16 minutos.

Eram 17 horas e 34 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos entrar no ponto 17 da nossa Agenda, **Projeto de Resolução n. º 92/XII – Pela suspensão das alterações ao modelo de transporte marítimo de passageiros e de encaminhamentos para passageiros aéreos não residentes.**

É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado, José Ávila.

Deputado José Ávila *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A promoção da coesão regional nas vertentes económica, social e territorial constitui a principal política de investimento da União Europeia e deveria constituir a principal política de qualquer governo de uma região ultraperiférica, ainda mais quando se trata de uma região arquipelágica e com assimetrias provocadas pela dimensão geográfica e demográfica.

Já muito se fez ao longo dos anos de autonomia para prevenir o aumento das disparidades regionais com apoios europeus.

No entanto, temos assistido a um retrocesso em algumas áreas que cheiram a centralismo doméstico e parcialidade na interpretação dos instrumentos comunitários criados exatamente para isso, ou seja, combater os desequilíbrios entre países entre regiões e mesmo entre ilhas.

Considerando em concreto as alterações introduzidas pelo XIII Governo dos Açores, relativamente ao modelo vigente da operação sazonal de transporte marítimo entre todas as ilhas dos Açores, estas alterações foram impostas pelo Governo sem audição prévia das autarquias e Conselhos de Ilha e priorizam, claramente, os custos da operação, em detrimento do direito à mobilidade de todos os açorianos e açorianas.

Tal como configuram um triplo ataque à coesão regional, designadamente nas vertentes territorial, económica e social.

A radical mudança no modelo de transporte marítimo juntou o Governo dos Açores novamente sem audição prévia ou sequer atempada nota pública, outro enorme revés no que respeita ao fomento da coesão regional, o fim dos encaminhamentos para passageiros aéreos não residentes.

A política até há pouco seguida do denominado Aeroporto Único, beneficiava todas as ilhas, especialmente as que não têm gateway e colocava um passageiro em qualquer ilha dos Açores ao mesmo preço.

Diga, Sr. Deputado? Diga?

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É isso que temos para os residentes?

O Orador: É.

Este é, inequivocamente, um importante investimento na coesão das ilhas dos Açores, suportado pelos orçamentos da Região e da República.

Os números do turismo, em período pré pandemia, expressavam um crescimento relativamente equilibrado nas ilhas, mas com este caminho vamos assistir a ritmos muito diferentes que originarão desequilíbrios, que deixarão marcas nos proveitos da hotelaria, no investimento público e privado e, sobretudo, na vida das ilhas que precisam do turismo, como um novo pilar do desenvolvimento económico.

Por fim, a conjugação destas decisões perniciosas, para grande parte das ilhas, representa uma visão enviesada da coesão e colide mesmo com o programa do Governo. Por aí pode ler-se, somos ilhas os transportes aéreos e marítimos são os nossos caminhos, melhorar o sistema de transporte e as suas estruturas é o nosso desígnio. E mais adiante, refere-se que a eficiência do transporte aéreo e do transporte marítimo acelera a coesão social e territorial.

Assim, nos termos regimentais estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que esta Assembleia recomende ao Governo Regional dos Açores que suspenda as decisões, uniteralmente, já tomadas

relativamente ao modelo de transporte marítimo de passageiros e dos encaminhamentos para passageiros aéreos não residentes, repondo o modelo anteriormente vigente.

Que proceda à audição das autarquias e dos Conselhos de Ilha das ilhas atingidas com as alterações recentemente introduzidas, para efeitos de eventuais ajustes a introduzir no modelo que vinha a ser seguido.

Que garanta que o modelo a implementar assegura o fluxo turístico em todas as ilhas, sem custos adicionais para os passageiros que se registou nos anos pré pandemia.

Disse.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado, está apresentado o diploma.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** *(Berta Cabral):* Muito obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, eu estava a ouvi-lo, como nota prévia, e realmente pensei que nós não estávamos na mesma região, porque efetivamente falar de um desastre nos encaminhamentos e depois nas receitas hoteleiras, no

desenvolvimento das ilhas, no desenvolvimento do turismo. Eu pensei, bem, estamos a falar de outra região qualquer e não da nossa, porque, efetivamente, de janeiro a agosto, de 2022, os passageiros embarcados aumentaram 14,8% na nossa Região, as receitas da hotelaria aumentaram 9,4%

….

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Duarte Freitas):* Em relação a que a ano?

A Oradora: Em relação a 2019, sempre! Em relação a 2019, que é sempre o nosso ano de referência.

Deputado Pedro Neves *(PAN):* E a taxa turística?

A Oradora: 2019 é o nosso ano de referência. Os outros são de pandemia, como toda a gente sabe.

Portanto, de janeiro a agosto de 2022, relativamente a período homólogo 2019, os passageiros desembarcados inter-ilhas aumentaram 14,8%, as receitas de hotelaria aumentaram 9,4% no mesmo período e as receitas do turismo em espaço rural aumentaram 150%.

Portanto, nós certamente estaremos a falar de outra coisa, mas Sr. Deputado, vamos àquilo que, efetivamente, versa a vossa resolução e ela tem exatamente, porque os considerandos, como aqui já foi dito, não é isso que conta, e ainda bem, porque eles estão desatualizados, que é melhor nós não falarmos dos considerandos. O vosso projeto versa sobre o modelo de transporte marítimo de passageiros e os reencaminhamentos dos passageiros, mas gratuitos dos passageiros não residentes.

Portanto, vamos à primeira questão.

Eu queria começar por dizer que a Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, como é do vosso conhecimento, está a finalizar um processo de adjudicação e contratualização para um estudo sobre o

transporte marítimo de mercadorias na Região Autónoma dos Açores e vamos incluir, tendo em conta aquilo que nós percebemos do que se passou neste verão, em relação sobretudo a Santa Maria, e deve-se dizer a verdade, e eu disse isso já Sra. Presidente do Conselho de Ilha de Santa Maria, vamos incluir, porque esse também é um compromisso deste Governo, um estudo sobre o transporte marítimo de passageiros e, portanto, este é, desde já, e à partida um compromisso que é deste Governo …

Deputado Nuno Barata *(IL):* Um compromisso atrasado!

A Oradora: … desde 2020, o XIII Governo, que em 2020 assumiu este compromisso de fazer um estudo sobre transporte marítimo de passageiros e, portanto, vamos incluí-lo porque queremos e consideramos que é adequado ter um estudo integrado que apoie a definição de um modelo de transporte que inclua todos os take holders, todos os operadores, todos os transportadores, sejam eles mercadorias, de passageiros, sejam eles de carga convencional, de carga contentorizada, de carga rodada. Temos que ter um estudo integrado que nos permita definir um novo modelo de transporte marítimo, de mercadorias, em primeiro lugar, porque era essa, efetivamente, a prioridade e continua a ser, mas também de passageiros, tendo em conta essas situações pontuais que aqui falámos e que tem, fundamentalmente, a ver com Santa Maria.

Portanto, queria em relação à questão do modelo de transportes, deixar esta nota.

Em relação aos encaminhamentos, Srs. Deputados, a verdade é que os encaminhamentos são ilegais. Nós ainda, não era eu, mas o anterior Secretário, fez uma consulta escrita à Comissão Europeia à DG Move para saber, exatamente, se era possível ou não manter os encaminhamentos gratuitos para não residentes. A resposta está aqui, pode ser distribuída, não é possível manter, porque isso configura ajudas de Estado. Dentro do quadro

legal em vigor, não é possível manter encaminhamentos gratuitos para não residentes. Sendo assim, não vale a pena nós avançarmos com isto, até porque eu pergunto se depois deste verão de 2022, depois dos números que aqui já avancei em termos de passageiros desembarcados inter ilhas, depois de termos, e todos nós sabemos que as ilhas estão todas elas com imensos fluxos turísticos durante este Verão.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Todas não é verdade!

A Oradora: Não foi a falta de encaminhamentos, não foi a falta dos transportes marítimos, mas mesmo assim eu reconheço que, em termos de transporte de viaturas, sobretudo para Santa Maria, houve aqui uma dificuldade e, portanto, é aí que o estudo também vai incidir. É aí que nós vamos resolver. É aí que nós vamos conseguir ter uma solução dentro do estudo integrado que nós queremos para desenhar esse novo modelo.

Portanto, e em síntese, a Região Autónoma dos Açores, foi a região que mais cresceu no país e que mais rapidamente, em termos turísticos e que mais rapidamente recuperou da crise pandémica que afetou mundialmente e, no caso concreto, afetou o nosso país e afetou os Açores. Portanto, mais dormidas, mais hóspedes, mais passageiros desembarcados, mais receitas turísticas.

E este crescimento turístico é generalizado em todas as ilhas e que estão aqui deputados de todas as ilhas que sabem bem a situação em que se encontra cada uma das nossas ilhas, neste momento.

Não é possível encontrar alojamento, não é possível encontrar carros de aluguer. É difícil encontrar sítio, em termos de restauração. Há falta de mão-de-obra também no setor.

Nós estamos no ponto em que é necessário trabalhar para no próximo ano, então, dar uma resposta ainda acrescida à procura, oferecendo serviços de qualidade.

Nós não podemos correr o risco de os nossos turistas não terem um serviço adequado, em cada uma das nossas ilhas.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Não é uma questão de carga ou de capacidade de crescimento, cada uma das nossas ilhas têm uma grande capacidade de progressão de progressão e de crescimento. É uma questão de estarmos preparados para esse crescimento, porque efetivamente, em 2022, a recuperação foi muito rápida, o crescimento foi grande e todo o setor conseguiu adaptar-se, mas não respondeu, como nós gostaríamos que respondessem, com uma resposta à altura e de qualidade, mas tem condições para se apetrechar e para no próximo ano nós podermos ter serviços de excelência.

Este ano tivemos de qualidade, para o ano queremos ter serviços de excelência.

E, portanto, Srs. Deputados, termino como comecei, o nosso compromisso para envolver o transporte marítimo de passageiros no estudo que está a ser ultimado, em termos de adjudicação e contratualização, e o nosso compromisso também de continuarmos a trabalhar para termos uma oferta ajustada à procura.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins** *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do Partido Socialista, neste momento e acho que com toda a informação que o Partido Socialista já conhece e todos os açorianos, era um serviço a esta Assembleia terem-na retirado.

Mas, de qualquer das formas…

(Aparte inaudível do Senhor Deputado Manuel Ramos (PS)

O Orador: E porque é que eu digo isto, Sr. Deputado Manuel Ramos? Porque o primeiro ponto de resolutivo: "suspender as decisões unilateralmente já tomadas relativamente ao modelo de transporte marítimo de passageiros e dos encaminhamentos para passageiros aéreos não residentes, repondo o modelo anteriormente vigente."

Ora, Sra. Secretária, ainda agora acabou de dizer, a própria Comunidade Europeia diz que configurava ajudas ilegais, logo a implementação daquilo que o Partido Socialista quer que este Governo fizesse, configuraria uma ilegalidade,

Neste particular importa também dizer uma coisa, que é a resolução do Conselho de Ministros de 2015, que deu origem aos encaminhamentos gratuitos para residentes, que é esse o texto que foi aprovado no Conselho de Ministros, presidido pelo Sr. Primeiro-Ministro, António Costa, e que foi enviada à União Europeia, dizia para residentes. Aquilo que foi feito na Região, na contratualização com a SATA foi eclipsar a palavra residentes. O que fez com que a SATA não pudesse negar o reencaminhamento a ninguém.

Um passageiro é um passageiro, não importa a sua nacionalidade, é um passageiro residente, sim. Passageiro, não, é um passageiro qualquer. O que é que isso configurou? Configurou e na altura, nas audições desta mesma iniciativa, o Sr. Secretário, à altura, informou-nos que também que isso teve um custo de cerca de trinta milhões de euros, que nem o Governo da República pagou, nem o Governo Regional pagou. E fez o quê? Mais buraco para a SATA, é assim que se pretendia salvar a SATA, fazendo buraco.

Depois, continuando com esta questão dos encaminhamentos gratuitos e focando na parte do transporte aéreo. A parte do transporte aéreo, há uma pergunta que nós devemos fazer, que é: então nós queremos ser um destino exclusivo e temos ilhas que nós sabemos que têm uma exuberância ainda mais selvagem, mais natural, e o que é que nós pretendemos fazer? Nós pretendemos é que os turistas cheguem cá, quase de forma gratuita, e depois ainda os levamos de borla, a pagarmos nós, para as Flores ou para o Corvo, por exemplo.

Isso faz algum sentido?

(Aparte inaudível do Sr. Deputado José Ávila)

O Orador: Outra das coisas que o Sr. Deputado José Ávila esquece é que eu sou residente nos Açores e tenho a Tarifa Açores. Eu pago 60,00€ para ir para qualquer ilha. Ida e volta, eu e qualquer um dos senhores deputados aqui.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Contra a vontade do PS!

O Orador: Contra a vontade do PS, mas é uma realidade.

E esse é que é o facto, ou seja, o que o PS quer é que a exclusividade seja gratuita.

Nós vamos trazer, vamos captar turistas dos Estados Unidos para chegarem a Ponta Delgada e apanharem um avião gratuitamente para as Flores. Isto é

que é desenvolver o turismo dos Açores, que é os açorianos a pagar para os americanos irem gastar dinheiro às Flores.

Não faz sentido. Qualquer americano queira ir às Flores, haverá de pagar aquilo que é necessário para visitar um local exclusivo como é a nossa Região. Esse é o facto.

Depois, temos aqui outra questão. Esta deslocação gratuita de passageiros não residentes, o Partido Socialista, se achasse que isso era um benefício efetivo, o que deveria ter feito, uma vez que já sabíamos no orçamento de 2022, que era uma ilegalidade haver transporte gratuito, passageiros não residentes, o que poderia ter feito era uma proposta orçamental para se alocar uma verba do orçamento regional para pagar, porque a Região é que teria que pagar, uma vez que a República não iria pagar a deslocação e o encaminhamento de passageiros não residentes. E então o Partido Socialista devia ter feito uma proposta para ser a Região a pagar e isso estaria no orçamento e o Partido Socialista haveria de dizer do que é que haveríamos de abdicar para pagar o encaminhamento de passageiros não residentes. Isso era um serviço também que faziam e era claro e transparente. O Partido Socialista dizia a todos açorianos qual é que era a sua aposta? Vamos tirar daqui para dar encaminhamentos gratuitos aos passageiros não residentes.

E depois, há outro facto que é quem incontornável, que a Sra. Secretária também já falou, que é a SATA transportou mais passageiros a pagar, este ano, do que em 2019. Então qual é que é a necessidade dos encaminhamentos gratuitos? Se nós, com passageiros, a pagar, conseguimos meter mais passageiros a circular e mais turistas a circular na Região do que com encaminhamentos gratuitos em 2019. Que leva ao ponto 3 desta resolução, mais uma vez, algo absolutamente, extemporâneo que é garantir que o modelo a implementar, assegura um fluxo turístico em todas as ilhas sem custos adicionais para os passageiros, o que se registou nos anos pré

pandemia. Então, se nós agora os anos pré pandemia… quer dizer agora a pagar já temos mais, então o que é que o que é que querem mais? O que é que o Partido Socialista quer com esta resolução com este terceiro ponto resolutivo?

Não sei se algum de vocês me consegue explicar, se conseguirem agradeço.

Depois, há aqui mais um aspeto. Focando agora no transporte marítimo de passageiros, o transporte marítimo de passageiros, efetivamente, e a análise do transporte marítimo de passageiros não pode ser dissociada da tarifa Açores. E porque é que eu digo isto? Porque a Tarifa Açores, no primeiro mês de implementação, que foi junho de 2021, aliás, não no mês de junho, mas o mês de agosto, de operação em que estava em vigor a Tarifa Açores, a SATA transportou 10%, de toda a operação de 10 anos do transporte marítimo inter-ilhas de passageiros.

Um mês de operação aérea transportou 10%, de 10 anos de transporte marítimo a um custo de 1% do custo do transporte marítimo. Isso é um facto.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Agora, o que é que o que é que seria aqui interessante?

Por um lado, todo este projeto de resolução teria que cair por terra, porque nenhum dos pontos resolutivos teria aplicabilidade. O Partido Socialista se tem uma visão diferente para o transporte marítimo de passageiros, é aceitável e legítimo e eu mais facilmente compreenderia se houvesse um ponto que fosse exclusivo para o transporte marítimo de passageiros. Aí a Senhora Secretária também disse que já vai incluir no estudo, que já está em vigor, para o transporte de mercadorias.

Mas, de qualquer das formas, estamos a falar para o transporte marítimo de passageiros, efetivamente, numa questão muito centrada nas ligações de São Miguel - Santa Maria, que seria, porventura, o maior mercado para esses passageiros e isso não é de somenos importância, obviamente, é preciso olhar para o assunto eventualmente arranjar uma solução.

Mas também lá está, não podemos dissociar isto da Tarifa Açores e da quantidade de passageiros e o número de passageiros que foram transportados.

Depois também seria legítimo, e aí eu compreenderia que o Partido Socialista quisesse propor um modelo, por exemplo, porque uma coisa quando se fala nos encaminhamentos gratuitos também não seria honesto da minha parte dizer que são todos estrangeiros.

Não, temos muitos nacionais, temos pessoas que se deslocam em trabalho …

Deputado José Ávila *(PS):* E açorianos!

O Orador: … e açorianos que temporariamente têm residência fora da Região e que, sem dúvida, que precisam de se deslocar e a ausência de encaminhamentos gratuitos configura um custo acrescido. Isso é um facto.

Agora, seria mais honesto, que da mesma maneira que eu não seria honesto se não dissesse o que acabei de dizer, seria também mais honesto se o Partido Socialista quisesse propor um modelo como vigora, por exemplo, nas Canárias em que os residentes têm um custo por deslocação, os nacionais espanhóis têm um custo também fixo superior aos residentes e os não nacionais teriam outro custo e isso poderia ser um modelo. Não sei se estaria disponível para o aprovar, mas isso poderia ser uma opção.

Agora, a realidade é, única e simplesmente, esta: o projeto de resolução aqui apresentado, nenhum dos pontos tem qualquer aplicabilidade, por um lado, porque são extemporâneos, ou seja, a realidade, neste momento, já ultrapassou aquilo que eram as expectativas do Partido Socialista, ou seja,

aquilo que o Partido Socialista queria, por exemplo, com o ponto 3 que era retornar um fluxo de passageiros anterior aos períodos pré pandémicos foram, absolutamente, ultrapassados este ano. Por isso, aí, a reivindicação já foi ultrapassada pela realidade.

Depois, do ponto de vista legal, não era possível regressar a esse modelo de encaminhamentos, teria que se construir um novo modelo. Logo, a suspensão do modelo atual e a reversão para o modelo anterior seria uma ilegalidade e, basicamente, ficaríamos no vazio porque nem uma era aplicável e esta Casa dizia ao Governo que não podia aplicar aquilo que, neste momento, está em vigor.

Depois, relativamente, ao segundo ponto que era a audição das autarquias e dos Conselhos de Ilha, foi patente nas audições que foram feitas no seguimento deste projeto de resolução e os Conselhos de Ilha e os municípios, toda a gente se pronunciou, a grande maioria, não foi propriamente favorável…

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Desculpe?!

O Orador: … a uma inversão do modelo e a uma suspensão do modelo. E atenção, há um facto, também muito importante, que é a maioria dos pareceres que vieram também disseram que não tinham condições para avaliar a viabilidade económica do modelo. Porquê? Porque nenhuma informação foi prestada nesse sentido, nem tão pouco lhes foi informado que era ilegal fazer a reversão do processo, logo é normal que eu não sabendo uma parte super importante da informação, que é a questão da legalidade, é normal que muitos Conselhos de Ilha dissessem: "sim senhor, então porque é que não haveremos de querer mais passageiros?". Mas, se a esses Conselhos de Ilha também fosse facultada a informação do número de passageiros pagantes, neste momento, sem dúvida que eles não quereriam abdicar de parte da receita da Região e do orçamento da

Região, que eventualmente até lhes podia ser alocado para pagar deslocações de passageiros.

Por isso, neste momento e não me vou alongar mais, até porque já gastei quase todo o meu tempo, mas este projeto de resolução é absolutamente extemporâneo, configuraria uma ilegalidade a sua aprovação e não faz qualquer sentido, seria um retrocesso civilizacional.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa** *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, a Sra. Secretária e esse Governo têm toda a legitimidade para fazer os estudos que entender, para discordar do modelo que anteriormente era aplicado e isso é indiscutível. Não pomos isso em causa, tem toda a legitimidade para o fazer.

O que entendemos, e não somos só nós que entendemos, ao contrário daquilo que acabou de dizer o Sr. Deputado Rui Martins, os pareceres são todos, …

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* São todos, não! Desde logo, o da Horta!

O Orador: … no sentido que deviam, de facto, fazer um estudo, mas suspendendo esta decisão unilateral que tiveram.

Graciosa deu parecer favorável, a ilha Terceira pretende também dar parecer favorável, à exceção da Praia da Vitória, Flores, parecer favorável, Santa Maria favorável, São Miguel favorável, a Câmara de Comércio e Indústria

de Angra do Heroísmo favorável, ACIISMA favorável, de São Miguel e Santa Maria favorável, há aqui um outro parecer que é favorável, Santa Cruz das Flores favorável …

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* E o do Faial?

O Orador: …e temos desfavorável, Câmara Municipal da Praia da Vitória e Câmara de Câmara Municipal da Horta.

Quando diz que a maioria votou no sentido favorável, a honestidade, que nos exigia em termos intelectuais, fica um bocadinho à vista, como também fica à vista, a forma capciosa, digo eu, sem o querer ofender do argumento que utiliza, dizendo que agora é extemporâneo. Os senhores em fevereiro de 2022 estavam contra a urgência, que tentava exatamente prevenir e precaver esta situação que foi um desastre para as ilhas pequenas, como Santa Maria e isso é reconhecido. Eu admiro-me que existam deputados desta Casa que não percebam essa situação. Admiro-me e estou para ver o que é que pensará o Grupo Parlamentar do PSD,

designadamente a Senhora Deputada Elisa Sousa relativamente a isso, porque ela também é de Santa Maria, ouviu aquilo que eu ouvi que tenho ouvido e que certamente os senhores também têm ouvido.

E, portanto, Sra. Secretária tem todo o direito de fazer um estudo, não nos parece é que devesse ter suspendido, unilateralmente, os serviços que eram prestados anteriormente para elaborar os estudos e, portanto, eu parece-me que resta-me fazer, relativamente, a isso uma pergunta: Se nos encaminhamentos o seu problema é apenas de ilegalidade, porque se calhar até concorda que eles se efetuassem e se fossem legais, fá-los-ia? Pergunto isto por uma razão simples é que quer um Conselho de Ilha de Santa Maria, e também é fácil de perceber e qualquer pessoa compreenderia, que o preço de um bilhete de Lisboa ou de outro lado qualquer para uma gateway que não tem esse encaminhamento, o preço é muito superior àquele que era

praticado ou que poderia ser praticado, penalizando certamente essas ilhas mais pequenas, como é o caso de Santa Maria.

E, portanto, diz depois a Senhora Secretária, que é preciso adequar os serviços das ilhas de forma adequada nas nossas ilhas. Quer com isso dizer que Santa Maria, por exemplo, não tem serviços adequados, é isso que quer dizer quando diz isso? É porque se é isso que quer dizer, os marienses querem e vão concluir aquilo que há muito já sabemos, este Governo e a Sra. Secretária não gostam de Santa Maria, mas isto é uma coisa que já vem desde o tempo da placa giratória, passou para uma fixação da NAV II, já vem disso tudo e, portanto, não nos admira, absolutamente, nada e sabemos também bem porquê.

E, portanto, Sra. Secretária, era bom e era justo, para uma ilha como Santa Maria, que, relativamente ao transporte marítimo de passageiros e mercadorias, não fizesse ouvidos de mercador àquilo que são os pareceres dados pelo Conselho de ilha, que espelham todas as forças vivas da ilha e que consideram que isso é um retrocesso para o progresso da nossa ilha e não é só da nossa ilha, porque aquilo que os marienses dizem, eu replico para o resto das outras ilhas, o facto de não haver transporte marítimo de passageiros e mercadorias têm consequências em todas as ilhas, porque todas elas ficam impedidas do mercado importante que é o de Ponta Delgada, dois terços do mercado regional e, portanto, quer os outros das outras ilhas que agora circulam, entre elas, não podem ter acesso ao mercado de São Miguel e Santa Maria e os micaelenses e marienses também não têm acesso ao resto do mercado, do outro interesse da Região.

E, portanto, Senhora Secretária, eu apelava ao seu bom senso, à sua capacidade de entendimento e pedia-lhe que, eventualmente, não tivesse um espírito revanchista relativamente a uma ilha que é Santa Maria, que tem

muitas dificuldades, é pequena e não precisa de ser ostracizada da forma como está a ser neste momento.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não apoiado!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Duarte Freitas):* Isto é uma intervenção xenófoba, esse discurso! Isso não cabe na cabeça de ninguém! Dizer que o senhora, B ou C não gosta da ilha de Santa Maria!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A Sra. Secretária pediu a palavra para?

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** *(Berta Cabral):* Defesa de honra, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** *(Berta Cabral):* Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu não posso deixar passar em claro e eu teria certamente outra oportunidade quando voltasse a intervir para esclarecer esta questão, mas o Sr. Deputado tem que demonstrar porque é que eu tenho uma atitude revanchista contra Santa Maria, tem que demonstrar!

Eu não estava cá quando cancelaram a linha.

Eu não disse aqui nada que tivesse a ver com Santa Maria, pelo contrário, cresceu 17%, tem todas as condições para ser uma ilha de sucesso, em termos turísticos, disse eu isso a toda a gente com quem falo de Santa Maria.

Da nossa parte, nunca deixámos Santa Maria sem resposta.

Teve 31 voos extraordinários sempre que foi necessário.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

31 voos extraordinários! 31! Não foi um nem dois, 31 em julho e agosto, e agora eu peço que o senhor deputado se faz favor, ou pede desculpa ou demonstra que eu tenho uma atitude revanchista em relação a Santa Maria. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa** *(PS):* Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Senhora Secretária, é muito simples, refere que faz 13 voos extraordinários e relembro-lhe que um barco de passageiros daqueles levavam 600 passageiros e, portanto, 13 voos extraordinários, a maior parte deles operados com Dash-200, representam 37 passageiros, vezes 10 são 370. Em cada barco levava o dobro.

Se quiser, até lhe digo mais, anteriormente, voos de escala normais eram feitos três voos diários para Santa Maria, desses três voos diários para Santa Maria eram operados por Dash-400. O Dash-400 leva 80 e poucos passageiros. Os voos a mais que os senhores fizeram para Santa Maria, passaram a fazer quatro de escala no Verão, dois pelo meio de Dash-400.

Ou seja, os senhores ofereceram menos lugares …

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* 23%

O Orador: … que aqueles que existiam e que eram oferecidos quando o Partido Socialista era Governo.

É verdade, sim senhora, dois aviões Dash-200 levam 72 passageiros a menos.

E, portanto, Sra. Secretária, eu pedir-lhe-ia desculpa, se tivesse razão para pensar que a tinha ofendido.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Duarte Freitas):* Peça desculpa, pelo menos! Dizer que ela não gosta de Santa Maria!

O Orador: Não a ofendi porque entendo que isso espelha o comportamento que os senhores adotam relativamente a Santa Maria, espelha exatamente aquilo que eu acabei de dizer.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Duarte Freitas):* Raia o xenofobismo! Devia ter vergonha! É muito triste quando não se tem argumentos

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) Deputado António Vasco Viveiros *(PSD):* Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a questão está esclarecida, vamos avançar com o debate, tem a palavra o senhor Deputado António Vasco Viveiros.

(*) Deputado António Vasco Viveiros *(PSD):* A iniciativa que o Partido Socialista traz hoje a debate deu entrada na Assembleia a 9 de fevereiro e mantém-se exatamente como estava. Contava que até à hora do debate

aparecesse aqui alguma alteração, porque se passaram várias coisas ao longo desses nove meses.

Desde logo, a informação e a auditoria do Tribunal de Contas que demoliu um modelo anterior de transporte marítimo de passageiros e eu tenho que recordar aos senhores deputados que apresentaram a iniciativa o que disse o Tribunal de Contas numa auditoria divulgada no dia 07 de maio de 2022, diz o seguinte: entre 2017 e 2019, os déficits de exploração pelos navios fretados para Atlânticoline, afetos à designada linha amarela, exigiram um esforço financeiro de 23.4 milhões de euros. E para não alongar muito mais, diz o seguinte, a taxa de ocupação em 2019 ficou em 18.9%.

E, portanto, aquilo que disse o Tribunal de Contas devia alertar o Partido Socialista, e qualquer açoriano, no sentido de que este modelo foi demasiado penalizador do ponto de vista financeiro. Só em 2019, o fretamento de 2 navios, incluindo combustível e mais a tripulação de hotelaria do barco custou 9 milhões de euros. E, portanto, aquilo que deixou de se pagar em 2 navios fretados foram 9 milhões de euros, relativamente a 2022.

Mas, é bom que saiba o que é que foi o movimento de passageiros, está no Serviço Nacional de Estatística, em 2022, nos meses disponíveis de maio até junho (são os 3 meses, não temos agosto). Entre maio e junho, 3 meses dos 4 meses que operava a linha amarela, em 2019 a linha amarela transportou 189.000 passageiros e em 2022, as mesmas ilhas que eram abrangidas pela linha amarela, este ano, foram transportados 177.000 passageiros, ou seja, apenas menos 6,5%, portanto, …

(Aparte inaudível da Deputada Ana Luís (PS))

O Orador: Não é, não é a Sra. Deputada, não é? Sabe o que é que é? É que a frota própria da Atlânticoline, com mais esforço de utilização, conseguiu dar resposta a grande parte daquilo que era a oferta dos dois navios fretados, que custavam 9 milhões de euros. É uma questão de fazer contas!

Mas, retirando São Miguel e Santa Maria, que deixaram de estar abrangidos pela linha amarela, em 2022, o número de passageiros transportados nas ilhas, que não São Miguel e Santa Maria, comparando com 2019, é praticamente igual, menos 1,5%.

Mas, pensando só no transporte marítimo de passageiros, porque em cima disso temos o aumento do transporte aéreo de passageiros, que a Sra. Secretária já disse, portanto, no conjunto das operações, a oferta foi mais que superior, mas em larga medida.

Mas temos a questão de Santa Maria e aqui faço uma ressalva, e uma nota positiva da decisão do Governo de realizar o estudo do transporte marítimo de passageiros, porque nós, aqui nas discussões já ocorridas em maio, numa interpelação do Bloco de Esquerda, deixamos claramente a ideia de que devia ser estudado e que, se houvesse condições económicas no modelo racional, para que também Santa Maria tivesse acesso ao transporte marítimo, passageiros, que essa questão fosse equacionada.

Mas, olhando para Santa Maria, a Sra. Secretária já deu alguns números, eu dei-me ao trabalho de ver, em termos de transportes marítimos, em 2019, e a questão é só essa. Em 2022, comparativamente a 2019 no transporte aéreo de passageiros, ao contrário das contas por alto que fez o Sr. Deputado João Vasco Costa, consultando as estatísticas: em 2022, dos meses de maio a agosto, foram embarcados para Santa Maria mais 5305 passageiros e aquilo que foi transportado para a Atlânticoline, de maio a agosto, do mesmo período, em 2019, foram 7000 passageiros. Sabendo nós que muitos desses 7000 são passageiros do dia, que vão e regressam e portanto, no conjunto, ainda que ninguém fique satisfeito com aquilo que foi a conclusão, Senhor Deputado João Vasco, chegou de que 28 voos ou 38 × 37 passageiros… a verdade é essa, em 4 meses foram transportados para Santa Maria mais 5300 passageiros, do que em 2019, ou seja, a realidade dos números desmente

aquilo que era o apocalipse que foi anunciado pelo Partido Socialista em fevereiro. Porque, de facto, as estatísticas demonstram que a Atlânticoline, naquilo que é a sua frota própria, conseguiu compensar, quase a 100%, a mesma oferta de 2019.

E em Santa Maria, a questão que está em cima da mesa é essa, será realizado um estudo para encontrar soluções, que sendo racionais, sabe o que é que são desses 2 anos, Sr. Deputado, são 18 milhões de euros que a Região não gastou. Isso não vale para si? Isso não vale para o Partido Socialista? É claro que vale, o que houve foi incompetência na gestão de transporte marítimo de passageiros, penalizando orçamento da Região e os senhores, nem com a auditoria do Tribunal de Contas, que é demolidora daquilo que foi a política seguida, nem com isso! Passam por cima e seis meses depois da auditoria, apresentam a mesma resolução dizendo que era para repor exatamente o modelo que existia.

Isto é perfeitamente surreal! Como é que, depois de uma auditoria dessas, demolidora para aquilo que foi a política de transporte marítimo de passageiros, os senhores nem se dão o trabalho de alterar, pelo menos, o português, pondo aqui um modelo semelhante! Não! Repondo exatamente o modelo que existia.

Isto é perfeitamente inconcebível!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, antes de ir ao conteúdo do projeto de resolução do Partido Socialista, eu prendo alguns minutos à forma, não do projeto de resolução, mas à forma como estas decisões foram tomadas. Independentemente de maior concordância ou discordância com elas.

O Governo que se diz da transparência e do diálogo, é o Governo que toma duas decisões, que têm, naturalmente, consequências enormes na economia da Região e na forma e na organização dos transportes da Região, sem ouvir ninguém, sem sequer o comunicar, de forma transparente à população, e sem o diálogo que diz tanto valorizar.

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Mas tem impactos positivos!

O Orador: Ora, sobre a forma, nós não podemos discordar mais da forma como estas decisões foram tomadas. As opções políticas são legítimas, como é óbvio, mas a lealdade e a forma como se transmite à população tem muito valor e este Governo não agiu com lealdade para com a população dos Açores.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Mas não é legitimo que o Governo governe, ou é legitimo que o Governo governe?

O Orador: E isso é uma marca que fica com este Governo, independentemente, do conteúdo das decisões. Porque as decisões têm, efetivamente, impactos até na organização da economia da Região e dos transportes na Região.

Indo às decisões em questão e àquilo que se propõe neste projeto de resolução, ele tem duas partes e que eu quero abordar, em nome do Bloco de Esquerda, de forma também distinta.

Uma coisa é a avaliação do transporte marítimo de passageiros e a sua reposição com, mais ou menos, alterações, outra coisa é a questão dos encaminhamentos gratuitos para não residentes.

Relativamente ao transporte marítimo de passageiros, nós sempre tivemos uma concordância genérica com a existência da linha amarela, não deixando de criticar os problemas que ela tinha, até na sua operacionalização, na forma como existiram, durante vários anos, atrasos e problemas no fretamento de navios e na adequação dos próprios navios, mas consideramos que a existência do transporte marítimo que ligue todas as ilhas e, neste momento, temos ilhas que não têm qualquer ligação marítima, seja de passageiros, com carga. Essa decisão para nós foi extremamente negativa.

E não é apenas pelo número de passageiros que nós medimos a atenuação dos impactos da medida que este Governo tomou, é também pela carga e é também pela deslocação, por exemplo, de viaturas, que em deslocações entre São Miguel e Santa Maria era especialmente utilizado, fosse a carga, fosse o transporte de viaturas.

Aliás, os problemas que isso gerou são por demais evidentes. A falta de, por exemplo, de viaturas de aluguer, é uma evidência clara. Aliás, uma decisão tomada desta forma, sem preparação, levou…

(Aparte inaudível do Deputado João Bruto da Costa (PSD))

O Orador: Sim, mas em São Miguel também os problemas são outros.

Levou e leva, como é óbvio, ao fomento, até da economia paralela, o que não se deseja de forma alguma, e isso não poderia ter sido feito dessa forma e a preparação que teria que ter existido a qualquer alteração ao transporte marítimo não poderia ter sido feito em cima do joelho.

Há, obviamente, outras ilhas que tiveram penalização ao nível do transporte marítimo. A Graciosa, as Flores com menos passageiros e mudanças que

poderiam insistir nestas rotas e neste serviço, deviam ter sido feitas, efetivamente, e não era, como já disse, não era pegar no menino e atirá-lo fora com a água do banho. Não é assim que se faz.

Sobre esse ponto, sobre a questão do transporte marítimo de passageiros, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda está de acordo, genericamente, com o que se propõe, salientando que, obviamente, que a própria linha amarela tinha e a adequação das embarcações que eram utilizadas, tinha aspetos claros a melhorar. Mas, de facto, Santa Maria, e eu prendo-me aqui também, obviamente em Santa Maria, que é de facto a ilha mais penalizada a esse nível. E, Sra. Secretária, deixe-me que lhe diga, parece-me que no próximo ano, de modo algum, nós podemos estar nesta situação. Eu percebo e concordo que se estude e que não se decida, uma decisão que terá efeitos a longo prazo, sem estudar, mas ficar mais um ano nesta situação, não é justo, de modo algum, para a população da ilha de Santa Maria. E aquilo que digo é que o Governo se quer efetivamente estudar, que o faça e faz muito bem e sempre dissemos que era necessário esse estudo, agora para o ano, a ilha de Santa Maria não pode perder como perdeu este ano.

Relativamente aos encaminhamentos de gratuitos para não residentes. Nós aqui, sempre ao longo dos últimos anos, desde que esta medida foi implementada, nós sempre e ao longo do tempo, principalmente à medida que se foi percebendo os custos que tinha e até os impactos que tinha na disponibilidade de lugares, sempre questionamos a bondade desta medida e a sua adequação à nossa realidade, porque nunca nos pareceu, em primeiro lugar, muito adequado que se subsidiasse turistas, que é isso que se trata, e também nos pareceu que a SATA estava a ter prejuízos devido a esta medida, devido a estar a transportar passageiros, com uma compensação que existia, mas que certamente, que é claro que não cobria toda a despesa que a companhia aérea tinha com ela.

Para além disso, e como referiu até o Presidente do Conselho de Administração da SATA numa entrevista recente, o encaminhamento gratuito, a forma como estava, constituía um subsídio a outras empresas concorrentes da SATA, qualquer que elas eram, seja Ryanair, seja a TAP, porque transportavam o passageiro até Ponta Delgada ou até a ilha Terceira e depois a SATA pagava o resto e os açorianos pagavam o resto.

Ora, essa medida assim, não, de modo algum, nós não podemos concordar com a sua manutenção.

Mas compreendemos que as ilhas, principalmente aquelas sem *gateway* ou mesmo aquelas que têm *gateway*, mas têm obviamente um volume de voos muito mais reduzido, compreendemos que possam existir mecanismos que, tendo em conta as maiores dificuldades de acesso, que atenuem esse custo de chegar a essas ilhas, de certo modo.

Ora a existência de mecanismos comerciais que a SATA possa criar, ou o Governo Regional possa criar para atenuar esse custo, não nos choca e é algo que nos parece até adequado e que pode ser implementado. Um regresso ao mecanismo que existia, de encaminhamentos gratuitos, não podemos, de modo algum, concordar, mas uma nova solução que aprenda, efetivamente, com aquilo que foi no passado e aquilo que não deve voltar a subsistir, parece-nos que seria possível.

Não é isso que se propõe e, nesse sentido, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, concordando com uma parte do projeto de resolução, discordando de outra, tem uma posição de abstenção. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra agora o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves** *(PAN):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN vai votar contra esta iniciativa.

E vai votar contra esta iniciativa, por um lado, já tínhamos dado o nosso posicionamento relativamente aos transportes marítimos e sobre a decisão deste novo Governo, relativamente a esse tipo de estratégia e concordo, obviamente que tem que haver um estudo e sim, se o estudo disser algo diferente do posicionamento do meu Partido, não há problema nenhum em ter o compromisso e mudar totalmente a nossa decisão. É assim que deve ser feito na política e não usar, obviamente, egos com esse problema, mas nós achamos, à partida, que concordamos com essa decisão.

Sobre o encaminhamento gratuito dos não residentes, e a justificação dada é devida às ilhas mais periféricas, as ilhas que não têm a mesma disponibilidade em termos de transporte, como São Miguel, por exemplo, Terceira ou Faial. O que se compreende, mas depois basta olhar, sermos um pouco ou minimamente tecnocratas, olhar para os números e verificar que, se calhar, Corvo e as Flores, ou mesmo a Graciosa, tivemos até dificuldades de conseguirmos meter mais pessoas, à partida, do que aquilo que aconteceu este ano.

Por isso, esse argumento deixa de ter total relevância. Basta verificar, Flores, que seria um grave problema, devido a não termos o encaminhamento de não residentes e fomos a ver e Flores teve um crescimento brutal este ano. Por isso eu não compreendo esse tipo de argumento, ao mesmo tempo, à partida, que usamos, o turismo também para nos potenciar a ter, pelo menos, uma lufada de ar fresco para a nossa economia e estamos aqui borlas e dar borlas, eu não consigo compreender o tipo de posicionamento ou estratégia política de estarmos a dar borlas àquilo que seria a nova galinha dos ovos de ouro dos Açores. É para quê? Para estarmos novamente reféns à pecuária e não termos outro tipo de setor?! É porque, obviamente, o PAN não vai concordar com isso e não apoiamos esta iniciativa.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra para continuarmos o debate o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila** *(PS):* Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Eu estou satisfeito pela chegada do Sr. Deputado Paulo Estêvão, porque sei que ele é a favor da manutenção do processo dos encaminhamentos, pelo menos foi isso que disse em fevereiro passado e é mais um aliado para esta luta, porque já perdemos o PAN, portanto, temos que recuperar e recuperando o PPM, era uma boa causa.

O problema, Sra. Secretária, relativamente a este assunto, prende-se, sobretudo, com o facto destas decisões terem sido tomadas intempestivamente, sem falar com rigorosamente ninguém. Aliás, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, declarou, aqui em fevereiro deste ano, que tinha sabido desta notícia através dos órgãos de comunicação social. Veja lá, um membro da coligação só sabe deste cancelamento através dos órgãos de comunicação social! Isso demonstra bem a maneira como este assunto foi tratado. Foi tratado com os pés, Sra. Secretária!

Eu sei que a senhora não tem culpa, não estava cá, reconheço-lhe essa vantagem, relativamente a este assunto. Eu pedia-lhe era que, a Sra. Secretária, ofereceu-se para distribuir aquele documento, mas eu gostaria mesmo que distribuísse o documento da Comissão Europeia, relativamente, às chamadas ajudas ilegais. Já ouvimos falar tanto nesse documento, mas nunca nos chegou à mão.

Relativamente a esta questão do transporte marítimo e dos encaminhamentos, nós aqui neste documento só estamos a pedir a suspensão da decisão, pelo facto deste conjunto de partidos das minorias unidas nunca terem arranjado uma solução. Então o que é que temos que fazer? Suspenda-

se a decisão, mantenha-se o transporte marítimo com um navio ou com dois navios, mantenham-se os encaminhamentos e quando tiverem uma solução acabem com eles. Agora, desta maneira, deixando as ilhas à penúria…

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Joao Bruto da Costa (PSD))

Sr. Deputado João Costa, o senhor até devia entrar neste assunto porque é um assunto que lhe interessa …

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Interessa, interessa! Temos de vender a Sata por causa dessas brincadeiras!

O Orador: … sobretudo porque o senhor colocou no seu programa que queria transporte marítimo de passageiros, de viaturas e carga rodada durante todo o ano e é aquilo que está a ver, Sr. Deputado.

A Sra. Secretária avançou com a questão dos números e eu reconheço porque, como é sabido, de facto, há números que aumentaram, mas é preciso ver os números com atenção.

A Sra. Secretária disse, e disse muito bem, que os proveitos da hotelaria tradicional tinham crescido 9.44 no conjunto dos Açores.

Ora bem, mas se a senhora for ver, há ilhas que perderam. Quais são as ilhas que perderam? Santa Maria -5.24, Graciosa -24.6 e São Jorge −4.04. O que quer dizer que há aí ilhas que, de facto, não estão a crescer com a senhora pensa. A senhora sabe!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Diga lá os meses!

O Orador: Queria-lhe ser também se a senhora for ver o quadro e juntar os passageiros aéreos aos passageiros marítimos, vai ver que há quebras em quase todas as ilhas. Portanto, há aqui há que fazer a leitura dos números de uma forma séria, de maneira que a gente perceba que, de facto, a linha amarela e os encaminhamentos – e atenção, Sra. Secretária - os encaminhamentos não são só para turistas, são para açorianos que estão a

viver noutros lados, estão a viver no continente, estão a viver nos Estados Unidos e no Canadá, portanto, tem a ver também com essa gente que precisa de chegar cá e ter as mesmas oportunidades que os outros têm.

Não concordam, é pena, tenho pena.

Relativamente à questão dos voos extraordinários, a Secretária diz que, de facto, houve uma data de voos extraordinários. Ó Sra. Secretária, tinha que haver! Se não havia navio, se não havia linha amarela fazia algum sentido? Então ia ser o caos! Pelo amor de Deus!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* É isso mesmo! Compensou!

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* Não compensou, Sra. Secretária!

O Orador: Se juntando os passageiros aéreos com os passageiros marítimos, houve um decréscimo. Houve ou não houve?

Oiça houve um decréscimo ou a não se pode, então foram de avião.

E se formos ver às dormidas, que a Sra. Secretária também utilizou alguns números das dormidas, de janeiro a junho, …

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Julho! É bom que os açorianos saibam!

O Orador: Eu só tenho números até junho, lamento, não os ter, mas não estavam disponíveis, pelo menos para mim, se calhar estão para outros, mas para mim não estão, ou então saíram agora.

Sra. Secretária, eu vou fazer uma leitura correta? De janeiro a junho, Santa Maria -7%, São Miguel -8% Graciosa -45%, São Jorge -2,95%.

Sra. Secretária, a senhora está satisfeita? Eu não estou!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre o assunto do transporte marítimo de passageiros, a minha posição e a posição da Iniciativa Liberal é conhecida há muito tempo.

E sobre os encaminhamentos também é conhecida há muito tempo.

Uma Região pobre como a nossa, não tem que pagar, para quem não tem morada fiscal nessa Região, viajar seja para onde for.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Apoiado!

O Orador: E ainda há mais uma agravante que é a depreciação do produto. Porque muitas ações nossas ilhas mais pequenas são as melhores pérolas que nós temos para vender aos turistas.

Não temos o direito de depreciar esse produto, não temos o direito de vender esse produto abaixo do preço de custo, nem tão pouco, oferecer passagens para esse produto. Bem pelo contrário, o que temos que fazer é valorizar esse produto, crescer sustentadamente para não aniquilarmos esses produtos. Para não ter que ouvir muitas dessas ilhas, como ouvi empresários de São Jorge a dizer: "nós não temos capacidade de resposta para a gente que está aí." E eu ter assistido a isso na pele, não ter onde comer e ter ido a um supermercado fazer compras e ir para o quarto do hotel comer.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* E aqui no Faial!

O Orador: Portanto, não temos o direito!

Destinos como Santa Maria, o Pico, São Jorge, as Flores e a Graciosa são as nossas pérolas! Metam isso na cabeça, tem um valor incalculável, tem que crescer sustentadamente e sustentavelmente. De todos os pontos de vista, economicamente, ambientalmente, porque a produção nessas ilhas vai se sentir muito mais do que se sente nas ilhas grandes, muitíssimo mais do que

se sente nas ilhas grandes e, principalmente socialmente, porque eu não quero ver ter que importar gente daqui, dali e acolá para ir para essas ilhas prestar serviços e trabalhar.

Eu quero, é que sim, o turismo nessas ilhas promova bem-estar social a todos os que lá vivem, que lá trabalham. E que tirem desse trabalho rendimento suficiente para viverem melhor, do que aqueles que vivem nos border crossings de Ponta Delgada, quase à esmola. Isto é que não pode continuar a acontecer.

Mas há aqui, neste debate, uma situação que eu gostava que os senhores jornalistas prestassem atenção, que é o facto de o Bloco de Esquerda já ter manifestado o seu sentido de voto e vai ser abster, o PAN vai votar contra.

Mas, se por acaso - vamos fazer um exercício, um exercício matemático - se por acaso, a tal maioria que tem duas minorias, mas que não são unidas, as minorias unidas são só deste lado, como se as minorias não estivessem aqui com a mesma legitimidade da maioria daquele lado, mas vamos imaginar que o PAN e o Bloco de Esquerda se associavam ao Partido Socialista e votavam a favor desta iniciativa. O que é que acontecia deste lado? Vejam os senhores do Partido Social Democrata, do CDS e do PPM que sustentam este Governo, a irresponsabilidade destes dois senhores, que não estão nessa sala e que há dias e há horas estavam preocupados - isto sim, é notícia - que estavam preocupados com os custos da democracia!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Vejam só a irresponsabilidade destas duas criaturas que ainda há dois anos estavam a dizer que iam pôr moral na política açoriana!

Isto é, que a notícia, Sr. Presidente, isto é que é notícia, neste momento, não é o viral das redes sociais de um gesto que o terei feito para o Sr. Deputado Berto Messias!

O que é grave nesta democracia é estar em risco o funcionamento da própria democracia, porque há pessoas que não estão aqui para desempenhar a sua função.

O risco da democracia não está no seu custo, o risco da democracia está quando se declina as funções para as quais fomos eleitos e que nos obrigavam a estar aqui, fosse o que fosse, porque a minha família também precisava de mim hoje e a família de todos os outros deputados que estão aqui também preferiam estar connosco hoje e todos nós também preferiam estar com as nossas famílias hoje e o último avião era às 18:30 da tarde.

Essa é que é a questão, que nós todos aqui hoje e os seus jornalistas deviam estar preocupados em aferir e não aquilo que se passou, por acaso, num desabafo do Sr. Deputado.

(Aplausos do Deputado Pedro Neves)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para uma interpelação

(*) **Deputado Berto Messias** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu percebo perfeitamente que os debates que temos aqui são, muitas vezes, feitos de forma apaixonada e com grande convicção, como reconheço que foi feita agora a intervenção do Sr. Deputado Nuno Barata, mas há questões que não podem passar incólumes. Eu fiquei agora a saber que o gesto que andou a correr pelas redes sociais feito pelo Sr. Deputado Nuno Barata era afinal para mim.

E, Sr. Presidente, quero dizer-lhe que o reputo, essa questão de extrema gravidade e de grande relevância.

Deputado José San Bento *(PS):* Muito bem!

O Orador: Porque não é minimamente admissível que se faça o gesto obsceno que o Sr. Deputado Nuno Barata aqui fez.

Deputado Nuno Barata *(IL):* Olha o ofendido!

O Orador: É que não está em causa o destinatário, aquilo que está em causa, em primeira instância, é o gesto que foi aqui feito.

E mais grave é ainda, Sr. Presidente, a leviandade de quem, não estando contente com o gesto que fez, que tenha referido isso agora, no âmbito da sua intervenção e pelos vistos, visando-me a mim enquanto Deputado deste Parlamento.

E, portanto, Sr. Presidente, faço esta interpelação para lamentar profundamente esta referência do Sr. Deputado Nuno Barata e para lamentar ainda mais que V. Exa., enquanto Presidente deste Parlamento, e certamente, depois de ver o vídeo a circular, não tenha tomado qualquer diligência e não tenha sequer, agora, depois de reconhecimento desse gesto pela parte do Sr. Deputado Nuno Barata, não tenha proferido qualquer tipo de repreensão.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado Berto Messias.

O Presidente desta Mesa, todos os dias, trabalha para prestigiar este Parlamento e acabou de ser informado de qual era este gesto, pelo Sr. Secretário da Mesa porque parece que correu nas redes sociais e eu, às vezes, vou às redes sociais, mas não vi esse gesto.

Se este gesto aconteceu, não devia ter acontecido aqui, lamento que tenha acontecido e se eu tivesse presenciado e sabido teria feito alguma coisa.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Nuno Barata pede a palavra para? Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata** *(IL):* Sr. Presidente, apenas para informar a Mesa e agradecer as suas palavras, que o gesto foi inadvertido e, por isso mesmo, é que também não tive pejo nenhum de falar dele aqui. Porque se eu tivesse pejo em falar dele e não tivesse incomodado pelo facto de ter tomado o gesto, eu, obviamente tinha fingido que ele não tinha acontecido.

E, portanto, Sr. Presidente, aceite o meu pedido de desculpas, o Sr. Deputado Messias também, mas também é um facto que o Sr. Deputado Messias abusa dos apartes aqui atrás da minha cabeça.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Muito bem!

Presidente: Muito bem.

Felizmente, a situação está resolvida e é isso que interessa e vamos avançar no nosso debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Berto Messias *(PS):* Não sei se está resolvida!

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deixe-me fazer uma pequena referência, eu acho que não vale a pena cair neste tipo de situações, já se sabe como é que são as redes sociais e há, não é a maior parte, nem sequer é a grande maioria, mas há sempre algumas pessoas que tentam desprestigiar os trabalhos dos deputados. Eu já vi aqui deputados, por amor de Deus, todos sabem que é verdade, num momento em que fechou os

olhos, mas se todos nós fechamos ao longo dos 30 segundos, fechamos os olhos várias vezes. Alguém aproveitou, tirou uma objetiva, o deputado estava a dormir.

Há este tipo de aproveitamentos! É evidente que essas coisas são incontroláveis e é evidente que alguém aproveitou o momento em que a mão

ficou numa determinada posição e aproveita-se disso para fazer um caso disso. Por amor de Deus, há gestos que podem ter diferentes significados. Eu já vi aqui, gente, fazer isto, por exemplo, portanto, este é um gesto que em determinadas…

Não vou repetir o gesto… já ficou filmado!

Em que, em determinados contextos, isto é bastante ofensivo, não é? E o que a pessoa queria dizer era que era zero de propostas, mas pode ter outra interpretação.

O Parlamento não pode regressar ao século XVII, não pode. O Parlamento não pode dar, evidentemente, importância a este tipo de situações que não a têm, porque a partir de agora o melhor é vir aqui, com um cuidado tremendo em relação…

Deputada Ana Luís *(PS):* E a iniciativa, Sr. Deputado, o que é que o senhor tem a dizer sobre ela?

O Orador: Sra. Deputada Ana Luís, V. Exa., espero que esteja mais calma agora, do que há pouco, eu já lhe vou responder à sua curiosidade.

Portanto, eu achei que era importante fazer, até com experiência que tenho desta Casa, já vi tanta coisa, não vale a pena …

Deputado Francisco Coelho *(PS):* E já fez tanta coisa!

O Orador: Ó Sr. Deputado, também já circularam fotografias suas com os olhos fechados e eu nunca… ouça! E foi nas redes e eu posso testemunhar aqui que V. Exa. tem sempre uma participação ativa e, obviamente, faz sempre e está atento.

Portanto, não vale a pena, aproveitarmos e cavalgarmos este tipo de situações, vamos ao que interessa, vamos discutir aquilo que vale a pena.

A pergunta que eu tenho para lhe fazer, Sr. Deputado José Ávila, é a seguinte: primeiro um esclarecimento em relação àquilo que eu disse de que não tinha

sido informado. Não fui, efetivamente, informado sobre essa situação. Eu disse, é verdade, mantenho.

Segundo ponto, em relação à minha reação em relação a esse tipo de situação, é do conhecimento público, é ou não é?

É do conhecimento público, eu manifestei uma discordância, pública, em relação a essa matéria.

Foi ou não foi?

Então, estamos conversados em relação a essa matéria.

Agora, a questão é esta: daí para cá o que aconteceu é que há um contexto, há novas informações e eu vou-lhe colocar algumas perguntas porque, obviamente, eu continuo a achar, ao contrário de outros colegas que aqui manifestaram a sua opinião, que a estratégia do Aeroporto Único, com a distribuição equitativa por todas as ilhas, é o mais justo.

É isto que eu acho, achava e continua a achar.

Agora, a pergunta que eu lhe faço é: perante a informação que lhe foi transmitida, por parte do Governo, e que é do conhecimento público, o que eu lhe pergunto é, perante esta informação de que é ilegal, que eu não tinha essa informação, o que eu lhe pergunto é: mantém, o Partido Socialista, o propósito de aprovar uma recomendação que recomenda ao Governo que faça algo que é ilegal? Primeira questão.

Tenho direito de fazer estas questões, V. Exa. é o proponente e eu estou a colocar-lhe as questões.

A segunda questão que lhe coloco é, se não considera também que o ponto número 3, em relação a garantir que o modelo a implementar assegurou fluxo turístico em todas as ilhas sem custos adicionais para os passageiros, registou nos anos da pré-pandemia, o que pergunto é, estes valores foram absolutamente superados? Está fora de contexto, mas isto aqui eu ainda concedo. A questão, até porque obviamente, se eu achei que aquele

procedimento, não foi o procedimento correto, possa ter sido informado previamente sobre esta matéria e, fundamentalmente, a própria medida em si, também considero que, ao contrário do que alguns partidos defendiam, o Corvo teve, por exemplo, nove ligações aéreas semanais, este verão, 9 ligações semanais. Sabe quantas tinha? Tinha 5! Passou a ter 9! E tinha em cinco dias da semana e, pela primeira vez na história, passou a ter todos os dias e o acréscimo que se verificou em todas as ilhas, um acréscimo bastante significativo. Portanto, há uma evolução aqui do contexto.

Mas a questão essencial nuclear que quero que V. Exa. me responda é: considerando a União Europeia que se trata de um ato ilegal, acha que o Parlamento deve colocar esta questão e deve pedir ao Governo para cometer um ato ilegal?

A pergunta que lhe faço é esta.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para uma interpelação à Mesa, Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, é mais forte do que eu, não só tendo em conta as funções que desempenho agora e as funções que já desempenhei neste Parlamento e no Governo, isso impele-me a fazer nova interpelação para que fique tudo muito claro.

Tendo em conta, não só as várias interpelações que tivemos antes, como também as intervenções que se seguiram às interpelações e que relevaram aquilo que aconteceu.

E eu gostaria de perceber, de forma muito clara, aquela que é a sua posição enquanto Presidente do Parlamento, que depreendi em parte das suas palavras. Mas é importante que fique tudo claro.

O Sr. Presidente, entende, portanto, que tendo em conta o episódio que aqui aconteceu e que pelos vistos era dirigido a mim, coisa que
eu desconhecia, V. Exa. entende que o assunto está resolvido, é isso?

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, o Presidente do Parlamento já lamentou o acontecimento, o Sr. Deputado Nuno Barata já lhe pediu desculpas. Pediu desculpas publicamente, eu percebi isso. E, portanto, a situação é lamentável, o Sr. Deputado retratou-se, pediu desculpa, eu lamento a situação. Posso, como já fiz com n deputados nesta Casa, sem ser neste hemiciclo, falar sobre atitudes e atos que aconteceram aqui, é a minha obrigação pedagógica e, portanto, o que é que o senhor quer que faça mais?

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra para participar no debate.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** *(PSD):* Obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este debate já vem a decorrer há bastante tempo.

Discute-se nas nossas ilhas, em especial em Santa Maria, mas também na Graciosa, nas Flores esta questão de ter deixado de existir a operação sazonal da linha amarela.

E atirou-se, muitas vezes, como verdades absolutas, factos que são absolutamente desmentíveis e completamente falsos. Por exemplo, o Partido Socialista foi à Graciosa - e o Bloco de Esquerda também, por acaso - dizer uma mentira e repetiu-a várias vezes; foi dizer que a SATA ia oferecer, apesar de mais voos, menos lugares neste verão aos graciosenses, do que anteriormente. O que é falso, é uma mentira.

A SATA, este ano, com mais voos oferece mais 5% de lugares do que oferecia no ano anterior e do que 2019.

E nós, no avançar de destes últimos meses em que o PS vai tentando lançar estas mentiras e tentando que as pessoas sintam ou pensem que há alguma verdade nestas afirmações do PS, fomos reparando que as coisas eram

exatamente ao contrário, havia mais movimento, havia mais pessoas, havia mais passageiros desembarcados. Havia isto que saiu hoje nas notícias na RTP, Super Record - o título não é meu, é do jornalista que faz a notícia - agosto de 2022 foi o mês mais movimentado de sempre.

Não é em relação a 2020, 2021, 2019, é sempre. O maior movimento de sempre!

Em relação a 2019, desembarcaram em 2019, na Graciosa, 3225 passageiros, no mês de agosto.

Deputado Manuel Ramos *(PS):* Veja o mês de junho!

O Orador: Ó Sr. Deputado, ouça, o mês de agosto e o senhor põe lá junho, julho e maio, mete lá tudo e cabe tudo aqui.

3225 em 2019, desembarcados este ano 4706, ou seja, mais ou menos três navios daqueles de 500 passageiros cheirinhos. O Sr. Deputado José Ávila há de me dizer qual foi o ano que teve mais do que uma viagem que aquele navio cheio na Graciosa. O senhor tinha uma viagem por ano, um navio cheio, uma viagem por ano que era para as festas.

E, portanto, o que se provou e o que é ridículo nesta questão são 2 coisas que o meu colega António Vasco Viveiros já salientou, são 2 coisas: primeiro, o Partido Socialista não consegue demonstrar que, no caso do movimento que foi feito e o esforço que foi feito, em termos de aumento de oferta de lugares e de voos e de voos extraordinários para estas ilhas que deixaram de ter tanta oferta da operação sazonal de passageiros via marítima, perante estes factos, quer, na mesma, que isto seja assim e ignora aquilo, como disse o Deputado António Vasco, faz tábua rasa de um documento do Tribunal de Contas que é arrasador.

O que o Tribunal de Contas não dizendo, diz, é mais ou menos isto: os senhores preparavam se para fazer com a Atlânticoline o que já tinham feito

com a SATA, que era rebentar com a empresa, rebentar com as contas possíveis, rebentar com toda a operação.

Uma operação que teve 14% de taxa de ocupação, um fracasso! Era bom para nós, que não tínhamos nada, ter um navio que passava uma vez por semana ou duas vezes por semana, que não tínhamos nada, mas na verdade, aquela operação, da forma como os senhores já tinham desenhado, financeiramente, era um buraco para a Região e nós o que queremos é reconstruir esta Região.

Por isso, o estudo que a Sra. Dra. Berta Cabral, Sra. Secretária, anunciou, que vai ser incluído também o transporte de passageiros, é essencial para nós não fazermos com as nossas empresas públicas aquilo que os senhores fizeram, que era estourar com elas, rebentar com elas. E os senhores na Atlânticoline iam fazer isso, querem manter uma operação, apesar de saberem que ela é um fracasso económico e que não resolve o problema das ilhas e com os encaminhamentos querem fazer aquilo que já estavam a fazer na SATA e que levou a procedimentos de averiguações da União Europeia, que era ajudas de Estado que são ilegais.

Deputado Carlos Silva *(PS):* São ilegais aonde?

O Orador: São ilegais, olhe leia aí, …está bem, está em inglês! Pronto, o senhor, há de ter a oportunidade de ler com mais atenção.

São consideradas ajudas de Estado. Sabe o que é que sabe porque é que temos um plano de reestruturação e temos que vender uma companhia açoriana que é Azores Airlines? sabe que temos um programa de reestruturação? Porque os senhores andaram a dar ajudas de Estado e depois a companhia teve que devolver os 70 milhões de euros e está falida à vossa conta e, por isso, para nós cumprirmos esta resolução é dizer, vamos voltar a criar problemas à SATA, vamos fazer procedimentos por irregularidades à SATA, perante a Comissão Europeia porque nos apetece porque queremos voltar tudo atrás,

porque temos que partir da estaca zero. A ironia da deste debate e desta semana plenária, deixem-me também dizer-lhes, já falei em ironia, ontem, deixem-me dizer-vos qual é a ironia.

É que nós, quando estávamos na oposição, reclamávamos, porque não era feito. Estes senhores na oposição reclamam porque nós estamos a fazer.

É uma ironia tremenda!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila** *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, Sr. Deputado Paulo Estêvão, que eu saiba, este mail que acabou de chegar, que é datado do dia 5 de abril, não é decisão nenhuma, é uma informação. Agora, não sei o que é que isto quer dizer.

(Apartes inaudíveis)

O Sr. Deputado, eu prometo que hei-de analisar este documento, não sei o que é que ele diz, sinceramente, não tive tempo para isso, só o vi agora.

Relativamente ao Sr. Deputado João Bruto da Costa, só lhe queria dizer uma coisa, todos os anos, invariavelmente, temos batido recordes, Sr. Deputado. 2019 foi o melhor ano de sempre!

Sr. Deputado não foi, não foi! Agora, eu fico admirado, o Sr. Deputado gosta muito de estratégia política, etc., gosta muito de cavalgar este tipo de coisas, mas o Sr. Deputado anda a mudar de opinião muito rapidamente. O senhor até há bem pouco tempo, dizia, “temos que promover viagens regulares de navio, de passageiros e carga e viaturas durante todo o ano.”

E o que eu fico admirado, Sr. Deputado – vamos ver e ainda temos que analisar os números de Agosto para ver os proveitos, vamos ver o os de Setembro – eu fico admirado é que o senhor fique satisfeito, que, como o senhor sabe, deve saber tão bem como eu, o senhor esteve de férias este ano, se calhar fora da Graciosa, talvez não se tenha percebido isso, mas o mês de Agosto é um mês que tradicionalmente está sempre vendido. O mês de julho, tradicionalmente está sempre vendido.

Agora, Sr. Deputado, eu fico admirado é do senhor não se preocupar que tenhamos uma quebra nas dormidas de janeiro a junho de 45%.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Onde é que está isso?

O Orador: O senhor, está satisfeito? Ó Sr. Deputado, eu não estou satisfeito. Se o senhor fica, o problema é seu!

Muito obrigado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Ávila, fiz-lhe uma pergunta. A questão aqui é que nós temos a informação da União Europeia, foi distribuído aos Srs. Deputados, em que é reiterada uma informação sobre esta matéria, de acordo que é ilegal. O que eu lhe pergunto é: qual é a sua interpretação sobre essa matéria?

Se for preciso, pede-se aqui um intervalo, porque o meu sentido de voto depende de si, Sr. Deputado.

Eu fiz-lhe uma pergunta e aguardo uma resposta por parte de V. Exa.

(Apartes inaudíveis do Deputado José Ávila (PS))

O Orador: Eu só não posso intervalo para não ser linchado aqui no Parlamento, porque eu já sei que não pode.

Deputado Manuel Ramos *(PS):* O senhor vendeu-se pelo THOR e pelos novos voos!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves *(PAN):* Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por acaso estava aqui com os meus colegas parlamentares desta bancada, neste caso o Deputado do IL e Deputado do Bloco de Esquerda e quando começaram a dizer sobre o argumento, que isto era ilegal, vimos logo que isto ia dar raia, obviamente que ia dar raia.

Porquê? Porque esse não é o argumento do PAN. Para o PAN não interessa se é legal ou se não é legal, nesse aspeto. Porque nós não temos qualquer informação a dizer que é ilegal, o que não é ilegal.

Deputado José Ávila *(PS):* Não foi isso que foi dito!

O Orador: O argumento é outro. O argumento é um argumento decisório político sobre qual é a decisão de cada bancada. Não interessa se é legal ou não é legal.

Pelo menos o PAN nunca usou o argumento de ser ilegal. Não usou! O PAN apenas, disse: “não vamos nunca dar borlas no turismo”, foi isso.

Falamos então dos nossos emigrantes. Ok, foi dito também pelo Senhor Deputado da Iniciativa Liberal, não tem morada fiscal nos Açores. São posicionamentos! Não podemos usar, é um argumento se é legal ou não é legal, por isso estamos a desvirtuar completamente os argumentos dentro desta iniciativa e não saímos da cepa torta.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para intervir, não, obviamente, para mudar a opinião de ninguém, porque já percebi, pelos argumentos que foram aqui aduzidos, que estão todos convencidos e estão no seu direito de assim pensar.

De qualquer das formas, nem que seja para reflexão, eu gostava de colocar uma questão, eu acho que há a confirmação, no fundo, que essa discussão e este debate demonstra que a opção do Governo Regional é a de apostar no transporte aéreo.

Isso é um erro!

E gostava de deixá-lo registado porque me parece que, se é certo, que para o transporte de passageiros assim é, para o transporte de mercadorias, a Região está a ir no sentido, exatamente, contrário àquelas que são as recomendações e a prática de toda a União Europeia.

Em segundo lugar, eu gostaria de agradecer o facto do Governo ter disponibilizado a troca de correspondência entre a Comissão ou uma responsável da Comissão Europeia e o Governo Regional.

Li essa resposta e devo confessar que fiquei com mais dúvidas, do que aquelas que tinha antes, em relação àquilo que são os encaminhamentos, a posição do Governo e da maioria que o suporta, é clara, seja pela questão

técnica de uma, alegada, ilegalidade, seja por opção política de entender que assim não é. Mas a resposta da Comissão Europeia diz um bocadinho mais do que aquilo que, julgo eu, o Governo esperava e passo a citar, traduzindo, se me permitirem.

A Comissão Europeia diz uma conversa que é assim, no sentido de compensar os residentes dessas regiões, referindo-se às regiões ultraperiféricas, pela sua desvantagem contínua que eles enfrentam, quanto aos custos de transporte, o Estado Membro pode apoiar os custos com as viagens através de subsídios.

Continuo a citar.

Os Estados Membros podem, ou, estabelecer sistemas de apoio social, ao abrigo dos quais, os residentes nas regiões ultraperiféricas ou ilhas têm uma redução nas suas tarifas, ou, os Estados Membros podem introduzir tarifas especiais para residentes, ao abrigo de obrigações de serviço, caso as rotas sejam consideradas ao abrigo de obrigações de serviço público.

Consideramos que Portugal, continuo a citar, utilizou as duas possibilidades.

E agora vem a parte que levanta mais dúvidas.

Para os voos dentro dos Açores inter-ilhas, as tarifas especiais estão incluídas nas obrigações de serviço público.

Mas, então o que isso diz é que a tarifa Açores não é possível, …

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Duarte Freitas):* Eh! Finalmente! Conseguiu! Acha que vai destruir a tarifa Açores?!

Olha a felicidade do Sr. Deputado Vasco Cordeiro!

O Orador: Porque não está ao abrigo das obrigações de serviço Público?

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Não tomaram os comprimidos hoje?!

O Orador: Sr. Presidente, eu gostava de concluir.

Presidente: Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados permitam que…

O Orador: Sr. Secretário Regional das Finanças, eu não quero destruir nada, mas o que me preocupa é que os senhores têm na vossa mão algo que diz que, dentro dos voos inter-ilhas, as tarifas especiais são aquelas que estão dentro das obrigações de serviço público e para Partido e este Grupo Parlamentar não fará aquilo que em tempos foi feito a um governo do PS.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Duarte Freitas):* Está fazendo!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Este Partido e este Grupo Parlamentar não apresentará queixas a Bruxelas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…

O Orador: Não há ninguém neste Grupo Parlamentar que se chame Fagundes!

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem! "Bom dia, Fagundes".

O Orador: Eu gostava de ter uma explicação quanto ao entendimento do Governo Regional sobre isto.

Presidente: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tem que terminar.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Sobre isto, que está dito na comunicação da Comissão Europeia a este Governo Regional e que os senhores tiveram a amabilidade e a gentileza de partilhar connosco.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins** *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o erro capital, naquilo que afirma, está logo resolvido na primeira parte que leu. Que diz, em forma de compensar os residentes das regiões remotas, ou seja, pela desvantagem que enfrentam, o Estado Membro pode suportar os seus custos de viagem através de subsídios. Primeira frase.

Segunda frase, os Estados Membros podem fazer um esquema de ajuda social, sobre o qual os residentes das regiões mais remotas recebem uma redução das taxas. O membro, o Estado Membro pode introduzir …

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Ou...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Mas só ajuda!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Só ajuda, mas omite!

O Orador: … ou então sim, ok. Sim, mas aqui é que está…

Mas só ajuda? Ou seja, o Governo pode…

Ou o Estado Membro pode introduzir então uma tarifa especial sobre condições de obrigações de serviço público.

Pode ser uma ou outra. Onde é que está a ilegalidade?

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Ou um sistema de apoio! Então, e a tarifa Açores não é um sistema de apoio que vem no orçamento regional?

Não é em cima de obrigações de serviço público.

Não, a tarifa Açores é para todas as ilhas.

As obrigações de serviço Público, para os voos territoriais, são feitos para as ilhas com Gateway, sendo que os residentes viajam inter-ilhas não é com a Tarifa Açores.

Ó Sr. Deputado Vasco Cordeiro, qualquer passageiro, residente nos Açores, que faça uma viagem em voos territoriais… Um passageiro de São Jorge que

faça uma viagem para São Jorge através do Faial, não viaja para São Jorge com a tarifa Açores.

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* Ah, não?

O Orador: Não! Viaja nas obrigações de serviço público, que é dos voos territoriais. Um passageiro de São Jorge que queira ir às Flores e voltar, é que viaja pela tarifa Açores. As duas componentes, uma ao abrigo de obrigações de serviço, são os voos territoriais, Lisboa-São Jorge…

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: … e termino, já Senhor Presidente.

A outra é o esquema de ajuda social que é aquele que está na tarifa Açores …

Deputada Ana Luís *(PS):* Tens que ler melhor, Rui!

O Orador: …Não, Sra. Deputada, eu li muito bem e a Sra. Deputada Ana Luís, se não percebeu o que está ali escrito, terei todo o gosto em irmos analisar os dois novamente o diploma.

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Peço alguma latitude, Sr. Presidente, só mesmo 10 segundos, para dizer e resumindo: voos territoriais, obrigações de serviço público, qualquer passageiro que vem do continente para São Jorge, não viaja com a tarifa Açores em sítio nenhum. São Jorge – Flores e regresso é tarifa Açores, um é ao abrigo do serviço público, voos territoriais, o outro, Tarifa Açores, orçamento regional, uma ajuda de Estado.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados.

(Diálogo na Câmara)

Sras. e Srs. Deputados: será necessário suspendermos os nossos trabalhos?
Sras. e Srs. Deputados.
Tem a palavra, para participar no debate, o Sr. Secretário Regional das Finanças.
(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** *(Duarte Freitas):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Chegados aqui, ao fim de alguns meses, caiu a máscara do Partido Socialista. Sempre foram contra tarifa Açores, nunca engoliram que ela fosse possível …

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

… e aqui, hoje, tentaram levantar outra vez uma bandeira, alerta a Bruxelas que este Governo fez uma coisa boa para os açorianos e nós não queríamos. Os senhores, não queriam, os senhores tentam alertar Bruxelas, mas a Tarifa Açores está aí, Bruxelas sabe, vai funcionar, os açorianos estão felizes, por muita infelicidade que os seus tenham.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Senhor Deputado Vasco Cordeiro levantou aqui a questão da possível ilegalidade da tarifa Açores.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Os senhores é que distribuíram isso!

O Orador: Mas, eu só lhe quero recordar o seguinte: o Sr. Deputado, ainda não se pronunciou, depois da declaração da Comunidade Europeia, um processo de reestruturação da SATA, que os 72 milhões de euros eram ilegais e que só era possível continuar o processo se fossem devolvidos. O senhor aqui, várias vezes, disse que não era verdade, o senhor não se pronunciou sobre isso. E é evidente que a tarifa Açores, uma empresa que está sob escrutínio da Comissão Europeia, nos últimos meses, esse assunto não era escondido, tal como foram escondidos os aumentos de capital do seu Governo.

Portanto, o que é verdade aqui, e é isso que incomoda, o que foi ilegal, são os 72 milhões de euros de aumento de capital social do seu Governo. Isto é que foi ilegal e a Comissão, sobre isso, já se pronunciou.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que é evidente, em primeiro lugar, em relação a este projeto de resolução é que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tal como o Sr. Deputado a quem eu

pedi a resposta em relação a estas matérias, pois não negam o que lá está escrito e, portanto, que se trata de recomendar o Governo para fazer uma coisa que ele não pode fazer.

Essa é que é a questão.

Eu penso que o debate parlamentar não pode ser mais sério, mais honesto quando se solicita ao proponente esclarecimentos, porque esta dificuldade é uma dificuldade muito grande para o PPM, que é propor uma coisa ao Governo que faça uma coisa que é ilegal, prejudicando a Região. Essa é uma dificuldade e eu tenho esta perceção porque, obviamente, eu pedi-lhe, dei-lhe oportunidade. Eu podia ter feito o seguinte, podia ter dito pura e simplesmente que li e decidi em relação ao meu voto, mas eu pedi o seu esclarecimento e até tivemos aqui a oportunidade de ter aqui o ex-Presidente do Governo também e, em relação a esta matéria, confirmou exatamente aquilo que estás aqui escrito.

Em conclusão, os senhores estão a propor uma coisa que é ilegal e que sabem que o Governo não pode fazer.

Em segundo lugar, e essa aí até me parece mais grave, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tendo em conta as posições que ocupou no passado, tendo sido Presidente do Governo Regional, tendo também as funções que tem, neste momento, de representar a Região com um cargo que é decisivo e do país, está a agir de uma forma que eu não considero correta, ou seja, colocando em causa algo que se tem demonstrado que é decisivo no contexto atual que nós estamos a enfrentar, a tarifa Açores.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, acho que cometeu aqui um erro político de enorme dimensão. Para tentar para ter uma participação num assunto de muito menor dimensão, V. Exa. está aqui a tentar colocar em causa a tarifa Açores. Quando, na minha interpretação, e tendo em conta também a sua própria intervenção, não tiro essa conclusão daquilo que V. Exa. leu.

Por isso, da minha parte, em relação a esta matéria eu dei-lhe todas as oportunidades ao Grupo ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista de esclarecer e até, chegando à conclusão que se trata de recomendar algo ilegal, pois eu não vejo condições políticas para o Partido Socialista manter este projeto de resolução.

Que condições políticas é que tem um partido com responsabilidade do Governo, que tem um Partido Socialista, o maior partido também deste Parlamento, propor ao Governo que faça algo de absolutamente ilegal, até tendo em conta o histórico das decisões que tomou e que tiveram as consequências que tiveram para a SATA e para a Região Autónoma dos Açores?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro pede a palavra para?

Um protesto a…?

[Inaudível]

Eu não sei quais são as funções a que o Sr. Deputado Paulo Estêvão se está a referir.

[Inaudível]

Sr. Deputado, eu não vejo fundamento para esse protesto.

[Inaudível]

Entendo, não dá.

Pergunto se há mais inscrições para o debate?

Sra. Deputada Elisa Sousa, faça favor.

(*) **Deputada Elisa Sousa** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Eu não podia, de maneira alguma, perder a oportunidade de falar sobre um assunto que, efetivamente, é muito cara a ilha de Santa Maria.

E para começar a falar deste assunto, eu gostaria de contextualizar aqui algo, relativamente, ao Grupo Parlamentar do PSD. Aquando da resolução do Conselho de Governo que determinou o fim da linha amarela, o Grupo Parlamentar do PSD foi o primeiro partido a fazer uma comunicação sobre este assunto e a solicitar à Assembleia que, no caso ao Governo, através de um requerimento enviado à Assembleia, que esclarecesse algumas questões relativas ao mesmo. Isto porque, efetivamente, este é um modelo de transporte que precisa ser estudado e o que eu acho que é, efetivamente, lamentável é que nos Açores, uma região com nove ilhas, rodeadas por mar, que precisam, efetivamente, de se deslocar de umas para as outras, só em 2022 ou, se calhar, em 2023, é que se comece a pensar em fazer modelos de transporte marítimo de passageiros e modelos de transporte marítimo de mercadorias. Isso significa que os modelos que foram colocados em vigor não serviam a população.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E, portanto, de maneira alguma, seria possível querer que houvesse, no fundo, um voltar atrás com o facto de se terminar uma linha que custa à Região muito dinheiro.

E vamos aqui ver uma coisa: a acessibilidade de qualquer açoriano não se pode pautar pela questão económica.

É tudo muito correto, mas ele tem que ser racional. Ele não tem que ser sustentável, mas ele tem que ser racional, porque esta falta de racionalidade, Sr. Deputado João Vasco Costa, nenhuma Região sobrevive com investimentos que não dão retorno.

Deputado Berto Messias *(PS):* Já ouviu falar do THOR? É um retorno social importante!

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Claro que não, mas é o que estão a fazer agora!

A Oradora: Os investimentos têm que ter retorno neste caso…

Deputado Carlos Silva *(PS):* Qual é o retorno que está a falar, é económico, é social?

A Oradora: É social, é as acessibilidades.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Como é que aferiu isso? Como é que aferiu a componente social?

A Oradora: Pergunta-me o Sr. Deputado Carlos Silva como é que se afere isso? Bem, nós temos uma auditoria do Tribunal de Contas que diz, precisamente, …

Deputado Carlos Silva *(PS):* Mas não aufere socialmente!

A Oradora: Aufere em termos de finanças e em termos económicos!

Deputado Carlos Silva *(PS):* Não é isso que esta a dizer!

Presidente: Srs. Deputados, permitam que a Sra. Deputada Elisa Sousa faça a sua intervenção.

A Oradora: Sr. Deputado Carlos Silva, a acessibilidade dos açorianos, obviamente, tem que ser tida em consideração e eu pedi a palavra, neste momento, precisamente, porque reconheço a importância de se ter de estudar um modelo de transporte marítimo de passageiros. Não há dúvida, o PSD foi o primeiro a ter essa postura, foi o primeiro a dizer que é necessário estudar.

Mas era chover no molhado e continuar um erro, manter aquele modelo que existia.

Deputado José Ávila *(PS):* Então acaba-se!

A Oradora: Essa é que é a grande questão. Mas é o que diz a resolução, essa é que é a grande questão, isso é o que diz a resolução.

E, portanto, continuando, relativamente às acessibilidades …

Deputado José Ávila *(PS):* Não concordam com o atual modelo de transporte de carga, então acaba-se!

A Oradora: Não se acaba porque ela vai ser feita!

Relativamente às acessibilidades à ilha de Santa Maria, houve efetivamente constrangimentos, no que diz respeito às acessibilidades à ilha de Santa Maria. A Sra. Secretária, na sua primeira intervenção, reconheceu isso.

E, portanto, mais do que criticar, eu deixo um apelo ao Governo Regional e à administração da SATA porque efetivamente, Sra. Secretária, 38 voos extraordinários é bom, significa que se está a dar vazão àquelas que são as necessidades, mas não é o ideal, e o ideal é que esses voos estejam efetivamente planeados.

E, portanto, eu deixo o apelo ao Governo Regional e à administração da SATA que possa, efetivamente, perceber quais são as reais necessidades da ilha de Santa Maria, principalmente, nos seus eventos âncora, de modo que essas acessibilidades estejam sempre garantidas para os marienses.

Quanto à questão do estudo de um novo modelo de transporte marítimo de passageiros, congratulo o Governo por, finalmente, perceber a necessidade de um estudo desse modelo para a ilha de Santa Maria e que, portanto, foi aqui anunciado hoje.

Muito obrigada ao Governo e muito obrigada, Senhor Presidente,

Deputado Jaime Vieira *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para clarificar aqui uma questão porque o Governo, infelizmente, ao contrário do que acabou de dizer a Sra. Deputada Elisa Sousa, o Governo não percebeu nada disso.

O Governo não só não percebeu, como andou distraído, já quase há mais de um ano.

Isto que o Governo vai fazer agora foi porque acordou, ao fim deste tempo todo, que tem um acordo de incidência parlamentar com a Iniciativa Liberal, onde está escrito que tem até ao dia 20 de novembro de 2021 para fazer esse estudo.

Essa é que é a questão!

Da primeira vez que intervim, ainda gastei tempo para ver se alguém dizia que o Governo… A Sra. Secretária disse, o Governo tem um compromisso eleitoral.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Não, não! Não disse eleitoral!

O Orador: E eu fiquei à espera que dissesse que tem um compromisso com um parecer de incidência parlamentar. Não disse!

O Governo não descobriu agora. Se calhar, alguns deputados do Partido Social Democrata foram ver porque é que a Iniciativa Liberal estava muito incomodada e tinha pedido umas certas reuniões e foram perceber que o acordo de incidência parlamentar

não está a ser cumprido, de acordo com aquilo que foi assinado por mim e pelo Senhor Presidente do Partido Social Democrata em 20 de novembro de 2020. Aliás, foi assinado a 7 de novembro, mas o Governo entrou em funções a 20 de novembro.

E, por isso, também não vou exigir que fosse a 7 de novembro, tinha um ano para fazer. Pelo menos 20 de novembro de 2021. Estamos quase em novembro de 2022, já devia estar feito.

E já devia estar feito, porque eu tenho, não é bem um desejo, porque o meu desejo é que as coisas funcionem e corram bem. Se eu estiver enganado sobre o transporte marítimo de passageiros inter-ilhas, fora do triângulo, eu vou ser o primeira a vir aqui a esta Casa dar a mão à palmatória. Agora não pode é ser com experimentalismos.

Não pode é ser, gastando-se milhões todos os anos, à espera que um dia dê certo…

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Milhões todos os meses!

O Orador: … e ameaçando, todos os anos, anúncio após anúncio, e não é preciso fazer esse histórico porque os senhores deputados já estiveram aqui primeiro do que eu, apesar de eu ser atento nesta matéria, mas todos os senhores deputados mais proeminentes desta Casa estavam aqui, já fizeram comissões de inquérito, já fizeram estudos sobre a contratação dos navios, já fizeram isto tudo. Sabem tudo isso, mais do que eu, e tiveram acesso a documentação mais do que útil.

O que eu temo é que o experimentalismo destes anos todos e as ameaças a seguir a ameaças, que é agora que o Governo vai fazer mais um navio e agora vai ser para carga rodada e depois vai ser para mais a dimensão tal, e agora vão ser 2 e vão transportar 800 passageiros, cada um, tenha condicionado os empresários privados a ficarem sossegadinhos no seu cantinho, porque

ninguém, no seu perfeito juízo, fosse administrador da empresa dos barcos do Pico, fosse administrador de transporte marítimo Parece Machado, fosse administrador da transportes marítimos graciosenses, ia fazer um investimento para melhorar a sua frota com o Governo, permanentemente, a dizer que é fazer um investimento nessa área. E este é que essa que foi grande pecado do junto dos governos do Partido Socialista, que honra seja feita, puseram os Açores no mapa do turismo internacional, …

Deputado Manuel Ramos *(PS):* É verdade. É preciso que alguém se lembre disso!

O Orador: … através de um instrumento, extraordinário, que a Associação de Turismo dos Açores, que este Governo já ameaçou destruir duas ou três vezes e que a gente espera que o grupo Parlamentar do Partido Social Democrata tenha força suficiente para não deixar que isso aconteça, cometeu, por outro lado, este erro grave. Um foram os encaminhamentos, precisamente, já disse isso várias vezes, está escrito, está em intervenções minhas na rádio, na televisão, desde o início dos encaminhamentos gratuitos, e a questão do transporte marítimo de passageiros, porque foi de experimentalismo, em experimentalismo e, depois, chegou a um ponto que já não podia votar para trás.

Só voltou para trás em 2020 por causa da pandemia porque se não tivesse sido a pandemia e o Governo tivesse sido do Partido Socialista, se calhar estávamos continuando a ter aqui o mesmo sistema, sem se olhar criticamente para ele e alterá-lo.

O que é preciso, de facto, é que esse estudo seja feito, que isso seja avaliado com seriedade, com objetividade, para sabermos se, de facto, há necessidade ou não há necessidade, e se houver necessidade, pois estarei aqui para dar as mãos à palmatória e dizer, sim senhor, tinham razão, tem necessidade, estava era mal feito!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Duarte Freitas):* Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, faça favor.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** *(Berta Cabral):* Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Só para esclarecer aqui algumas questões que foram sendo ditas, ao longo do debate, e que eu gostaria de esclarecer.

A primeira delas tem a ver com os 31 voos extraordinários para Santa Maria, que eu quero esclarecer ao Sr. Deputado que levaram 2600 passageiros.

Se dividir pelo número de voos já vê que, em cada avião levaram 83 passageiros, portanto, não foi o Dash-200, foi o Dash-400 que fez 31 voos extraordinários e transportou 2600 passageiros. Portanto, só para que fique claro.

Relativamente às questões colocadas, em relação à Graciosa, pelo Sr. Deputado José Ávila, gostaria de lhe dizer que o primeiro trimestre deste ano ainda está, altamente, influenciado pelo resto do COVID, altamente influenciado. E, portanto, quando se dá um valor médio de 6 meses, ele está altamente influenciado. Os meses de junho, julho e agosto estão todos acima dos meses homólogos de 2019.

Portanto, é importante também fazer este esclarecimento porque, obviamente, que uma média é uma média em termos estatísticos e a gente sabe como é que isso funciona. Portanto, essa média até junho está altamente influenciada e que será esbatida com os meses que se seguem, com grandes crescimentos.

Deputado Manuel Ramos *(PS):* Ou não!

A Oradora: E quem andou por estas ilhas fora, este verão, sabe que há turistas e que há nacionais e que há locais, gente dos Açores, em todas as ilhas, dos nossos Açores, felizmente e estamos todos muito felizes com isso.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Duarte Freitas):* Todos não!

A Oradora: E já agora, para responder também ao Sr. Deputado João Vasco Costa. O que está aqui em causa, não é as pessoas prestarem um melhor serviço, elas prestaram um melhor serviço com a capacidade que tinham. O que se espera agora é que esta adaptação de um ano permita aparecer mais restaurantes, mais cafés, mais capacidade de resposta, mais rent a car e, inclusivamente, até mais unidades de alojamento, sejam eles hotéis, sejam eles alojamento local.

Portanto, é preciso crescer mais a oferta para corresponder a uma procura cada vez maior e, portanto, não se trata de ter prestado um mau serviço, prestaram um serviço possível com a capacidade instalada existente e o que é preciso é aumentar mais essa capacidade em certos sectores da hotelaria, da restauração, etc., para responder ao aumento da oferta. Só para clarificar a questão que tinha colocado.

Em relação à Atlânticoline, e aqui já foi referido bastantes vezes o relatório do Tribunal de Contas, eu gostava que fizessem comigo uma conta que é para nós percebermos de que é que estamos a falar.

Auditoria do Tribunal de Contas, não sou eu, refere que houve um prejuízo de 23,4 milhões de euros em três anos. Esta operação era sazonal. Três anos são 15 meses e é preciso que sazonal seja cinco meses por ano, porque em certas ilhas não era cinco meses por ano, mas vamos fazer 5 meses por ano. Se 23,4 milhões de euros foi o prejuízo, em três anos, foi o prejuízo em 15 meses de operação, 1,5 milhões de euros por mês.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: É razoável pedir isso aos açorianos, que paguem 1,5 milhões de euros por ano para transportar meia dúzia de passageiros?

Que a SATA superou, porque eu vou dizer Sr. Deputado, a SATA, para Santa Maria, ofereceu 57000 lugares este ano de 2022.

Sabe quantos lugares foram utilizados pela SATA e pela Atlânticoline, em 2019? 53000!

Portanto, as contas e os números existem, a gente não pode é pedir aos açorianos que paguem impostos para pagar 1,5 milhões de euros por mês, pela linha amarela.

Eu não estou a dizer que não deve haver transporte de passageiros, por isso é que nós vamos fazer um estudo. O que tem que haver é um modelo adequado à procura, …

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Duarte Freitas):* Muito bem!

A Oradora: … adequado à nossa realidade e não um modelo subdimensionado e desajustado.

Mas eu vou dizer mais, as receitas, as receitas da linha amarela por passageiro transportado foram 25€. O prejuízo por cada passageiro transportado pela linha amarela foram 140€. Acha isso normal? Os passageiros pagaram 25€ e nós pagarmos todos 140€!

A verdade é que é preciso rever este modelo, é preciso ter um modelo adequado. E, por isso, nós estamos aqui para estudar o modelo dos transportes marítimos de passageiros e estudado esse modelo, Sr. Deputado, nós temos que o pôr à concessão. Deve haver privados que façam esse transporte.

E porque não? Nós temos que ser armadores?

Isto para o modelo ser integrado, coerente, normal e com o mercado a funcionar. O mercado funcionou sem a linha amarela.

Mas por mas voltando à questão que nos traz aqui este projeto de resolução, foram 39 milhões de euros de prejuízo para a SATA com os encaminhamentos. Foram 23,4 milhões de euros de prejuízo na linha amarela. Esta resolução vale 62,4 milhões de euros

de prejuízo.

Muito obrigada.

Deputado Flávio Soares *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação do Projeto de Resolução n.º 92/XII:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 92/XII foi rejeitado com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS-PP, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN. 24 votos a favor do PS, 2 votos de abstenção do Bloco de Esquerda e 2 do PPM.

Presidente: Vamos avançar na nossa agenda para o ponto 18 - **Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 65/XII - Aumento do acréscimo regional ao salário mínimo.** É uma iniciativa

apresentada pelo Bloco de Esquerda e para apresentar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O pedido de urgência deste projeto de regional, que já deu entrada há algum tempo, mas uma vez que, desde que entrou, não existiu outra Sessão Plenária, surge agora e surge esta iniciativa também devido à crise inflacionista que os Açores estão a passar.

Nós consideramos, não só que as medidas que têm sido implementadas são altamente insuficientes, não resolvem o problema nem, muito menos, criam condições para que as pessoas tenham uma mitigação que permita, no mínimo, compor a perda de poder de compra, mas também consideramos que as medidas do Governo da República, consideramos que, independentemente disso, as medidas do Governo Regional também não têm de modo algum sido suficientes.

Desse ponto de vista, nós temos na Região uma grande parte da população que aufere o salário mínimo. Segundo dados, relativamente recentes, têm alguns meses do próprio Relatório Único das empresas, são cerca de 37% dos trabalhadores dos Açores que auferem o salário mínimo regional.

Ora, um aumento do complemento regional ao salário mínimo significará, por isso, uma recuperação de rendimento para muitos milhares de trabalhadores. E assim se compõe uma parte do orçamento familiar e se recupera uma parte do poder de compra que é perdido e, essa sim, é uma medida que permite mitigar os efeitos da inflação, não apenas no mês, que é o que acontece com quase todas as medidas que têm sido implementadas; sejam os cheques de apoio do Governo da República, sejam as medidas que o Governo Regional aplicou, que não são aumentos, ao contrário do que foi

aprovado aqui, são apenas um apoio que se dá no mês e no mês a seguir já não existe.

Ora, esta medida só pode ser aplicada por proposta, pelo menos do Parlamento, a não ser que o Governo Regional o fizesse, mas só pode ser aplicada no ano económico seguinte, por via da norma-travão. E, deste modo, uma vez que o ano está a chegar ao fim, esta medida para ter efeito prático, se aprovada, terá de ser votada. E julgamos que obviamente terá que ser votada até final do ano.

Neste sentido, o pedido de urgência em Comissão, sem dispensa para que, apesar de já ter estado em consulta pública, se possa também realizar audições ou pedidos de parecer às entidades que a Comissão competente considere pertinente.

Está feita a apresentação do pedido de urgência, que obviamente, esperamos tenha acolhimento na Câmara.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves** *(PAN):* Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PAN vai votar favoravelmente a esta urgência e para o meu Partido não é necessário uma inflação para que haja uma subida do ordenado mínimo para todas as famílias, porque se à partida não precisamos dessa desculpa da inflação, mesmo com a inflação, não é com apoios que nós vamos lá, temos mesmo que majorar de forma a que sejam as próprias famílias a gerir e decidir sobre o seu dinheiro e não sobre os apoios, quando o governo, seja da República ou da Região apeteça dar ou não dar apenas num mês e depois daqui a seis meses, vão dar outra vez.

Precisamos de dar algo mais condigno e sem dúvida esta majoração e nós apoiamos, tanto a iniciativa, como a própria urgência.
Obrigado.
Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste Pedido de Urgência.
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.
Secretário: O Pedido de Urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.
Presidente: Avançamos para o próximo ponto da nossa Agenda, ponto 19 - **Projeto de Deliberação n.º 3/XII – "Suspensão do prazo de apresentação do relatório final da Comissão de Inquérito à Operacionalização das Agendas Mobilizadoras".** Este projeto de deliberação é apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, do PSD e do CDS.PP, do Bloco de Esquerda e do PPM e pelas Representações Parlamentares do Chega, do IL e do PAN.
Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos então colocar a votação este Projeto de Deliberação n. º3/XII:
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.
Secretário: O **Projeto Deliberação nº.3/XII** foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Proposta de deliberação final:

- A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de setembro.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: A proposta de deliberação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão encerrados os nossos trabalhos.

Muito obrigado e boa noite a todos.

Eram 19 horas e 45 minutos

Deputados que entraram durante a sessão:

***Partido Socialista* (PS)**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

José Carlos **San-Bento**

Maria **Valdemira Gouveia** Andrade Carvalho

Partido Social Democrata (PSD)

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Deputados que faltaram à sessão:

***Partido Socialista* (PS)**

Vílson Ponte **Gomes**

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

(*) Texto não revisto pelo Orador.

DOCUMENTOS ENTRADOS

CORRESPONDÊNCIA DA SESSÃO PLENÁRIA DE 09 - 09 - 2022

1- Proposta de Decreto Legislativo Regional:

N.º 43/XII

Assunto: Aprova o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 09 – 05

Comissão: ----------

SOLICITAÇÃO DE URGÊNCIA

2- Projeto de Deliberação:

N.º 3/XII

Assunto: Suspensão do prazo de apresentação do Relatório Final da Comissão de Inquérito à Operacionalização das Agendas Mobilizadoras

Proveniência: PS, PSD, CDS-PP, BE, PPM, CH, IL e PAN

Data de Entrada: 2022 – 09 – 07

Comissão: --------

AGENDADO PARA O PERÍODO LEGISLATIVO DE SETEMBRO DE 2022

3- Projeto de Resolução:

N.º 135/XII

Assunto: Implementação do Sistema Regional de Telemedicina Permanente

Proveniência: DI

Data de Entrada: 2022 – 09 – 09

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de Parecer: 2022 – 10 – 10.

4- Requerimentos:

Assunto: Graciosenses sem serviço de urgência

Autores: José Manuel Ávila e Manuel Ramos (PS)

Data de Entrada: 2022 – 09 – 07

Referência: 54.02.04 – N.º 457/XII;

Assunto: **Situação desumana de dois cidadãos na Fajã dos Vimes, ilha de São Jorge**
Autor: Nuno Barata (IL)
Data de Entrada: 2022 – 09 – 07
Referência: 54.10.05 – N.º 458/XII.

5- Informações:

Assunto: Ofício ref.ª 12411/22, a remeter um Voto de Protesto sobre a aprovação do Regime Jurídico da Taxa Turística Regional, aprovado por maioria na sua reunião ordinária de 29 de abril de 2022
Proveniência: João Nuno Borba Vieira de Almeida e Sousa, Chefe de Divisão Administrativa – Assembleia Municipal de Ponta Delgada
Data de Entrada: 2022 – 09 – 05;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o agendamento potestativo para a Sessão Plenária de Setembro do Projeto de Resolução n.º 92/XII - Pela suspensão das alterações ao modelo de transporte marítimo de passageiros e dos encaminhamentos para passageiros aéreos não residentes
Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS
Data de Entrada: 2022 – 09 – 06;

Assunto: Ofício ref.ª 1830, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores cópia da proposta sobre Corte nas transferências da PIE para os Municípios, apresentada e aprovada por unanimidade em reunião camarária do dia 25 de agosto de 2022,

e a solicitar o apoio e intervenção da ALRAA, no sentido da reversão desta situação
Proveniência: Luís Carlos Martins Maciel, Presidente da Câmara Municipal das Lajes das Flores
Data de Entrada: 2022 – 09 – 07;

Assunto: Requerimento a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a solicitar a deliberação de urgência em comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 65/XII – Aumento do acréscimo regional ao salário mínimo
Proveniência: António Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do BE
Data de Entrada: 2022 – 09 – 07;

Assunto: Solicitação de admissão e de agendamento para a Sessão Plenária do mês de setembro de 2022 do Projeto de Deliberação – Suspensão do prazo de apresentação do Relatório Final da Comissão de Inquérito à Operacionalização das Agendas Mobilizadoras
Proveniência: PS, PSD, CDS-PP, BE, PPM, CH, IL e PAN
Data de Entrada: 2022 – 09 – 07;

Assunto: Ofício a requerer a Sua Excelência o Presidente da ALRAA o uso da palavra em Plenário para apresentação do Projeto de Resolução n.º 135/XII - Implementação do Sistema Regional de Telemedicina Permanente
Proveniência: Carlos Furtado, Deputado Independente
Data de Entrada: 2022 – 09 – 09;

Assunto: Convite do CESA enviado a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para a Assinatura

de Protocolo entre o Conselho Económico e Social dos Açores e o Conselho Económico e da Concertação Social da Região Autónoma da Madeira, a realizar no dia 15 de setembro de 2022

Proveniência: Renato Medeiros, Secretário-Geral do Conselho Económico e Social dos Açores

Data de Entrada: 2022 – 09 – 09.

6- Relatórios:

Assunto: Da Audição do Gestor Público indigitado para a Presidência do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira – E.P.E.R.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 09 – 07.

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Atribui à Infraestruturas de Portugal S.A, competências para promover, em regime de concessão, as atividades conexas com o sistema de cabos submarinos de comunicações eletrónicas entre o continente e as regiões autónomas - MIH (Reg. DL 20/XXIII/2022) - Audição n.º 80/XII – GR – Substituição do relatório anterior.

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 09 – 09.

7- Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.os 75 e 76 e a Separata n.º 30/XII.

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.os 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73 e 74, bem como o Suplemento ao Diário n.º 62 e as Separatas n.ºs 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29.

As Redatoras: Ana Paula Lemos e Sara Azevedo.